



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

JOAB ALMEIDA SILVA



Sergipe, Orla de Atalaia 2011 - Foto: SETUR, Maxwell Corrêa

TURISMO E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO NO POLO COSTA DOS
COQUEIRAIS

Mestrado em Geografia

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Vera Lúcia Alves França (NPGeo/UFS)

São Cristóvão, 2012



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

JOAB ALMEIDA SILVA

TURISMO E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO NO POLO COSTA DOS
COQUEIRAIS

São Cristóvão
Junho de 2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL

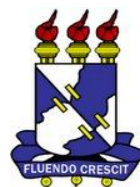
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

S586t Silva, Joab Almeida
Turismo e organização do espaço no polo Costa dos Coqueirais / Joab Almeida Silva ; orientadora Vera Lúcia Alves França. – São Cristóvão, 2011.
188 f. ; il.

Dissertação (Mestrado Geografia)–Universidade Federal de Sergipe, 2012.

1. Turismo. 2. Políticas públicas. 3. Regionalização. 4. Território. 5. Espaço - Organização. I. França, Vera Lúcia Alves, orient. II. Título

CDU: 911:338.483



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

JOAB ALMEIDA SILVA

TURISMO E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO NO POLO COSTA DOS
COQUEIRAIS

Dissertação apresentada ao Programa
de Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Federal de Sergipe, na
linha de pesquisa análise regional,
como requisito para obtenção do título
de Mestre.

Orientadora Prof^ª. Dr^ª Vera Lúcia Alves França

São Cristóvão
Junho de 2012



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA
CURSO DE MESTRADO EM GEOGRAFIA

JOAB ALMEIDA SILVA

TURISMO E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO NO POLO COSTA DOS
COQUEIRAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe para defesa pública, como requisito à obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Vera Lúcia Alves França (Orientadora) – UFS/NPGEO

Prof. Dr. José Roberto de Lima Andrade – UFS/NUPEC

Prof. Dr. Lício Valério Lima Vieira – IFS

Prof. Dr. Dean Lee Hansen (Suplente) – UFS/NPGEO

São Cristóvão
Junho de 2012

À minha família, especialmente a Maria Luiza
e Júlia Louise. Os desafios que enfrento são
por mim e por elas, pela nossa felicidade.

AGRADECIMENTOS

No encerramento deste ciclo, entre muitas descobertas e constatações, fica a certeza de que a vida deve continuar com entusiasmo diante das dificuldades e desafios, das conquistas e alegrias, portanto, registro meus agradecimentos aos que participaram.

No fortalecimento da fé contei com a onipresença de Deus, sendo justo e bondoso, me guiando, protegendo e mostrando o custo dos desvios no caminho. Dessa fé me alimentarei sempre!

Na família, meus pais Joaquim Carvalho e Ávila Almeida, exemplo de determinação, trabalho e perseverança, responsáveis pelas conquistas dos filhos, são fonte de educação, atenção e amor incondicional. Com Maria Luiza, minha esposa, constituí uma nova família, mulher que amo e que me surpreende com sua capacidade de amar, do seu jeito, deu a sustentação para que minha vida acadêmica pudesse seguir em frente. Minha filha Julia Louise, cresceu aprendendo a ser independente porque seus jovens pais precisavam trabalhar e estudar, me surpreende e faz feliz todos os dias. Meus irmãos Joel e Jairo, minha cunhada Ellen e o primeiro sobrinho Heitor, formam a família que vi crescer e cresci junto, pessoas com as quais sei que posso contar e estarei sempre à disposição.

No ensino infantil e fundamental, tive base na Escolinha Ildete Falcão Baptista e Escola de Primeiro Grau Epifânio Dória, em Poço Verde, no ensino médio e superior, o Colégio Purificação, a Universidade Tiradentes e a Universidade Federal de Sergipe, em Aracaju, das quais, guardo saudosas lembranças com mestres, colegas e amigos.

Da vida profissional trago duas referências, primeiro o Banco do Nordeste, na pessoa do então superintendente Saumíneo Nascimento, lugar onde aprendi muito sobre institucionalização e gestão e, onde conquistei amigos para toda vida. Em segundo, a Secretaria de Estado do Turismo, nas pessoas dos Secretários e Dirigentes, Pedro Valadares, João Gama, Jorge Carvalho, Jorge Santana e Elber Batalha, em especial o Dr. José Roberto, que ao longo de duas décadas, pesquisa e contribui com o turismo sergipano, com quem pude trabalhar mais recentemente no Programa de Desenvolvimento do Turismo de Sergipe, lugar onde cresci profissionalmente, aprendi e colaborei.

Até identificar uma proposta viável e me habilitar para discutir com uma orientadora contei com o inestimável apoio do mestre amigo Dr. Lício Valério. Quando pergunto sobre como agradecer, a resposta é objetiva: - Faça o mesmo por quem necessite!

O Núcleo de Pós-Graduação em Geografia (NEPGEO-UFS), nas pessoas do Coordenador Aloísio Campos e do Secretário Everton, além dos Professores Doutores, especialmente aqueles com os quais estudei: Alexandrina Luz, Dean Hans, Edison Rodrigues, Josefa Lisboa, Marco Mitidiero e Vera Franca. Um aprendizado valioso. Incluo colegas e amigos mestrando e doutorando, com os quais, nas suas variadas áreas de pesquisa e atuação, pude aprender e compartilhar.

Minha orientadora, Dra. Vera Franca, respeitada por todos, temida por alguns, competente e exigente por postura. Depois de ensaiar a melhor postura para abordá-la, fui surpreendido por sua receptividade, atenção, cuidado e senso crítico. Estive incontáveis vezes no seu escritório para o desenvolvimento deste estudo, minuciosamente analítica, determinou o tempo e aqui estou envolvido com a geografia. A ela, dedico eternamente um carinho muito especial!

No turismo, agradeço aos representantes do *trade*, empresários do setor, gestores públicos do Estado e Prefeituras, professores e pesquisadores, líderes e representantes comunitários, uma rede que me permite circular pelo Estado e conhecer seus lugares e paisagens como se os habitasse. Sempre fui bem recebido e aprendi que o interesse individual é intrínseco e, o grande desafio é achar o ponto de convergência para essa diversa cadeia de produção do turismo.

Orgulhosamente concluo o mestrado e humildemente desejo continuar aprendendo e contribuindo com o desenvolvimento da atividade turística. A caminhada continua e estou certo que ao longo dela muitos resultados positivos ainda serão colhidos.

Obrigado a todos pelas variadas e valiosas colaborações!

"Um homem precisa viajar. Por sua conta, não por meio de histórias, imagens, livros ou TV. Precisa viajar por si, com seus olhos e pés, para entender o que é seu. Para um dia plantar as suas árvores e dar-lhes valor. Conhecer o frio para desfrutar o calor. E o oposto. Sentir a distância e o desabrigo para estar bem sob o próprio teto. Um homem precisa viajar para lugares que não conhece para quebrar essa arrogância que nos faz ver o mundo como o imaginamos, e não simplesmente como é ou pode ser; que nos faz professores e doutores do que não vimos, quando deveríamos ser alunos, e simplesmente ir ver".

Amyr Klink (Mar sem Fim)

RESUMO

Com relevante impacto na produção e organização do espaço geográfico, o turismo é objeto deste estudo na medida em que se compatibiliza com a geografia para explicar mudanças, transformações, (re) criações causadas pelos movimentos dos fluxos (visitantes e turistas) e instalação de equipamentos fixos (meios de hospedagem, bares e restaurante, entretenimento e lazer) numa dinâmica capaz de gerar fontes de renda e trabalho, configurando-se em alternativa econômica, mas incapaz de resolver questões como desigualdade e pobreza. A linha de análise regional norteia a pesquisa que adota como área de estudo o Polo Costa dos Coqueirais no Estado de Sergipe, reunindo treze municípios da linha litorânea pela sua notoriedade e priorização como área de investimentos públicos e privados para exploração da atividade turística. Foram estudadas e explicadas dimensões como as políticas públicas, a institucionalização do turismo, a constituição do Polo de Turismo e suas condições sócio-ambientais, potencialidades e limitações e, a centralidade da Capital, Aracaju. Para explicação da organização espacial do turismo foram identificados territórios e áreas funcionais do turismo, bem como analisadas as composições da oferta turística (fixos) e o perfil da demanda turística (fluxos). Considerando que o turismo no nordeste brasileiro teve grande influência do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), notadamente na década de 1990, foram levantados seus antecedentes e explicado o momento atual sobre a lógica do financiamento internacional com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e das transformações por ele causadas ao longo das duas últimas décadas, também sendo possível compará-lo ao montante do investimento público com outras fontes de recursos que dão apoio à estruturação do turismo nos destinos receptores. O turismo apresentou-se de modo centralizado no Polo, gerando riqueza de forma concentrada, mas com possibilidade de distribuí-la para outros destinos do Polo, desde que observados o planejamento, a definição de estratégias de diversificação do produto turístico e, sobretudo, promovendo uma regionalização turística que valorize a identidade do lugar, seus saberes e práticas como atrativo diferenciado associado a uma nova realidade de intervenções na infraestrutura básica e turística, na atração de investimento privado, para então, sair da relação de dependência do operador de turismo que atende a um modelo de turismo de massa, reproduzido mundialmente para concentrar o capital e o poder de transformação do espaço, para ser superado pelo saber endógeno e práticas comunitárias que são capazes de constituir produtos turísticos novos e transformar o espaço de forma positiva para os sujeitos que nele habitam.

Palavras-chave: 1. Turismo. 2. Organização do Espaço. 3. Políticas Públicas. 4. Regionalização. 5. Território.

ABSTRACT

With a relevant impact on production and organization of geographical space, tourism is the object of this study, in that it reconciles with geography to explain changes, transformations, (re) creations caused by movements of the flows (visitors and tourists) and installation of fixed equipment (lodging, bars and restaurants, entertainment and leisure) in a capable dynamic of generating sources of income and work, configuring in cost-effective alternative, but unable to resolve issues such as inequality and poverty. The line of regional analysis guides the research that adopts as the study area the “Polo Costa dos Coqueirais” in the state of Sergipe, uniting thirteen municipalities of the shoreline by its reputation and prioritization as an area of public and private investment for exploration of touristic activity. Dimensions like public policies, the institutionalization of tourism, the composition of the Tourism Polo and its socio-environmental conditions, potential and limitations, and the centrality of the capital, Aracaju, were studied and explained in this paper. For explanation of the spatial organization of tourism, territories and functional areas of tourism were identified, as well as the compositions of tourism offer (fixed) and the profile of tourist demand (flows) were analyzed. Whereas tourism in Brazilian Northeast had great influence by Tourism Development Program (PRODETUR), specially in the decade of 1990, its antecedents have been raised and the current situation about the logic of international financing with the Interamerican Development Bank (BID) has been explained, besides the transformations it caused over the past two decades, also it is possible to compare it to the amount of public investment with other funding sources that support the tourism structure in target destinations. Tourism was presented in a central way at the Polo, generating wealth in concentrated form, but with the possibility of distributing it to other destinations of the Polo since complied with the planning, definition of strategies to diversify the tourism product, and above all, promoting a touristic regionalization that enhances the identity of the place, their knowledge and practices as a different attractive associated to a new reality of interventions in basic infrastructure and tourism, in attracting private investment, to be able to leave then, of the relationship of dependence on tourism operator that serves a massive tourism model, reproduced worldwide to focus capital and power to transform the space to be overcome by endogenous knowledge and community practices that are able to establish new tourism products and transform the space in a positive way for the subjects who inhabit it.

Key words: 1. Tourism. 2. Spatial Organization. 3. Public Policies. 4. Regionalization. 5. Territory.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Sergipe, Síntese da Institucionalização do Turismo, 2010	45
Quadro 2 – Polo Costa dos Coqueirais, Atividades produtivas, 2011.....	85
Quadro 3 – Polo Costa dos Coqueirais, Áreas funcionais e territórios do turismo, 2012	98
Quadro 4 – Linhas de Crédito para o turismo	114
Quadro 5 – Sergipe, Roteiros Turísticos Comercializados por Agências, 2012	119
Quadro 6 – Sergipe, Convênios entre SETUR e MTur no âmbito do PRODETUR, 2011 ..	135
Quadro 7 – Sergipe, Matriz de Investimentos do PRODETUR, 2012	137
Quadro 8 – Documentos Requeridos pelo BID	145
Quadro 9 – Sergipe, Investimentos públicos complementares ao PRODETUR para apoio aos Roteiros Turísticos 2008 a 2012	151
Quadro 10 – Paisagens do espaço transformado para uso turístico	154
Figura 1 – Sergipe, Reunião do Conselho de Turismo do Polo Costa dos Coqueirais em 2006 e do Fórum Estadual de Turismo em 2011	52
Figura 2 – Sergipe, Polo Costa dos Coqueirais, 2005	56
Figura 3 – Sergipe, Polo Velho Chico, 2011.....	57
Figura 4 – Sergipe, Pacatuba – Pantanal, praia de ponta dos mangues, Mirante do Roncador e Unidades de Exploração de Petróleo, 2011	59
Figura 5 – Sergipe, Pirambu – Base do projeto TAMAR	60
Figura 6 – Sergipe, Brejo Grande – Foz do Rio São Francisco, 2011	61
Figura 7 – Sergipe, Aracaju – Hotel Beira Mar na década de 1970 e no ano 2011.....	62
Figura 8 – Sergipe, Aracaju – Orla de Atalaia, 2012	63
Figura 9 – Sergipe, Aracaju – Pontes para o litoral norte e litoral sul, 2012	64
Figura 10 – Sergipe, Orlas de Aracaju e Barra dos Coqueiros	64
Figura 11 – Sergipe, Nossa Senhora do Socorro – Shopping Prêmio	66
Figura 12 – Sergipe, Centro Histórico de São Cristóvão e Laranjeiras, 2010.....	67
Figura 13 – Sergipe, encontro Cultural de Laranjeiras, 2011	68
Figura 14 – Sergipe, Orla do Abaís, Lagoa dos Tambaquis, Praia do Saco e Praia da Caueira, 2011	69
Figura 15 – Sergipe, Santa Luzia do Itanhy, Povoado Crasto, 2011	70

Figura 16 – Sergipe, Atracadouros do Povoado Crasto, Santa Luzia do Itanhy, e Povoado Terra Caída em Indiaroba, 2011	71
Figura 17 – Sergipe, Aeroporto Santa Maria, 2012	72
Figura 18 – Sergipe, Fluxo de turistas 2007 – 2010	73
Figura 19 – Sergipe, Receita anual do Turismo, 2011.....	74
Figura 20 – Sergipe, Rio São Francisco, 2011	77
Figura 21 – Sergipe, Polo Costa dos Coqueirais, Cobertura Vegetal	78
Figura 22 – Sergipe, Polo Costa dos Coqueirais, Unidades de Conservação do Meio Ambiente, 2012	80
Figura 23 – Sergipe, Polo Costa dos Coqueirais, Aracaju, Parque da Cidade, Área de Proteção do Morro do Urubu, 2011	81
Figura 24 – Sergipe, Polo Costa dos Coqueirais, Área de proteção do Litoral sul, 2012	82
Figura 24 – Sergipe, Polo Costa dos Coqueirais, Capela – Mata do Junco e Poço Redondo – Grota do Angico, 2012.....	83
Figura 25 – Aracaju, paisagens do centro histórico, 2012	103
Figura 26 – Aracaju, Paisagens da Orla de Atalaia, 2012.....	103
Figura 27 – Brejo grande, Paisagens da Foz do Rio São Francisco, 2011	104
Figura 28 – São Cristóvão, Paisagens do Centro Histórico, 2011	104
Figura 29 – Sergipe, Segmentos de maior expressividade no turismo, 2010	106
Figura 30 – São Cristóvão, Procissão de Nosso Senhor dos Passos, 2011	107
Figura 31 – Sergipe, Maiores Centros de Convenções, 2011	109
Figura 32 – Sergipe, evolução do CADASTUR, 2004 – 2009	111
Figura 33 – Sergipe, Evolução da oferta hoteleira – nº de Unidades Habitacionais (apartamentos), 2004 – 2009	112
Figura 34 – Polo Costa dos Coqueirais, Distribuição do Fluxo Turístico, 2012	116
Figura 35 – Sergipe, Fluxo estimado da rede hoteleira, 2004 – 2010	117
Figura 36 – Aracaju, Aeroporto Santa Maria, Movimentação de Passageiros, embarques e desembarques, 2004 – 2010.....	118
Figura 37 – Estância, Movimentação de turistas na rota Costa das Dunas e Manguezais, Embarque Porto N’Angola 2010	121
Figura 38 – Elementos representativos da culinária sergipana: Caranguejo, Mangaba e Caju	123
Figura 39 – Investimentos do PRODETUR NE I	129
Figura 40 – Sergipe, Espacialização dos Investimentos do PRODETUR Nacional	134

Figura 41 – Organização Institucional do PRODETUR	143
Figura 42 – Organograma da UCP/SE	144
Figura 43 – Sergipe, Reunião da Missão de Identificação do BID, 2010	146
Figura 44 – Sergipe, Reunião da Missão de Orientação do BID, 2012	147
Tabela 1 – Área geográfica (Km ²), população e densidade demográfica, 2011	84
Tabela 2 – Polo Costa dos Coqueirais, PIB por município e setor (R\$ mil), 2009	86
Tabela 3 – Aracaju, Consolidação dos resultados do relatório Brasil – Destinos Indutores 2008 – 2010	89
Tabela 4 – Sergipe, Perfil da demanda por segmento turístico	108
Tabela 5 – Avaliação do turismo no Polo Costa dos Coqueirais (em %)	112
Tabela 6 – Resultados alcançados pelo PRODETUR/NE I	130
Tabela 7 – Sergipe, Relação de outros investimentos com o PRODETUR no período de 1995 a 2010.....	149

LISTA DE SIGLAS

ABAV/SE – Associação Brasileira das Agências de Viagens
ABBTUR/SE - Associação Brasileira de Bacharéis em Turismo
ABEOC/SE - Associação Brasileira de Empresas de Eventos
ABIH/SE - Associação Brasileira da Indústria Hoteleira
ABRASEL/SE - Associação Brasileira de Bares e Restaurantes
AC&VB - Aracaju Convention & Visitor's Bureaux
ADEMA – Administração Estadual do Meio Ambiente
ASBT – Associação Sergipana dos Blocos e Trios
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNB - Banco do Nordeste
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEHOP – Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas
CBHRSF – Comitê Consultivo da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco
CODISE – Companhia de Desenvolvimento Industrial e de Recursos Minerais de Sergipe
CEFET/SE – Centro Federal de Educação Tecnológica de Sergipe
DER – Departamento de Estradas e Rodagens do Estado de Sergipe
DESO – Companhia de Saneamento de Sergipe
EIA/RIMA – Estudo de Impacto Ambiental/ Relatório de Impacto no Meio Ambiente
EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo
EMDAGRO – Empresa de Desenvolvimento Agropecuário de Sergipe
EMSETUR – Empresa Sergipana de Turismo
ETENE – Escritório Técnico de Estudos da Região Nordeste
FASE - Faculdade de Sergipe
FORNATUR - Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo
FUNCAJU – Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Esportes da Prefeitura de Aracaju
GERCO – Gerenciamento Costeiro
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
IES – Instituições de Ensino Superior
IFS – Instituto Federal de Educação Tecnológica
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ITPS – Instituto de Tecnologia e Pesquisa de Sergipe
MCM - Movimento das Catadoras de Mangaba
MIP – Matriz Insumo-produto
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MTur – Ministério do Turismo
OGU – Orçamento Geral da União
OMT – Organização Mundial do Turismo
PDITS - Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PETROBRAS – Petróleo Brasileiro SA.
PNT – Plano Nacional de Turismo
PRODETUR – Programa de Desenvolvimento do Turismo
PRT – Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil
REBIO – Reserva Biológica
RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Nacional
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SECOM - Secretaria de Estado da Comunicação
SEDETEC – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência e Tecnologia
SEDURB – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano
SEED – Secretaria de Estado da Educação
SEINFRA - Secretaria de Estado de Infra – Estrutura
SEMARH - Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SENAC - Serviço Nacional do Comércio
SEPLAG – Secretaria de Estado do Planejamento, Administração e Gestão
SETUR – Secretaria de Estado do Turismo de Sergipe
SINDETUR – Sindicato das Empresas de Turismo
SINGTUR – Sindicato dos Guias de Turismo
STTR de Telha – Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Telha
SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TCU – Tribunal de Contas da União
UFS - Universidade Federal de Sergipe
UC – Unidade de Conservação do Meio Ambiente
UCP – Unidade de Coordenação de Projetos do PRODETUR
UNIT - Universidade Tiradentes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1 - TURISMO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO	24
1.1 TURISMO E SUA INTERFACE NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO	24
1.2 PRODUÇÃO DO ESPAÇO: USO TURÍSTICO DA REGIÃO E DO TERRITÓRIO ...	32
1.3 INTERFERÊNCIAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO TURISMO	39
1.4 INSTITUCIONALIZAÇÃO DO TURISMO: O CASO BRASILEIRO	42
1.5 GOVERNANÇA E CONTROLE SOCIAL	49
CAPÍTULO 2 – POLO COSTA DOS COQUEIRAIS, POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES	55
2.1 CONSTITUIÇÃO DO POLO COSTA DOS COQUEIRAIS	55
2.2 CONDIÇÕES SÓCIO AMBIENTAIS DO POLO COSTA DOS COQUEIRAIS	73
2.3 ARACAJU COMO CENTRALIDADE DO POLO COSTA DOS COQUEIRAIS	87
2.4 POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES DO POLO COSTA DOS COQUEIRAIS	91
CAPÍTULO 3 – TURISMO E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO NO POLO COSTA DOS COQUEIRAIS	95
3.1 SEGMENTAÇÃO TURÍSTICA NO POLO COSTA DOS COQUEIRAIS	95

3.2 TERRITÓRIOS E ÁREAS FUNCIONAIS DO TURISMO NO POLO COSTA DOS COQUEIRAIS	105
3.3 COMPOSIÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA (FIXOS)	110
3.4 PERFIL DA DEMANDA TURÍSTICA (FLUXOS)	114
3.5 FORMAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTOS NOS TERRITÓRIOS TURÍSTICOS	118

CAPÍTULO 4 – PRODETUR E AS TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO NO POLO COSTA DOS COQUEIRAIS 125

4.1 ANTECEDENTES DO PRODETUR E SEU CENÁRIO ATUAL NO ESTADO DE SERGIPE	125
4.2 A LÓGICA DA AGÊNCIA MULTILATERAL E A PREPARAÇÃO DE SERGIPE... ..	141
4.3 TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS DO PRODETUR E INVESTIMENTOS COMPLEMENTARES	148

CONCLUSÕES E PROPOSIÇÕES 163

REFERÊNCIAS 168

APÊNDICES 175

INTRODUÇÃO

O turismo é abordado neste estudo como elemento de transformação espacial e desenvolvimento regional, pela sua capacidade de criar áreas de funções e territórios de exploração turística que dialogam regionalmente ou atuam isoladamente na busca de atrair movimentos de pessoas e instalar equipamentos para servi-las, numa dinâmica multisetorial capaz de transformar a realidade econômica do lugar e o modo de vida dos seus residentes. O Polo Costa dos Coqueirais em Sergipe, foi tomado como espaço de análise para construção deste estudo.

Com relevante importância nas alterações espaciais da atualidade, o turismo se destaca entre as atividades econômicas na geração de emprego e renda, impactando diretamente 10% do PIB mundial. Segundo dados do Conselho Mundial de Viagens e Turismo (WTTC-2011), o setor emprega 230 milhões de pessoas em todo o mundo, o que significa 8,3% do total de empregos e, impactará 12% no PIB mundial até 2017. Especificamente, uma a cada 12 pessoas trabalha direta ou indiretamente com turismo. Dentre os segmentos de destaque estão o ecoturismo e o turismo de aventura que têm crescimento muito acima da média do turismo convencional em todo o mundo.

Ainda para WTTC, enquanto os dados de viagens e turismo, para o primeiro semestre de 2011, foram em geral positivos, no caso dos EUA e Europa, os níveis de confiança ainda são baixos, mas a recuperação econômica global e a perda da dinâmica do desempenho industrial, após a crise financeira de 2009, enfraqueceram a perspectiva de viagens e turismo, na segunda metade de 2011, em relação ao primeiro semestre. No entanto, espera-se um crescimento médio de 4% ao ano até 2021.

A crise financeira na Europa e Estados Unidos também chamada de crise econômica mundial, em 2009, trouxe para o turismo brasileiro uma melhor distribuição de renda, por meio de uma nova perspectiva de dinamização do fluxo de pessoas, uma vez que serviu para fortalecimento do turismo doméstico. Assim, a tão desejada geração de divisas que fora abruptamente reduzida, passou a ser complementada pela melhor circulação da moeda nacional que garantiu o pleno funcionamento dos serviços e equipamentos turísticos, mesmo com a redução do fluxo internacional.

No mundo, o turismo está presente como opção ou alternativa econômica capaz de alterar o espaço e aumentar a oferta de trabalho e emprego a partir do aumento do fluxo de pessoas, visitantes e turistas, e instalação de equipamentos fixos, como meios de hospedagem, bares e restaurantes entre outros de entretenimento e lazer. Na dinâmica de uso turístico do espaço são levadas em consideração as produções existentes, os recursos naturais, as tradições locais, a gastronomia e a diversidade artística e cultural.

Reconhecido no Brasil a partir da década de 1960, o turismo teve seus primeiros registros com investimentos privados no Rio de Janeiro e, em seguida, passou a ocupar essencialmente sua área costeira com uma série de atrativos e equipamentos que pudessem dar apoio à exploração da atividade. Atualmente, o turismo brasileiro vive o desafio de receber grandes eventos de impacto internacional como a COPA 2014, as Olimpíadas e Paraolimpíadas 2016, concentrando investimentos públicos em instalação de equipamentos esportivos como reforma, ampliação e construção de estádios de futebol, e acessibilidade, como recuperação e construção de rodovias, aeroportos e ferrovias.

A expectativa nacional sobre estes grandes eventos gerou para a política nacional de turismo o desafio de fortalecer a regionalização criada e de dar apoio às centralidades das sedes dos eventos. Assim, ficou posto o dilema de garantir a gestão e fomento às políticas implementadas e revisadas, desde a criação do Ministério do Turismo, em 2003, ou voltar-se exclusivamente para os centros receptores dos grandes eventos.

No caso de Sergipe, esses eventos poderão impactar no aumento do fluxo de turistas pela sua localização entre os Estados de Alagoas e Bahia, este será uma sede da COPA 2014. O desafio do aumento do fluxo disputa com o problema da concentração geográfica em Aracaju associado às distâncias muito curtas com os principais destinos turísticos do Estado, podendo ser percorrido num raio de 200Km.

Diante deste cenário de crescimento do turismo, de instalação de equipamentos públicos e privados e de geração de fluxos, surge a motivação para este estudo que adota como objetivo geral a análise do papel da atividade turística na produção e organização do espaço geográfico do Polo Costa dos Coqueirais, no período compreendido entre 1990 e 2011, estruturado a partir do entendimento das categorias geográficas, destacadamente a região e o território.

Este estudo foi baseado no método analítico. Para Sposito (2004), o método deve ser abordado como instrumento intelectual e racional capaz de possibilitar a compreensão da realidade objetiva pelo investigador na perspectiva de estabelecer verdades científicas para as devidas interpretações.

A realização do estudo foi estruturada em quatro etapas essenciais: 1ª etapa - levantamento bibliográfico, documental e cartográfico dos elementos, conceitos e aspectos relacionados à análise do espaço geográfico e da participação da atividade turística na sua (des)organização; 2ª etapa – Resgate histórico do processo de ocupação e (des)ordenamento territorial pelo turismo, através de levantamentos bibliográficos, documentais e cartográficos; 3ª etapa – Realização de pesquisa direta, com aplicação de 30 questionários direcionados a agentes da cadeia produtiva do turismo e gestores públicos, além da realização de oficina para aplicação de 13 formulários de informações turísticas dos municípios, dirigidos aos agentes públicos e lideranças comunitárias; 4ª etapa – Análise e avaliação dos dados e informações obtidos.

Na coleta de informações para a pesquisa destaca-se a aplicação dos questionários com opiniões dos diversos setores envolvidos a cerca das transformações espaciais causadas pelo turismo, entre eles estão representantes do Senado da República, Câmara dos Deputados, Governo do Estado, Governos dos municípios, *Trade* turístico e empresariado, lideranças comunitárias, professores e pesquisadores. O alcance desta pesquisa em representatividade de setores deu-se pela participação em evento de repercussão nacional do turismo como o Salão do Turismo – Roteiros do Brasil, realizado em São Paulo – SP no período de 13 a 17 de julho de 2011, reuniões de grupos de trabalhos e sessões ordinárias do Fórum Estadual de Turismo, realizadas entre os meses de agosto e outubro de 2011, além de visitas agendadas durante os meses de novembro e dezembro.

Os dados coletados foram processados por meio de técnicas qualitativa e quantitativa, sendo representados sob a forma de tabelas, gráficos, mapas e cartogramas (contemplando regiões, áreas funcionais, territórios, paisagens e roteiros turísticos), e quadros explicativos, demonstrando, principalmente, as intervenções em infraestrutura, impactos e passivos ambientais e sociais na área estudada, além de registros fotográficos que contribuíram para posterior análise.

A pretensão desta pesquisa é responder a questões como: 1. As políticas públicas de turismo contribuem para alterações na organização do espaço do Polo Costa dos Coqueirais? 2. Como a população se insere nas atividades turísticas no Polo Costa dos Coqueirais? 3. Como as políticas públicas interferem nas áreas funcionais e territórios turísticos do Polo Costa dos Coqueirais? 4. Quais os impactos do PRODETUR sobre o uso turístico do espaço? 5. Os equipamentos de turismo transformaram o espaço? 6. Qual a forma de distribuição espacial do turismo social no Polo Costa dos Coqueirais? 7. Como se compõem os produtos turísticos do Polo Costa dos Coqueirais?

Portanto, a busca de respostas para tais questões tem por base investigativa seis problemas aparentes no turismo sergipano: 1) Institucionalização confusa do setor; 2) Representatividade incipiente da cadeia produtiva do turismo; 3) Falta de identidade do turismo Sergipano; 4) Estratégia de desenvolvimento turístico pouco clara; 5) Concentração do fluxo turístico em Aracaju; 6) Incipiente diversificação do produto turístico.

Esta dissertação está estruturada em quatro capítulos, acrescidos das conclusões e proposições. O primeiro capítulo, Turismo Políticas Públicas e Organização do Espaço, traz abordagem sobre a interferência do turismo na organização do espaço geográfico, as relações sociais e as disputas estabelecidas para uso, ocupação do solo e controle de áreas. Ainda trata das diferenças entre os usos turísticos da região e dos territórios, da importância das diretrizes e dos critérios das políticas públicas e institucionalização do turismo e, além da governança e controle social.

O capítulo seguinte, intitulado Polo Costa dos Coqueirais, Potencialidades e Limitações, reúne breve contextualização e caracterização do espaço de estudo, Polo Costa dos Coqueirais, incluindo suas condições ambientais, sociais e econômicas, analisando a capital Aracaju sob a ótica da sua condição de centralidade da atividade turística e levantando suas potencialidades e limitações.

Turismo e Organização do Espaço no Polo Costa dos Coqueirais é o terceiro capítulo que trata da organização espacial do turismo no Polo Costa dos Coqueirais e seu posicionamento de mercado com os segmentos eleitos prioritários para formação e distribuição dos produtos turísticos. Além disso, expõe o resultado da identificação de

territórios e áreas funcionais do turismo, apresentando a composição da oferta turística (fixos) e o perfil da demanda (fluxos).

O quarto e último capítulo, PRODETUR e as transformações no Polo Costa dos Coqueirais, discute o Programa de Desenvolvimento do Turismo e sua contribuição para as transformações espaciais, resgatando seus antecedentes e cenário atual, avaliando a lógica da Agência Multilateral no processo de tomada de empréstimo, na concepção do investimento público e, comparando-o a outros investimentos públicos no setor.

Por fim, as conclusões e proposições se dedicam a responder as questões da pesquisa e, sem pretensão afirmativa, pontuar problemas e alternativas de desenvolvimento do turismo no Polo Costa dos Coqueirais, como forma de contribuir para reflexões e análises sobre a produção e organização do espaço pelo turismo.

Este estudo é uma exigência do Núcleo de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe, dentre das atividades pedagógicas para obtenção do título de Mestre.

CAPÍTULO 1 – TURISMO, POLÍTICAS PÚBLICAS E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO

O entendimento sobre o papel do turismo na organização do espaço geográfico passa pela abordagem da sua interferência como agente modificador do espaço, das relações sociais e das disputas estabelecidas para uso, ocupação do solo e controle de áreas, assim como explica as condições de regionalização e territorialização, influências e contribuições das políticas públicas existentes.

1.1 TURISMO E SUA INTERFERÊNCIA NA ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO

Subordinado às políticas públicas, ao setor privado ou até a parceria entre ambos, o turismo é uma atividade essencialmente influenciadora na organização e reorganização do espaço, tendo a capacidade de gerar fluxo indiscriminado de pessoas para destinos com centenas de anos de ocupação, rica história cultural, econômica e com bens materiais e imateriais que superaram várias gerações. Ao mesmo tempo, o turismo pode lidar com lugares criados repentinamente pelo imaginário de algum homem que, mesmo na sua artificialidade, cria uma expectativa no imaginário do outro capaz de mobilizar grande número de pessoas. Diante dessas possibilidades do turismo, é necessário resgatar o seu passado para explicar sua origem no tempo e no espaço.

Os primórdios do turismo aconteceram com a realização dos Jogos – 776 A.C. na Grécia, seguido pelos romanos com banhos em fontes de água mineral, os quais realizaram as primeiras viagens de lazer em busca da cura de doenças, de novos produtos e expansão dos territórios, construção de estradas e primeiras hospedarias, lutas de arena e espetáculos de circo (OLIVEIRA, 1998).

Portanto, o turismo não é um fenômeno novo, muitas civilizações anteriores ao século XIX o conheceram através de residências secundárias nos subúrbios de Atenas; Entre os Romanos, as termas reuniam as classes privilegiadas, como as de Pompéia, S. Rafael, Hyères ou Miróbriga. Tal como hoje, estas formas de vida que afetaram apenas uma pequena elite ocorreram num mundo enriquecido e politicamente estável e correspondem ao supérfluo que a

mais pequena crise põe em jogo. As invasões bárbaras e a queda do Império Romano contribuíram para a estagnação das aglomerações de recreio dos Romanos. O movimento reaparece na Idade Média, mas com feição e motivos diferentes: o culto dos lugares sagrados, as peregrinações e as romarias e as termas como locais de cura. Meca, Jerusalém, Roma, Santiago de Compostela e Braga são grandes locais de visita. Os descobrimentos alargaram consideravelmente os horizontes, generalizando-se o interesse e a paixão por regiões diferentes e populações exóticas. (ALEXANDRE, 2009).

A atividade comercial do turismo surgiu na era industrial com a primeira viagem realizada em 1841 pelo inglês Thomas Cook, vendedor de bíblias que passou a ser considerado o “pai do turismo” quando organizou um *tour* a Leicester para grupo de 500 pessoas utilizando um trem fretado, a partir daí tornou-se referência em viagens guiadas e montou sua rede de agências de turismo. Seu exemplo foi reproduzido na América e na Europa, no início da década de 1850, quando surgiam numerosas empresas de intermediação de serviços de viagens.

Atualmente, o mercado de viagens representa 30% das exportações mundiais de serviços e 6% do total das exportações mundiais (OMT, 2009). Como categoria de exportação, o turismo se situa em 4º lugar, depois apenas dos combustíveis, produtos químicos e automóveis. Para muitos países, a atividade turística é uma das principais fontes de receita e imprescindível para a geração de emprego e renda. Apesar da previsão de que a receita do turismo internacional no mundo tenha sido 6% menor, em 2009, esse número ainda representa algo em torno de U\$ 900 bilhões (MTur, 2010). É dentro de um contexto de desejo/necessidade de evasão e satisfação da curiosidade que se difunde o gosto pelas viagens, base do turismo moderno.

No Brasil, a atividade turística começou a se desenvolver depois dos anos 1960. Antes disso, o único polo brasileiro de turismo conhecido no exterior era a cidade do Rio de Janeiro, antiga capital do país, que possuía infraestrutura e recebia significativo número de visitantes.

Esses fatos instigaram o interesse de pesquisadores e cientistas, fazendo surgir diversos estudos sobre o turismo, desenvolvendo-se várias conceituações, dentre essas destaca-se a de Barreto (1992, p.19):

Um fenômeno social que consiste no deslocamento voluntário e temporário de indivíduos ou grupos de pessoas que, fundamentalmente por motivos de recreação, cultura, ou saúde, saem do seu local de residência habitual para outro, no qual não exercem nenhuma atividade lucrativa nem remunerada, gerando múltiplas inter-relações de importância social, econômica e cultural.

Segundo a OMT (2001): “O turismo compreende as atividades de viagens de pessoas e alojamento em locais fora do seu ambiente usual durante não mais do que um ano consecutivo, por lazer, negócios e outros motivos”. Com mudanças e inovações constantes, o turismo é uma atividade tão dinâmica quanto a evolução da sociedade no tempo e no espaço e os acontecimentos cotidianos distribuídos pelo mundo. Constituído essencialmente pelo comportamento humano no ato de se deslocar por motivações diversas, o turismo evoluiu para uma atividade econômica revestida pelos precedentes do modelo capitalista de consumo, tendo como principal produto as paisagens e, nelas, seus equipamentos e serviços.

Tanto pela dimensão do turismo como possível ramo da ciência, quanto pela condição de mera atividade econômica, é notória sua capacidade de estruturar, reestruturar, organizar e reorganizar o espaço para contemplar interesses diversos no uso e ocupação do solo. Assim, sua relação com a organização espacial é direta com o espaço, categoria de análise da geografia.

Para Rodrigues (1999, p. 40), o estudo do turismo no âmbito da geografia acentua-se a partir da década de 1960, respondendo ao acelerado desenvolvimento do fenômeno, ligado à prosperidade econômica que marcou o período de pós-guerra nos países centrais do capitalismo. Um extenso inventário sobre a produção da Geografia do Turismo foi realizado por Alberto Luiz Gómez (1988b), no qual a Espanha figura com destaque, seguida pela Alemanha. Em face de sua complexidade em âmbito multidisciplinar, o turismo passa a ser estudado particularmente pelo conjunto das ciências sociais, integrando, além dos aspectos histórico-geográficos, os aspectos econômicos, psicológicos, sociológicos, antropológicos e jurídicos, conforme assinala P. de Groote (1983). Além desses, podem-se acrescentar ainda os aspectos políticos, culturais e ecológicos, dentre outros.

A geografia do turismo produz dois tipos de trabalho, de um lado a produção de uma análise crítica do turismo enquanto nova atividade econômica e como um novo ramo da economia com determinante papel na reprodução social; e de outro lado, mostra a

preocupação com as necessidades do mercado que encontra no turismo um elemento de reprodução do capital, através das vendas de particularidades do espaço.

Nesta direção, coloca-se a difícil tarefa de criar as estratégias capazes de tornar atrativos, os lugares para consumo, numa sociedade em que todos os momentos da vida cotidiana se acham penetrados e dominados pela realização da mercadoria.

Os lugares de consumo são apropriados pelo turismo e pelo lazer, enquanto momento da reprodução do espaço – suscitados pela extensão do capitalismo – tornam-se mercadoria de desfrute, passível de serem consumidos e isto coloca aos geógrafos a preocupação de pensar no potencial de “venda dos lugares” capazes de reunirem atrativos turísticos, através da produção de um “discurso competente” (CARLOS, 2007).

O espaço turístico, como todo espaço geográfico, não pode ser compreendido por fronteiras euclidianas, mesmo porque pelo menos um de seus elementos básicos lhes é exterior – a demanda. Sumariamente, os elementos básicos do espaço turístico são: oferta turística, demanda, serviços, transportes, infra-estrutura, poder de decisão e de informações, sistema de promoção e comercialização. É evidente que esses elementos se encontram em ação e interação recíprocas, não podendo ser compreendidos separadamente. (RODRIGUES, 1999)

Uma referência de análise do espaço e das atividades que se movimentam nele é aquela que privilegia os fixos e os fluxos. De acordo com Santos (1997), os fixos, que são equipamentos com existência de função (casa, porto, armazém, plantação, fábrica), emitem ou recebem fluxos que são os movimentos. As relações sociais comandam os fluxos que precisam dos fixos para se realizar.

O turismo se apresenta como forte agente modificador do espaço, seja pela instalação de equipamentos fixos ou pela criação de fluxos e movimentos. Sua natureza de motivar deslocamentos em busca do desconhecido faz com que o homem, utilizando elementos da natureza, procure técnicas ou paisagens para apresentar como novidade, mesmo que para isso tenha que alterar e reorganizar o entorno, a fim de atender necessidades diversas. Essas alterações causam grandes impactos naturais, sociais e econômicos, interferindo na organização do espaço geográfico.

Para Rodrigues (1999, p. 65), é na obra *Espaço e Método* que Milton Santos expõe, de maneira clara e inequívoca, os elementos construtivos do espaço – os homens, as firmas, as instituições, o chamado meio ecológico e as infra-estruturas (SANTOS, 1985:6-7). Estes elementos se entrelaçam, fundem-se e se confundem, contêm-se uns os outros são por todos contidos, produzindo a totalidade que, por ser mais presente, impõe de maneira mais evidente, resultando mais intrincada (op. Cit, p. 7).

Todos os elementos do espaço, numa dinâmica constante de ações e interações recíprocas, em movimentos sincrônicos e/ou diacrônicos, produzem formas distintas, historicamente determinadas, que constituem a paisagem, recurso turístico de grande magnitude (Rodrigues, 1999).

As facilidades de acesso aos recursos naturais condicionam o uso turístico dos lugares, tornando o meio natural vulnerável à exploração turística. Assim, as relações processadas pelo homem nesse meio são determinantes para o ordenamento do espaço, fazendo com que o sucesso do turismo dependa da relação processada entre o meio natural e a sociedade.

Nessa dinâmica espacial insere-se a implantação de objetos fixos e geração de fluxos que ora se processa positivamente, ora negativamente, observadas as formas e condições sobre as quais se instalaram.

Ainda para Rodrigues (1999, p. 62), fixos, porém não estáticos, são os centros emissores da demanda, de onde partem os fluxos para os núcleos receptores, usando a linguagem técnica do turismo. Assim, o espaço do turismo é essencialmente fluido, porque por natureza implica mobilidade horizontal e vertical. Isso não significa que nas áreas de deslocamento dos fluxos não se imprimam formas. Nos territórios de transportes e de traslados constroem-se ferrovias, rodovias, hidrovias, estações rodoviárias e ferroviárias, portos e aeroportos – um sistema de objetos.

Em lugares turísticos de pequenas dimensões, o turismo passou a ser caracterizado como atividade de massa, tornando-se consumidor de paisagens, acompanhando o modelo de reprodução do capital. Desse modo, ao analisá-lo como fator de (des) organização do espaço, há que se considerar a apropriação de determinados lugares, causando-lhes transformações

que comprometem sua singularidade e particularidade. Essa é uma das características das atividades turísticas baseada na lógica do lucro sobre o consumo dos lugares.

Para Loureiro e Souza (2003), o turismo precisa ser entendido não como uma atividade exclusiva, um motor de desenvolvimento a que devam ser reservados espaços específicos, mas sim como uma fonte complementar, um elemento de acompanhamento, cujas infraestruturas e equipamentos podem servir para usos da comunidade residente. Ao lado de evidentes efeitos econômicos, o turismo exerce também forte influência no campo sociocultural, com destaque para a preservação do meio ambiente e do patrimônio histórico, o desenvolvimento dos recursos humanos e as mudanças de atitudes, hábitos de consumo, estilos de vida e padrões de comportamento.

De todo modo, o turismo carece de explicação no contexto de atividade produtiva, mas, para isso, exige a idealização de um produto que embora não se apresente de forma tangível é capaz de organizar-se mercadologicamente a ponto de ganhar as prateleiras do mundo, não apenas disponibilizando uma mercadoria, mas ofertando novas experiências e vivências por meio de um roteiro ou pacote turístico que materializa o produto de comercialização mundial do turismo.

Para compor o seu produto turístico ou roteiro, o lugar destino deve ser estruturado para oferecer além de um importante atrativo natural ou artificial, uma série de equipamentos e serviços como meios de hospedagem, transportadoras, bares e restaurantes, e equipamentos de entretenimento e lazer, além da infraestrutura necessária à acomodação desses serviços como acessibilidade, saneamento básico, coleta e tratamento do lixo, entre outros.

Essa reestruturação na infraestrutura para oferta de serviços e equipamentos que compõem o produto turístico implica na (des) organização do espaço, uma transformação capaz de impactar no crescimento econômico na mesma intensidade que atinge o modo de vida, os recursos naturais e saberes locais do destino explorado.

Apesar do modelo capitalista sobre o qual surgiu o turismo, uma atividade de consumo das particularidades do lugar, também traz uma possibilidade de contribuição social desde que observado o planejamento da capacidade de carga do lugar, a segmentação turística adequada à realidade e modo de vida estabelecido, resultando na geração de renda e emprego a partir de

investimentos públicos e privados. Esse tripé, planejamento, investimento e controle de uso dos recursos, é capaz de ordenar o uso turístico influenciando a valorização dos saberes locais e a troca de experiência com os visitantes e turistas, chamado turismo de experiência.

Investimentos como infraestrutura básica de saneamento, acessibilidade viária, tratamento de esgoto e resíduo sólido, abastecimento de água e energia, entre outros, servem a comunidade local e dão base à estruturação do turismo num lugar, determinando o alcance de suas alterações espaciais

As propostas mais adequadas de políticas de turismo, ditas sustentáveis, devem estabelecer portas de saída para a pobreza e servir de vetor para produzir melhora das condições de vida das populações pobres, favorecendo o aumento de seu capital, apontando três tipos de capital e de possibilidades de desenvolvimento em cada um deles: a) capital humano: possibilita a capacitação, inclusão digital e educação formal; b) capital físico: incrementa a infraestrutura pública, infraestrutura privada e ativos reais financeiros; c) capital social: proporciona a participação nos locais, crédito seguro e gestão pública. (BRASIL, 2009)

Durante a década de 1990, as produções científicas que tratam da geografia relacionada ao turismo passaram a referenciar a organização espacial do setor, resultando numa estruturação de política pública capaz de promover mobilização, discussão, construção e implementação de planos e programas que reforçam a tese de produção do espaço pelo turismo, definição de territórios, usos de recursos naturais e sociais, paisagens e lugares.

As discussões sobre a Geografia do Turismo criaram termos que dão base a inúmeros estudos e pesquisas na tentativa de explicar o fenômeno turístico, entre eles: a) Turismo de base comunitária – formado a partir do modo de vida do lugar; b) Turistificação – uma modalidade de territorialização dada com a construção do território; c) Áreas funcionais turísticas – concentração de equipamentos, serviços e fluxo de pessoas para o turismo, também conhecido como distrito turístico; d) Regionalização turística – estruturação regional para usos turísticos;

Recentemente, a Geografia do Turismo é analisada sobre o estudo das áreas funcionais urbanas ou rurais, numa perspectiva geográfica ou de planejamento, assim, preocupa-se com a

dinâmica da organização espacial, as motivações dos visitantes, as funções estabelecidas pelos homens nos lugares turísticos.

O estudo de áreas funcionais turísticas recai sobre espaços particulares na cidade. Alguns desses espaços, especialmente em cidades grandes, formam parte do tecido urbano cotidiano, onde turistas e residentes compartilham espaços comuns para fins embutidos no léxico urbano da experiência, tais como um centro integrado de transportes, um local para compras ou uma praça de alimentação. Outras áreas funcionais ficam intencionalmente à parte da experiência cotidiana da cidade, com o potencial para criar reproduções do espaço do tipo fordista (JUDD, 1995). É provável que a maioria das “áreas funcionais turísticas” se localize em algum lugar entre as duas e tenha o potencial de “criar” experiências para o visitante – o que temos chamado em outro lugar de “sentimento existencial” do espaço (Hayllar, 2011, p. 6.)

No contexto das áreas funcionais turísticas é possível perceber com clareza a adaptação de lugares que interessam ao serviço turístico, especialmente aqueles contemplados por recursos naturais, beirando o mar, um rio, um lago, em meio a floresta, mata, serras, próximo de dunas, mangues e estuários.

Na década de 1990, o Brasil foi marcado pela intensificação de funções turística nas áreas do litoral, normalmente urbanizadas que passam a ter grande faixa à beira mar para instalação de equipamentos de uso turísticos, como hotéis e pousadas, bares e restaurantes e equipamentos de entretenimento e lazer. Estas áreas funcionais turísticas evoluíram e cresceram economicamente com a influência do uso turístico ali visualizado e explorado.

Durante a estruturação de áreas funcionais turísticas é necessário observar a economia política estabelecida, normalmente cercada por interesses diversos de exploração das áreas, seus usos são determinados por meios de planos e programas, normalmente coordenados pela elite do poder do Estado. Afinal, a partir daí surgirão novas configurações de organização espacial para o turismo. Assim, as áreas funcionais do turismo servem de instrumento político para crescimento e promoção de mudanças espaciais.

Esse conceito de área funcional turística é o que melhor se aplica a discussão da geografia do turismo quando, por um lado, permite identificar lugares de experiência turística,

reestruturados a partir de bases funcionais consolidadas pelos hábitos e costumes dos residentes e, por outro, observa a construção de grandes equipamentos de usos turísticos totalmente distanciados e dissociados do modo de vida local, sem considerar sua identidade como fonte de motivação e atração turística.

1.2 PRODUÇÃO DO ESPAÇO: O USO TURÍSTICO DA REGIÃO E DO TERRITÓRIO

Explicar o espaço geográfico a partir das relações sociais produzidas nele perpassa pelo entendimento do espaço como produto social, influenciado pela ação do Estado, dos agentes privados e da comunidade em geral. Como o turismo é uma das novas modalidades capazes de provocar reestruturações ou alterações espaciais, nada melhor que entendê-lo sob a perspectiva da produção do espaço.

Pela sua dinâmica, o turismo contribui para organização do espaço. Na produção e consumo do espaço, sua mobilidade deriva das múltiplas incidências a que esta atividade está relacionada, envolvendo desde aspectos da configuração natural, dos atores sociais que atribuem função à atividade turística, até a infra-estrutura das áreas onde esse processo encontra-se instalado. Nesse sentido, a produção do espaço turístico configura-se pela interação contínua entre as características dos espaços e suas relações sociais tomadas em dado momento.

Qualificado como nova modalidade de consumo de massa, o turismo desenvolve-se no âmbito da emergente economia das trocas invisíveis em escala nacional e internacional. Esta modalidade se expande com a produção de bens (infra-estrutura, construções, alimentos e produtos diversos) e serviços (transportes, hospedagens, alimentação, etc.) que interagem para o consumo final. Esse conjunto de bens e serviços oferece ao mercado de consumo as condições e acessibilidade a um determinado lugar. O espaço, na dimensão do lugar, assume caráter de objeto de consumo e, como tal, é (re) produzido e comercializado. (FALCÃO, 1999)

Ao implicar na utilização dos espaços, meios e lugares, a atividade turística requer organização e planejamento na instalação da infra-estrutura e dos serviços. A ocupação do

solo pela construção de equipamentos turísticos pode gerar descaracterização dos núcleos originais, culminando, em casos extremos, na segregação social e/ou espacial.

O conjunto de equipamentos e serviços destinados ao turismo é capaz de alterar qualquer organização espacial existente, seja pela ação do Estado, através de política pública, seja pelo interesse privado de exploração da área para fins de lucro reproduzindo o modo capitalista ou ainda pelo interesse da comunidade em agregar renda com novo modo de produção associado às tradições locais, este mais improvável, porém surgindo como novo segmento, no Brasil, a partir da década 2010.

Na produção do espaço para o turismo é muito comum a utilização de áreas beneficiadas pela natureza pela disponibilidade de recursos naturais (praias, rios, lagos, serras, montanhas), pela arquitetura dos equipamentos históricos (museus, palácios, Igrejas, centros de artes), ou ainda pela disponibilidade de terrenos para construir equipamentos artificiais (zoológicos, parques temáticos, entretenimento e lazer). Nessas áreas são construídos equipamentos que dão apoio à estrutura turística, como equipamentos de hospedagem (pousadas, hotéis, albergues, flats, resorts), alimentação (bares, restaurantes, lanchonetes), de entretenimento (casa de espetáculos, parques), além de obras de infraestrutura básica (saneamento, iluminação, acessibilidade).

Todo esse conjunto de equipamentos incorpora serviços que num processo dinâmico de funcionamento produzem a operação turística, e, muitas vezes, segrega o que existe de base local, os residentes, seus modos de produção, hábitos e costumes que também sofrem alteração para acomodação do turismo em área originalmente suas, para fins de uso e exploração. Essa vasta possibilidade de instalação de equipamentos, criação de serviços e atração de fluxos reproduzem ou simplesmente produzem espaços para uso turístico, adequando ou transformando suas configurações naturais para exploração da atividade.

O espaço em sua configuração social e como principal categoria da geografia encontra-se produzido e é reproduzido à medida que recebe o turismo para atender sua dinâmica de uso e ocupação, normalmente com foco no consumo de paisagens e com enorme impacto sobre os lugares e suas organizações espaciais. Assim, é necessário avaliar as condições de poder estabelecidas sobre uso dos espaços.

O turismo assume a importância do consumo sobre o produto, dado que o produto do turismo é normalmente um serviço, não há como entender o seu modo de produção de outra maneira que não gerando consumo, vendendo a necessidade de consumo e não um produto materializado, uma vez que vendem paisagens, bens e serviços.

É no conteúdo do espaço de relações sociais que se engendram os processos, pois é nessa formação histórica que se estabelecem, se recriam, se transformam as relações sociais e espaciais. Mas esse produto social não se faz sem conflitos, contradições e resistências. Carlos (2007) explica que “as relações sociais têm uma existência real enquanto existência espacial concreta, na medida em que produzem e assim efetivamente a sociedade produz o espaço”.

Cada local, região ou país tem sua formação própria, sua cultura, valores e costumes e, deste modo, o espaço vai sendo produzido conforme essas relações são mais amplas, em um processo articulado à produção geral da sociedade. Chesnais (1996) diz que os “serviços são a nova fronteira para a mundialização do capital” A reestruturação produtiva industrial desenvolveu uma infinidade de serviços funcionais à sua produção, ou seja, a cada bem produzido ligado às novas tecnologias desencadeiam-se os serviços de suporte e sustentação, sendo o turismo um desses serviços, voltado especialmente a reprodução da força de trabalho e ao consumo (CORIOLANO, 2009).

Com a evolução do capitalismo e o conseqüente processo de urbanização, a natureza, agora entendida como recurso natural e não mais em seu caráter original, assim como o espaço “são progressivamente açambarcados pela mercantilização e privatização, (...) a realidade urbano-industrial impõe-se fortemente como o traço caracterizado no novo espaço social em construção” (MORAES, 1988).

Considerando que a dinâmica de organização espacial do turismo ora foca no planejamento tomando como método a região e ora utiliza o território como área de estabelecimento de poder, é necessário resgatar uma abordagem sobre o uso da região e do território.

Quando se trata de definir política de turismo, planejar o desenvolvimento, ordenar e priorizar o uso do solo, a região é utilizada como método de planejamento. Distintos exemplos de planos e programas de turismo podem ser utilizados para ilustrar o uso da região

como elemento de planejamento, portanto, foi feito neste estudo a opção pelo Programa de Regionalização do Turismo, desenvolvido pelo Ministério do Turismo, tendo como objetivo a estruturação de regiões turísticas no Brasil, por meio da mobilização, sensibilização, institucionalização de governança, organização e promoção dos produtos turísticos, além da elaboração de planos.

Para tomar a região como elemento de planejamento turístico é necessário entendê-la como categoria geográfica. Pela necessidade de evitar a imediata tentação de procurar responder definitivamente à questão – o que é região, busca-se em Gomes (2009) discernir os sentidos diferentes que podem existir na noção de região nas diversas esferas em que é utilizada, no senso comum, como vocábulo de outras disciplinas e, o mais importante, na variedade de acepções que apresenta na geografia. Para o autor, a região esteve no centro de diversos debates que ainda hoje animam as discussões epistemológicas da geografia, assim, não se dá a tarefa de produzir novo conceito sobre região, mas levanta e destaca a necessidade de compreender os momentos dialéticos da região e como deve ser incorporada para compreensão da dinâmica espacial dos novos tempos.

A dialética da região não se esgota. Como conceito, é preferível não buscar defini-la, mas como método fica clara a necessidade de buscar uma compreensão que justifique a dinâmica do espaço estudado a partir da observação e análise do meio natural, da ação humana, das finalidades administrativas e relações de poder, assim como a sua diversidade espacial convivendo com a mundialização essencial ao capitalismo.

Para Silva (2003), o problema regional brasileiro é dado pela persistência dos problemas e desequilíbrios sociais, ambientais e econômicos das regiões brasileiras, reforçando a falta de um projeto nacional de desenvolvimento regional, defendendo a idéia de que a questão regional no Brasil carece de reflexões aprofundadas, passando pela análise dos problemas persistentes como o enfraquecimento de ações regionais do Estado, assim como a desigual e desproporcional forma de incentivo federal às regiões. Além disso, deve considerar o expressivo papel do Estado e municípios e a participação das organizações e movimentos sociais.

Atualmente, novas configurações de políticas públicas permitem observar que o Brasil, ainda que incipiente, passou a valorizar o desenvolvimento regional em âmbito

nacional, estadual e municipal, tanto pela estruturação e organização da ação do Estado, quanto pela consciência de mudança da atual geração. Entretanto, deve-se considerar que muitos problemas ainda persistem como o tratamento desigual e desproporcional a algumas regiões, e os desafios de controle social e ambiental frente ao avanço da globalização.

No caso do Nordeste como um todo, mas com destaque para o papel dos Estados, merece especial menção o Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), abrangendo toda a região, com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento. “É sintomático que esse Programa tenha sido uma iniciativa dos Estados nordestinos, a partir de uma idéia do Governador de Sergipe, João Alves Filho, e que não tenha tido inicialmente a interveniência da SUDENE. O impacto regional, em nível estadual, sobretudo nas áreas litorâneas do Nordeste, tem sido extremamente importante”. (SILVA, 2003 p. 39)

Como as regiões são construídas tanto material quanto discursivamente, dentro de um sistema de apresentações, cada uma destas modalidades afeta a outra, e a *coesão* dada pela *imagem* da região pode ser mais firme que as próprias relações materiais que ela comporta. Aliás, raramente uma região ira manifestar, como ocorria nos tempos de La Blache, uma coerência entre espaço econômico, político social e cultural”. (HAESBAERT 2003, p. 21)

Para Haesbaert (2003), a incorporação da idéia de que a “morte” da região não é um fato recente, e sua história demonstra idas e vindas, “mortes” e “ressurreições” recorrentes que manifestam, no final, a sua firme resistência. A trajetória da dialética da região deve ser considerada sempre que pretendido uma investigação regional nos campos econômico, político, social e cultural, isolados ou em conjunto.

Ao definir uma região é necessário considerar a coesão e contigüidade como características principais, agregadas a identidade local e a participação popular, a fim de que as regiões sejam compreendidas por seus habitantes que, mesmo envolvidos em recortes geográficos diferentes, podem assimilar os propósito de cada região a que pertença.

As políticas econômicas acabam por criar regiões diversas causando o risco de sobreposição à possibilidade de marco desenvolvimento regional que poderia incorporar interesses e atividades diversas e não confundir ou criar priorizações entre as regiões estabelecidas.

Uma abordagem destacada na produção do espaço turístico é aquela que trata do território, dada sua capacidade de formá-los por meio do estabelecimento de relações de poder, para uso ou domínio dos recursos disponíveis (naturais) ou criados (artificiais).

Na abordagem territorial, o foco das políticas é o território, pois combina a proximidade social que favorece a solidariedade e a cooperação com a diversidade de atores sociais, melhorando a articulação dos serviços públicos, organizando melhor o acesso ao mercado interno, chegando até ao compartilhamento de uma identidade cultural, que fornece uma sólida base para a coesão social e territorial, verdadeiros alicerces do capital social (BRASIL, 2003).

Para Valverde (2004), a geopolítica dos anos de 1950 seguiu os mesmos princípios de território encontrados na teoria *ratzeliana*, estendendo a sua influência até os anos 1980, alimentados pelas disputas geopolíticas por zonas de exclusividade de fluxos militares e econômicos de um dos pólos ideológicos, capitalista ou comunista, as áreas periféricas de desenvolvimento serviram como palco da tensão e da disputa por territórios.

As discussões das relações de poder permeiam os conceitos de território, dessa forma, consideram-se relevantes as abordagens de dois importantes geógrafos: o primeiro, Sacks, conceitua o território como “(...) espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”, e Souza, considera que o território “constitui a expressão de uma área dominada por um grupo de pessoas e, através desse domínio, a possibilidade de controlar, dominar ou influenciar o comportamento de outros”.

Em sua lógica de raciocínio, Saquet (2003, p. 24) corrobora afirmando:

O território se dá quando se manifesta e exerce-se qualquer tipo de poder, de relações sociais. São as relações que dão o concreto ao abstrato, são as relações que consubstanciam o poder. Toda relação social, econômica, política e cultural é marcada pelo poder, porque são relações que os homens mantêm entre si nos diferentes conflitos diários.

Nos últimos 20 anos, o território ganhou um sentido diferente, mais amplo, para abordar uma infinidade de questões pertinentes ao controle físico ou simbólico de determinada área. Hoje, um olhar geográfico sobre as fronteiras que separam os homens do século XXI irá necessariamente revelar a pluralidade das suas diferenças e a diversidade de suas formas de associação entre pessoas e espaços. O conceito de território assumiu um papel

importante, uma vez que poderia servir como base para compreensão dos inúmeros processos de fragmentação e união entre as nações. (MTur, 2007)

Mesmo com a perspectiva de decisões democráticas no espaço regionalizado, Santos (1997, p. 104) reforça que no espaço assim (re)organizado há, de um lado, horizontalidades e, de outro, verticalidades, recortes espaciais superpostos. As horizontalidades atuais são condicionantes e resultados das produções, enquanto as verticalidades são resultantes das novas necessidades de intercâmbio e da regulação.

Em tal situação, os arranjos espaciais do turismo se dão para as verticalidades, a partir das operadoras turísticas que determinam e centralizam o modo de exploração e a forma de geração de fluxo turístico e, para as horizontalidades, quando a organização dos fixos, objetos da oferta turística, se dá a partir da interação dos prestadores de serviços locais (agentes de turismo receptivos, guias de turismo, hoteleiros, etc.).

Para Coriolano (2009), nesse contexto da territorialização para o turismo encontra-se a turistificação do espaço que parte da evolução das transformações causadas pelos modos de produção do turismo que são determinados, de um lado, pelas preferências de consumo, pelos anseios das populações que formam os fluxos e, de outro lado, pela produção e oferta de equipamentos e serviços para atender a demanda dos fluxos existentes e atrair novos, numa relação mercadológica, em que o lugar transformado para o turismo ou turistificado passa a ser a mercadoria de comercialização.

O turismo parte da apropriação e comercialização dos elementos do espaço e tudo que este contém. Nesse processo de adequação do espaço ao consumo turístico, muitas características originais se perdem. A adoção de uma percepção majoritariamente mercadológica da atividade por investidores e, mais preocupante, pelo próprio poder público, tem provido diversos impactos negativos às localidades onde o turismo se desenvolve (YÁZIGI, 2001).

Na turistificação do espaço mercantilizado, materializam-se outras mercadorias, desde a rede de edificações necessárias para acomodar os turistas até o acesso aos lugares privilegiados pela natureza, passando por uma infra-estrutura viária que permita a circulação de pessoas, mercadorias e serviços apropriados através dos lucros, rendas e juros,

privadamente. Altera-se tanto a paisagem física como as relações sociais dos moradores da área que passam a gravitar em torno da indústria e da prestação de serviços.

Muitos lugares que interessam para serem vistos por possuírem características territoriais e sociais diferentes são transformados em lugares sociais iguais ou semelhantes aos olhos dos turistas, ou seja, são turistificados. Quando se fala da produção do espaço ou da (re) criação, trata-se da atividade de produção de novas mercadorias, mesmo que simbólicas que não duram para o turista mais que alguns dias. O agente para o qual se dirige toda esta produção são os turistas, os consumidores do espaço. Parece perpassar a noção de classe, pois se trata de uma classe de consumidores. Portanto, o turismo é uma atividade/mercadoria para quem pode pagar. (RODRIGUES, 1999)

Nas discussões atuais sobre turismo, a região é utilizada como método de planejamento de suas políticas de desenvolvimento, enquanto o território é visto como área apropriada a partir das transformações causadas pelo turismo num espaço mercantilizado.

1.3 INTERFERÊNCIAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA ORGANIZAÇÃO ESPACIAL DO TURISMO

A explicação da dinâmica das políticas públicas de turismo passa pelo entendimento dos conceitos de Estado-Nação, de política e de público. Para Matias-Pereira (2008, p. 3), a função do Estado-nação no mundo contemporâneo é a de ampliar de forma sistêmica as oportunidades individuais, institucionais e regionais. Portanto, deve se preocupar também em gerar estímulos para facilitar a incorporação de novas tecnologias e inovações no setor público que proporcionem as condições exigidas para atender às demandas da sociedade contemporânea. Ainda para o autor, política é a atividade mediante a qual se conciliam interesses divergentes dentro de uma determinada unidade de governo, outorgando-lhe uma parcela de poder proporcional à sua importância para o bem-estar e a sobrevivência do conjunto da comunidade. A política é uma maneira de governar sociedades plurais sem violência desnecessária. O público refere-se ao povo ou ao Estado, portanto, política pública é um conceito da economia e da política que designa um tipo de orientação para a tomada de decisões em assuntos públicos, políticos ou coletivos.

À medida que a sociedade democratiza e se conscientiza de seus problemas e desafios mais urgentes, as políticas públicas articulam-se com outras políticas (privadas e institucionais) e direcionam atividades de mercado e de cidadania (BRASIL, 2009). Para o turismo, o nível de articulação e interação com outros setores da economia se intensificou na última década, especialmente pela criação de diretrizes políticas e operacionais que orientaram o crescimento do setor apontando sua relação com a cultura, esporte, e atividades produtivas associadas.

Como alvo de políticas públicas, o turismo tem direta relação com a organização do espaço, visto que a compatibilidade das ações na escala nacional, estadual e local deverão voltar-se para o planejamento e gestão, infraestrutura básica e turística, formação de produtos turísticos, promoção e marketing e gestão ambiental. Na organização do espaço, quanto mais complexa se torna a questão do turismo, mais se expande e se integram os movimentos/alterações espaciais por ele causados, não só na esfera do consumo, mas também na produção.

Um marco da política pública de turismo, especialmente no Nordeste brasileiro, refere-se ao Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) que com influência de gestão regional aliada à organização descentralizada do setor e aos crescentes impactos econômicos do turismo acabou provocando a necessidade de organizar a política nacional de turismo, até então, orientada pelo Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR, 2006).

Ao longo dos anos 1990, assistiu-se à abertura do mercado e ao abandono do controle tarifário. A política de competição controlada que se caracterizava por uma forte intervenção estatal no controle de rotas e tarifas, vigente desde os anos 1960, foi gradativamente abandonada. A década de 1990 traz para o Brasil a estabilidade econômica, pós-1994, e a incorporação definitiva de discussões fundamentais, como as questões do desenvolvimento sustentável e da valorização do multiculturalismo. A realização da Conferência Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Eco-92), contribuiu para o estabelecimento do ecoturismo como segmentação e especialização do setor de serviços. A EMBRATUR muda a ótica da divulgação do país no exterior, concentrando o foco em nossa cultura e nas riquezas naturais. (EMBRATUR, 2006)

Com a premissa de promoção do desenvolvimento sustentável, a criação do Ministério do Turismo, em 2003, sucedeu antigas reivindicações do setor empresarial, acadêmico e institucional. Na sua estrutura estão a Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, responsável pelo planejamento e articulação das diretrizes que assegurem a implantação de macroprogramas, e a Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo encarregada da implantação de infraestrutura turística, pelo fomento ao financiamento e investimento e pelas ações de capacitação e qualificação profissional.

O Ministério do Turismo viabilizou a elaboração de documentos de orientações e diretrizes políticas e operacionais para o turismo, como o Plano Nacional de Turismo (PNT) que chegou a sua 3ª revisão em 2010 e define como estratégico o Programa de Regionalização do Turismo (PRT), uma versão melhorada e revisada sobre o antigo Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT). Mais tarde, em 2008 assume mais uma orientação nacional, na qual, municípios, notadamente as capitais, são tomados como centralidades indutoras do desenvolvimento turístico regional, quando é instalado o Projeto Destinos Indutores do Turismo no Brasil.

Programas estruturantes do turismo como PRT e o PRODETUR agregam projetos estratégicos que dialogam com os interesses do mercado turístico como o projeto destinos indutores, caravana Brasil, *banchmarking* em turismo, salão do turismo, entre outros. Todos contemplando desenvolvimento de ações no âmbito do Polo Costa dos Coqueirais.

A governança do turismo, em nível nacional, conta com o Conselho Nacional de Turismo – CNT, criado pelo Decreto nº 6705, de 19 de dezembro de 2008, representando a sociedade com entidades públicas, setor privado e terceiro setor, além do Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo, com o intuito de articular as discussões de políticas estaduais.

No caso sergipano, o planejamento e a gestão pública do turismo de Sergipe contam com importantes referências de planejamento que contemplam demandas de organização do espaço, a exemplo dos Planos Diretores Municipais, Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) da região do Polos turísticos, Plano de Desenvolvimento Integrado da Bacia do Rio São Francisco e o Plano Estratégico Estadual do Turismo de

Sergipe, com a última versão 2009 - 2014, utilizados eventualmente como instrumentos nas comissões de trabalho do Fórum Estadual de Turismo (FORTUR).

Essas referências de planejamento são responsáveis pela estruturação de diagnósticos, estratégias e planos de ação que justificam o desenvolvimento do setor nas áreas defendidas prioritárias. A partir de suas construções, os diversos investimentos que dão forma a produção do espaço pelo turismo passam a se organizar compondo uma espacialização que dialoga com o interesse público e privado, uso comum e particular, usos do povo e usos políticos.

Ao avaliar a estrutura de cada documento, é possível perceber compatibilidades, complementaridades e choques de ações mas, ficam nítidas as propostas de mudanças nas configurações do espaço para uso turístico, sendo que nos espaços não explorados pelo turismo o foco do investimentos é na infraestrutura básica de apoio a atração de investimentos privados (saneamento, esgotamento, acessibilidade, sinalização e outros), enquanto nas áreas exploradas o foco são ações de infraestrutura de apoio turístico (construção de praças, orlas, atracadouros, centros de atendimentos e comercialização) e outros.

A abrangência e natureza dos planos também são determinantes na ordem da alteração espacial que ele é capaz de provocar. Os planos de desenvolvimento regionais, por exemplo, são uma clara tentativa de estrutura destinos turísticos, elegendo áreas normalmente em escalas municipais para concentrar investimentos que garantam estruturação, fortalecimento ou criação de novos roteiros, que compõem o produto turístico e são comercializados com uma série de serviços contidos.

1.4 INSTITUCIONALIZAÇÃO DO TURISMO: O CASO BRASILEIRO

A compreensão da institucionalização do turismo no Polo Costa dos Coqueirais passa pelo entendimento da evolução do setor nas escalas nacional e estadual. Assim, apresentar-se-á uma rápida análise das inovações e transformações com o marco da criação do Ministério do Turismo, a organização do turismo em Sergipe, o desenvolvimento da governança e a capacidade de administração e gestão instalada no Estado.

O plano de metas do governo Juscelino Kubistchek foi o ápice do processo de industrialização por substituição de importações, incrementou a infraestrutura do país, especialmente, no que tange ao transporte rodoviário. Também teve início o processo de massificação dos padrões de consumo de uma pequena elite do país – vide o consumo de automóveis e eletrodomésticos, fazendo parte de um processo histórico maior, vigente no pós-guerra, do qual o consumo turístico faz parte, conforme destacado por Becker (2001).

Com o Brasil envolvido na ditadura e guerra fria até final da década de 1980 e seguido de uma série de crises econômicas e períodos inflacionários até meados da década de 1990, suas políticas públicas eram determinadas pelos planos militares. Assim, o turismo demorou para ser considerado importante no cenário econômico nacional e, conseqüentemente, como influente na política pública.

O crescimento econômico dos Estados Unidos agregado a estabilização da União européia e ao crescimento da economia chinesa possibilitaram, por meio do turismo, a entrada de divisas na América do Sul, dando notoriedade no setor. Até a década de 1990, o turismo não teve significativo crescimento e foi marcado pelo amadorismo e improvisação, mas, a política nacional contava com o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT).

O Brasil se organizou para o turismo criando a Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR) e induziu as Unidades Federadas a criarem suas organizações para o turismo. Assim, na década de 1970, foi criada, em Sergipe, a Empresa Sergipana de Turismo (EMSETUR) que entrou em processo de extinção conforme Lei nº 5. 417, de 2004, sendo reativada, em 2008, com o propósito de promover o destino turístico Sergipe com apoio à comercialização, qualificação e capacitação do setor. Ao longo desses anos de retomada das ações, a EMSETUR realizou pesquisa do perfil da demanda e oferta turística do destino Sergipe para nortear as campanhas de promoção, acompanhou a evolução dos indicadores de crescimento do setor, aumentou as ações de comercialização com o setor privado, elevou a participação do destino no ranking das principais operadoras de turismo e melhorou a qualificação profissional.

No ano 2003, assim como na esfera da União, o Estado de Sergipe criou a Secretaria de Turismo (SETUR), por meio da Lei 4.826, de 16 de maio. Em 2009, através da Lei nº 6.615, de 18 de junho, que dispõe sobre a estrutura organizacional da administração pública

estadual e dá providências correlatas, extingue a SETUR e incorpora o Turismo na Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência e Tecnologia e do Turismo (SEDETEC). A EMSETUR, como autarquia vinculada, ficou com o papel de promoção e apoio à comercialização, capacitação e qualificação dos serviços, destinos e produtos turísticos. Em 2011, foi recriada a SETUR, pela Lei nº 7.116, de 25 de março, evoluindo a reflexão do governo de que a pasta necessitava ser independente e assim, poderia dedicar-se exclusivamente ao planejamento do turismo que passou a incluir grandes eventos como a Copa 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 (Quadro 01).

QUADRO 1: SERGIPE, SÍNTESE DA INSTITUCIONALIZAÇÃO DO TURISMO, 2010

Nome do Órgão	Competência	Marco legal	Situação
Secretaria de Estado do Turismo (SETUR)	Planejamento, coordenação, fomento e estímulo ao desenvolvimento da atividade turística no Estado de Sergipe	Criada pela Lei 4.826, de 16 de maio de 2003. Extinta em 2009 pela Lei nº 6.615, de 18 de junho. Recriada em 2011 pela Lei nº 7.116, de 25 de março.	Em funcionamento
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico da Ciência e Tecnologia e do Turismo (SEDETEC)	Planejamento, coordenação, fomento e estímulo ao desenvolvimento da atividade turística no Estado de Sergipe	Lei nº 6.130 de 02 de abril de 2007	Funcionou até março de 2011, por meio da Lei nº 6.615 de 18 de junho de 2009.
Empresa Sergipana de Turismo (EMSETUR)	Promoção, marketing e apoio à comercialização, qualificação e capacitação do setor turístico.	Criada em 12.05.1972 funcionando até 2004 quando a Lei nº 5.417 abriu processo de extinção. Reativada em 2008	Em funcionamento.
Unidade de Coordenação de Projetos (UCP) do PRODETUR	Execução de convênios, contratos e outros acordos entre o Estado de Sergipe e instituições ou entidades públicas ou privadas nacionais e internacionais, promovendo sua articulação com os programas, projetos e atividades desenvolvidos por outros órgãos e entidades públicas federais, estaduais e municipais, na realização do Programa de Desenvolvimento do Turismo - PRODETUR.	Criada como Unidade Executora Estadual (UEE) pela Lei nº 4.912 de 22 de agosto de 2003 vinculada à SEPLAN. Adaptada em 2007, pela Lei nº 6.248 de 06 de dezembro. Atualizada para UEE, por meio da Lei nº 6.248, de 10 de dezembro de 2010.	Em funcionamento vinculada à SETUR foi vinculada à SETUR. Já foi vinculada à SEDETEC e SEPLAG e SEPLAN.
Coordenadoria de Turismo (COTUR)	Interlocução estadual do Programa de Regionalização do Turismo (PRT) junto ao Ministério do Turismo, e secretaria executiva do FORTUR.	Lei nº 6.615 de 18 de junho de 2009	Funcionou até março de 2011, vinculada à SEDETEC.

Fórum Estadual de Turismo de Sergipe (FORTUR)	Assessoramento ao Poder Executivo Estadual quanto à formulação, acompanhamento, avaliação e execução da Política Estadual de Turismo.	Decreto nº 26.432, de 02.09.2009	Em funcionamento considerado pelo MTur caso de sucesso.
Conselho de Turismo do Polo Costa dos Coqueirais	Potencialização do desenvolvimento das localidades abrangidas pelo Pólo Costa dos Coqueirais, sob a ótica do empresariado, buscando a integração das ações do Governo Federal, alinhando-as com as políticas públicas do Governo Estadual e dos Governos Municipais e com a sociedade em geral	Criado em 2000. Regimento Operacional de 07.08.2003	Desarticulado desde 2006
Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Esporte de Aracaju (FUNCAJU)	Planejamento, promoção e qualificação do destino Aracaju, apoio à realização de eventos culturais e turísticos.	Lei nº 2.986 de 28.12.2001	Em funcionamento
Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) de Aracaju	Articulação e mobilização dos agentes da cadeia produtiva do turismo, responsável pela discussão e validação de projetos de desenvolvimento turístico.	Lei nº 2.553, de 25.11.1997 reformulada pela Lei complementar nº 95 de 24.05.2010	Aguardando agendamento da reunião de retomada
Grupo Gestor (GG) do Destino Indutor Aracaju	Execução e acompanhamento da implantação das ações propostas pelo relatório Brasil – Projetos Destinos Indutores do Turismo	Criado como método de implantação do projeto destino indutor	Em funcionamento
Associação Nacional dos Secretários e Dirigentes de Turismo das Capitais e Destinos Indutores (ANSEEDITUR)	Mobilização e discussão coletiva entre os dirigentes municipais de turismo com foco no desenvolvimento do setor	Criado em 2009	Em funcionamento
Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (FORNATUR)	Apoio a elaboração e implantação do Plano Nacional de Turismo (PNT)	Criado em 2000	Em funcionamento
Aracaju Convention & Visitors	Atração e captação de congressos, feiras, convenções e	Fundado em 14/11/2000 com o estatuto	Em funcionamento com

Bureau (AC&VB)	eventos nacionais e internacionais, visando à ampliação do número de visitantes que chegam a capital do estado.	registrado em 14/11/2000 sob o n° 21.755	73 associados entre entidades e mantenedores
Sindicato dos Guias de Turismo (SINGTUR)	Representação da categoria dos Guias de Turismo, legalmente registrados no Ministério do Turismo e que exercem a atividade do estado de Sergipe.	Fundado em 05/06/1981 com o estatuto registrado em 04/04/2007 sob o n° 39.317	Em funcionamento com 40 associados
Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH)	Amparo e defesa dos interesses da hotelaria, colaborando com os poderes públicos como órgão técnico, amparando e defendendo seus associados.	Fundada em 21/09/1995 com o estatuto registrado em 12/02/2009 sob o n° 44.855	Em funcionamento com 39 associados
Associação Brasileira de Agências de Viagem (ABAV)	Defesa dos interesses legítimos das Agências de Turismo regularmente constituídas e em funcionamento no estado.	Fundada em 19/10/1987 com o estatuto registrado em 29/11/2004 sob o n°32.743	Em funcionamento com 40 associados
Associação Comercial de Sergipe (ACESE)	Defesa dos ideais e objetivos econômico-sociais do segmento, prestando-lhe serviços que facilitem o desenvolvimento das suas atividades.	Fundada em 02/05/1872 com o estatuto registrado em 29/12/2005 sob o n° 35.952	Em funcionamento com 532 associados
Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis (ABLA)	Congregação das empresas locadoras de automóveis que operam ou venham operar no país, promovendo o aperfeiçoamento do setor.	Fundada em 30/03/1977 com o estatuto registrado em 08/08/2008 sob o n° 96.186	Em funcionamento com 14 associados
Associação Brasileira de Jornalistas de Turismo (ABRAJET)	Divulgação e incentivo ao turismo em Sergipe, dentro e fora do Estado, de forma a buscar o aprimoramento da atividade turística.	Fundada em 02/09/2009 com o estatuto registrado em 02/09/2009 sob o n° 46.	Em funcionamento

Fonte: Elaborado Joab Silva, 2010 – Monografia com tema: Turismo e gestão pública no município de Aracaju. Atualizado com base nos documentos de inscrição do FORTUR, por Klázia Salomão, 2012.

O quadro síntese da institucionalização do turismo de Sergipe deixa evidente, dentre outros, o problema de priorização do turismo para o governo do Estado, quando extingue, incorpora noutra pasta e reativa a Secretaria de Turismo no intervalo de três anos, uma postura que descredibiliza a ação pública perante as lideranças de classes do setor privado, representantes do terceiro setor e sociedade civil em geral, e tem como retorno a descontinuidade das ações de programas e projetos.

À Secretaria de Estado do Turismo (SETUR) cabe a formulação da política estadual de turismo compatibilizada à política nacional, interlocução com o Ministério do Turismo para desenvolvimento dos diversos programas e projetos e a coordenação do PRODETUR. Entre suas competências estão o fortalecimento do Fórum Estadual de Turismo (FORTUR), a execução de diversos projetos e estudos de turismo, e as negociações com o BID para o financiamento do PRODETUR e a captação de recursos para investimentos públicos. De forma complementar a EMSETUR tem a competência de promover o destino turístico nacionalmente e dar apoio às ações de comercialização dos roteiros turísticos bem como, assegurar a capacitação e qualificação dos profissionais envolvidos com os serviços turísticos.

Em âmbito estadual é possível perceber a existência do FORTUR que reúne representantes do poder público, setor privado e terceiro setor. Seu funcionamento ficou escasso no período de 2006 a 2009, quando passou por processo de fortalecimento apoiado pelo Mtur. Esta governança serve de referência para o setor no sentido da mobilização, articulação e construção participativa sobre as ações que concorram ao desenvolvimento do turismo, sendo útil, inclusive, para esta pesquisa.

A administração do município de Aracaju demonstra fragilidade na condução da política pública participativa e mobilização da governança urbana do turismo. Isso pode ser comprovado pela inexistência de registro de funcionamento do Conselho Municipal de Turismo, criado em 1997 e reformulado em 2010, com apenas uma reunião de fundação identificada com o devido registro em Ata. De acordo com a FUNCAJU, desde a reformulação encontra-se em processo de definição de data para reunião de retomada. Da mesma forma, para o Grupo Gestor do Destino Indutor Aracaju, foram realizadas quatro reuniões, demandas por empresa de consultoria contratada pelo MTur para desenvolver o projeto nacional destino indutor do turismo.

O setor privado, representado pelo *trade* turístico, demonstra boa representatividade em termos quantitativos, mas, uma forte carência qualitativa nas discussões de suas entidades, na defesa do interesse coletivo e na contribuição com o desenvolvimento do setor, esses fatos podem ser percebidos pela adesão dos associados às reuniões, pelas discussões pautadas nas demandas das diretorias das entidades, sendo pouco propositiva pelos associados, e nos depoimentos coletados durante as entrevistas que revelam desconhecimento do funcionamento das entidades.

Neste cenário de institucionalização do turismo sergipano, a região Polo Costa dos Coqueirais representa o pioneirismo da governança regional, pela capacidade de representação tripartite do seu conselho de turismo, pela construção de um plano regional, e pela sua resistência em seis anos de funcionamento com importantes resultados para o fortalecimento do setor. Atualmente, o papel do conselho do Polo carece de revisão e atualização para o novo cenário institucional, no qual existe uma Secretaria, uma empresa e um Fórum Estadual, cabendo-lhe restringir sua atuação à região e, não mais responder pela totalidade da política estadual de turismo como foi no passado. Essa revisão necessita contemplar novas etapas de mobilização, identificação de lideranças regionais, alteração do seu regulamento, revisão do PDITS regional, diagnóstico, estratégia e plano de ações, para finalmente, se estabelecer como governança regional representativa.

1.5 GOVERNANÇA E CONTROLE SOCIAL DO TURISMO

As relações de poder e o possível confronto entre os agentes públicos e não públicos promovem discussões bilaterais, a fim de encontrar uma ligação entre os interesses dos gestores públicos, investidores privados e a população em geral, com uma tendência à decisão democrática. Enfatiza-se aí a necessidade de não esquecer que participação é conquista, sempre! Não existem condições ideais para começar a participar, do mesmo modo como também não há um '*quantum*' de participação máxima, para satisfação geral (CORDEIRO, 2001).

Para Harvey (2011), os indivíduos são considerados agentes movidos por um propósito, engajados em projetos que absorvem tempo, através do movimento no espaço. Sua

abordagem sobre espaços e tempos individuais na vida social inclui descrições simples das práticas cotidianas, formulada na geografia temporal de que Hägerstrand foi o pioneiro, com explicação das movimentações cotidianas de casa para o trabalho, escola, loja. O autor cita Foucault considerando importantes transições históricas particulares, dando atenção à periodização da experiência. Harvey ainda cita De Certeau ao reconhecer que as práticas da vida cotidiana devem ser e são convertidas nas totalizações do espaço e do tempo organizados e controlados de maneira racional.

O interesse comum que move indivíduos é capaz de formar classes que servem de defensoras das diferenças e, são capazes de distinguir aquilo que é inovador daquilo que é diferença intrínseca ao crescimento econômico. Essa resistência de classes promove a resistência das diferenças sobre a influência dos modos globalizados de produção, distribuição e consumo. Os diferentes modos de vida e posicionamento de grupos de indivíduos são chamados de práticas sociais.

Gohn (2004) apresenta elementos afirmativos permitindo concluir que no plano local estão concentradas as forças e energias sociais da comunidade e continua; “no local onde ocorrem as experiências, ele é a fonte do verdadeiro capital social, aquele que nasce e se alimenta da solidariedade como valor humano. O local gera capital social quando gera autoconfiança nos indivíduos de uma localidade, para que superem suas dificuldades. Gera, junto com a solidariedade, coesão social, forças emancipatórias, fontes para mudanças e transformação social”.

No turismo, a prática social se explica pelas motivações diversas dos turistas e uma significativa capacidade de reordenar espaços para suas explorações. Assim, deve-se considerar a necessidade de instituir governança associada ao controle social para descentralizar a ação do poder público e do setor privado. Um controle que traz o monitoramento de regras acima da criação de regras. A governança social deve ser instituída para que a gestão pública possa aderir uma postura descentralizada e participativa.

Com o discurso da gestão compartilhada o Estado de Sergipe é representado nas Instâncias de Governança das três esferas de governo. Em nível federal, pelo Conselho Nacional de Turismo (CNT) e Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes de Turismo (FORNATUR). Em nível regional pela Comissão de Turismo Integrada do Nordeste

(CTI/NE). Em nível estadual pelo Fórum Estadual de Turismo de Sergipe (FORTUR) e em nível de polo/região, pelo Conselho de Turismo do Polo Costa dos Coqueirais.

Para garantir a descentralização de gestão, foi criado, em 2001, o Conselho de Turismo do Polo Costa dos Coqueirais, funcionando plenamente até 2006 sob a coordenação do Banco do Nordeste, repassador dos recursos do PRODETUR (Figura 1). Desde então, o conselho está desativado, mesmo tendo contratado atualização do seu PDITS, devendo, a partir de conclusão do documento, retomar suas atividades, visto que terá ferramenta de gestão devidamente revisada e adequada ao momento histórico e contexto do turismo atual. Com seu plano regional e conselho restituído, observa-se um promissor momento de gestão descentralizada das transformações espaciais para uso turístico.

O Fórum Estadual de Turismo, apesar de existir deste 2003, passou por um processo de fortalecimento em 2009 com apoio do MTur e do Instituto de Assessoria e Desenvolvimento Humano (IADH), ocasião em que teve seu regimento revisado e incorporou assento para representantes de cada uma das regiões turísticas priorizadas, adicionou às suas pautas apresentações das ações de cada um de seus membros e criou comissões de trabalho que deveriam anteceder as reuniões ordinárias e subsidiar novas discussões. Essa mudança serviu para resgatar o empoderamento dos representantes de classes e lideranças comunitárias no sentido de integrar uma governança participativa do turismo, mas suas pautas ainda são vinculadas às ações do poder público, somente o continuado trabalho de envolvimento e mobilização poderá rever para maior participação do setor privado e terceiro setor induzindo discussões e conduzindo trabalhos.

FIGURA 1: SERGIPE, REUNIÕES DO CONSELHO DE TURISMO DO POLO COSTA DOS COQUEIRAIS EM 2006 E FÓRUM ESTADUAL DE TURISMO EM 2011



Fontes: BNB, 2006 e SETUR, 2011

Embora o modelo participativo seja o desejado, as instâncias de Governança do Turismo, Comissões, Fóruns e Conselhos acabam se tornando lugares de encontro, debate e conflito, nem sempre agradáveis, mas sempre muito produtivo. Sob o risco da pseudo participação, como já aconteceu nos anos anteriores, quando ao perder a gestão do BNB, o Conselho Regional deixou de funcionar, o desafio atual é de apropriação pelas lideranças do setor privado e a sociedade civil.

De modo geral o nível de representatividade e participação pode ser considerado bom, 100% dos entrevistados responderam participar ou ter participado de alguma instância de governança do turismo, além disso, os registros de mobilizações consultados apontam para uma frequência média de 80% das pessoas mobilizadas. Então, sobre a participação não existe problema, a discussão deve ser gerada sobre o método, a organização das reuniões e debates, a construção das pautas e o nível de representatividade da multisetorialidade que o turismo agrega.

Setores da produção associada ao turismo como artesanato, pesca, agricultura, entre outros, não são atendidos pelo modelo de governança instituído em escala regional, se eventualmente existirem em escala local, não foi possível identificar neste estudo.

A participação da sociedade civil na elaboração e implementação da política de turismo gerou impasse entre os entrevistados, 60% consideram que o terceiro setor participa,

mas não conseguem dizer de que forma, 40% consideram que o terceiro setor não participa, mas não pontuam formas de melhorar. Entre as respostas negativas:

Não! No planejamento da política de turismo a estratégia de mobilização ainda é falha ou excludente, criando tendência de plano de ações de curto prazo ou emergencial, normalmente afastando apropriação e identidade pela sociedade.

(Professora Universitária, 2011)

Partindo para análise do movimento endógeno sobre a reativação de Conselhos regionais de turismo, observa-se que as representações de classes, especialmente as entidades do *trade* turístico e entidades do terceiro setor, como instituições de ensino superior em turismo, normalmente funcionam como incentivadoras da criação de governança, mas, em seguida, aguardam do Estado a posição de mobilizador e articulador.

Essa falta de liderança na gestão regional restabelece uma condição paternalista do passado em que o poder público assume a responsabilidade e somente a ele caberá manter ou acabar com o formato participativo instituído, sob pena de engessar o processo chegando a determinar representatividade por decreto, sem apontar formas de inclusão, adaptação ou incorporação de outros arranjos existentes como grupos gestores, comissões de trabalho, fóruns setoriais, entre outros que possa ser incorporados.

O setor privado, embora tenha registros de organização de governança do turismo antes mesmo do poder público, ainda não foi capaz de provocar discussões participativas, e continuam a restringir suas mobilizações às individualidades das classes, além de falhar na representatividade de suas classes, visto que em alguns casos, apenas um quinto do universo adere às associações ou sindicatos.

Agregado a incipiente representatividade do setor privado, chamado *trade* turístico, está a sua incapacidade propositiva e provocativa em relação a ação do poder público. A partir da análise das pautas e atas do Fórum Estadual de Turismo é possível concluir que os sindicatos e associações raramente geram compromissos, tanto porque não se mobilizam entre seus entes, quanto pelas suas defesas pouco coletivas, concentradas nas necessidades

individuais de cada associado, portanto, incapaz de gerar ação de interesse coletivo que interfira na política pública de turismo.

Para que o Polo Costa dos Coqueirais possa assegurar um espaço de governança e controle social, resta-lhe batalhar pela retomada do Conselho de Turismo do Polo Costa dos Coqueirais. Para tanto, faz-se necessário observar seus equívocos como vincular-se a instituição financeira ou ao Estado como parte de suas políticas institucionais e passar a convidá-los como co-partícipes de um processo que deve ter sua coordenação, gerenciamento e monitoramento também compartilhados.

Este cenário de reorganização da governança poderá ser possível a partir da revisão do seu regimento interno, permitindo compartilhar sua coordenação, definindo critérios de participação e mobilização e, acima de tudo, adotando postura provocativa, em que cada questão, dúvida e abordagem são feitas claramente, sob direito de resposta e com geração de compromisso em público, devidamente monitorado em seguida. Assim, espera-se um conselho capaz de perceber, pensar e agir a cada tempo que o espaço por ele monitorado sinta novas provocações e alterações.

Nos discursos e práticas desse modelo de gestão instituído ficam evidentes as posturas apresentadas por Coriolano (2004), nas quais, o Estado se apresenta a caminho do desenvolvimento, mas evita fazer interlocução com seus críticos, sem disposição para ceder, com posicionamento a favor das empresas e, adotando políticas de turismo que atendem a lógica de agências multilaterais, bancos internacionais com sistemas globais de desenvolvimento turístico. Os empresários usam o discurso afinado com o Estado e exigem intervenções protecionistas sobre seus negócios, entre eles os conflitos marcam a disputa de poder pelo mercado e espaços turísticos. O discurso da sociedade civil organizada e das comunidades se dividem entre os que acreditam que o turismo resolverá todos os problemas e os que avaliam negativamente a ligação do Governo com empresários, mas acabam se omitindo. Os variados discursos estão associados a grupos dominantes que devem entender que o turismo não é uma atividade capaz de resolver, por si só, os problemas socioeconômicos.

CAPÍTULO 2 – POLO COSTA DOS COQUEIRAIS, POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES

Desde a sua constituição como região turística de planejamento, por meio do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), em 1992, o Polo Costa dos Coqueirais foi alvo de inúmeras influências das políticas de turismo, sobretudo investimentos em infraestrutura básica e turística, pública ou privada, que alteraram a sua organização espacial criando e recriando possibilidades de práticas de turismo. Nesse capítulo serão abordados assuntos acerca da constituição do Polo Costa dos Coqueirais, suas condições sócio-ambientais e o papel do município de Aracaju como centralidade para, ao final, apresentar suas potencialidades e limitações.

2.1 CONSTITUIÇÃO DO POLO COSTA DOS COQUEIRAIS

O Polo de Turismo Costa dos Coqueirais é constituído por 13 municípios situados ao longo do litoral sergipano: Aracaju, Barra dos Coqueiros, Brejo Grande, Estância, Indiaroba, Itaporanga D'Ajuda, Laranjeiras, Nossa Senhora do Socorro, Pacatuba, Pirambu, Santa Luzia do Itanhy, Santo Amaro das Brotas e São Cristóvão, situados no litoral sergipano (Figura 2).

A formação original do Polo integrava 12 municípios, os já citados, com exceção de Laranjeiras. Em 1997, foi ampliado para incorporar Laranjeiras, Gararu, Poço Redondo, Porto da Folha, Nossa Senhora de Lourdes e Telha, somando 18 municípios. Essa formação apontava uma estratégia de desenvolvimento turística estadual que integrasse o litoral sul ao litoral norte, mas ainda não dava aos municípios de Canindé de São Francisco, Santana do São Francisco e outros, importância de atração ou potencial turístico.

Muito mais que uma divisão geográfica para facilitar o planejamento regional, os Polos turísticos de Sergipe incorporam o conceito de Polos de Desenvolvimento proposto por Mário Petrocci, ampliando a definição clássica dos eixos de desenvolvimento. Na concepção ampliada, um eixo de desenvolvimento não é um corredor de transportes, uma via que serve a um roteiro ou rota turística, mas um espaço geoeconômico onde existem demandas e oportunidades que devem ser satisfeitas mediante ações integradas. Tais ações devem ser realizadas nos campos de infra-estrutura econômica (transportes, energia, telecomunicações,

recursos hídricos), desenvolvimento social (educação, saúde, saneamento, moradia), informação e conhecimento (qualificação profissional, desenvolvimento tecnológico, difusão e acesso à informação), além de gestão ambiental.

Nesse contexto, Petrocci apresenta o conceito de polo como sinônimo de "cluster" a partir daquele proposto por Porter: "aglomerados de indústrias e instituições que mantêm ligações fortes entre si, tanto horizontais quanto verticais", constituindo uma forma mais ampla de atuação em rede. Nessa base metodológica foi estruturado o Polo Costa dos Coqueirais tendo seu primeiro plano de desenvolvimento, elaborado em 2001, no âmbito das ações do PRODETUR.

FIGURA 2 – SERGIPE, POLO COSTA DOS COQUEIRAIS, 2005



Fonte: Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) do Pólo Costa dos Coqueirais, 2005

Para ordenamento das regiões turísticas, em 2003, o Ministério do Turismo criou o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, o que permitiu a organização de outro polo turístico em Sergipe, o Polo Velho Chico. Assim, o Polo Costa dos Coqueirais retomou sua formação original com 13 municípios, enquanto o Polo Velho Chico apresenta uma composição de 17 municípios, situados no norte e noroeste do Estado, indo desde Ilha das Flores até Canindé de São Francisco (Figura 3).

FIGURA 3 – SERGIPE, POLO VELHO CHICO, 2011



Fonte: PDITS do Polo Velho Chico, 2011.

O novo Polo Velho Chico concluiu seu Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) em 2010, e tem como principal produto turístico, o roteiro Cânions do São Francisco, operado desde o ano de 1997, com parada no município de Canindé de São Francisco. Nas condições vigentes, o turismo náutico é o segmento base da exploração dos Cânions. Alguns atrativos complementares são explorados e integram o segmento histórico-cultural, como a Grota do Angico (Trilha do Cangaço), no município de Poço Redondo e o Museu de Arqueologia do Xingó (MAX), também em Canindé de São

Francisco. O Polo Velho Chico integra-se ao Polo Costa dos Coqueirais exatamente no limite do Rio São Francisco, sua foz, no município de Brejo Grande.

A união desses dois Polos, Costa dos Coqueirais e Velho Chico, forma a área estratégica de planejamento da política pública estadual de turismo, integrando o litoral sul ao litoral norte, e chegando ao sertão sergipano, reunindo trinta municípios sergipanos, responsável pela ligação com os Estados da Bahia, ao sul e oeste e Alagoas ao norte. Essa estratégia explica a concentração de investimentos em acessibilidade rodoviária, com a implantação e recuperação de rodovias e construção de pontes que marcam o desenvolvimento do Estado, na atualidade. Todavia, deixa lacuna na estruturação do turismo, criando novos fluxos para destinos que não conseguem qualificar seus fixos, equipamentos turísticos e que, em muitos casos, não dispõem de infraestrutura básica como esgotamento sanitário e tratamento de resíduos.

Assim como outras regiões turísticas, organizadas como áreas de planejamento prioritárias para fomento da atividade turística no litoral nordestino do Brasil, a criação do Polo Costa dos Coqueirais foi condicionante para execução do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), na região Nordeste do Brasil, no início da década de 1990.

Dentro da concepção de polo, os esforços sempre estiveram voltados para um planejamento que privilegia eminentemente o espaço econômico de “alguns poucos e não com o espaço de todos”. Esse modelo foi forjado para os países subdesenvolvidos, especialmente para as regiões brasileiras com potencialidades industriais, e depois é transposto para o setor de serviços sem, contudo, avaliar as limitações dessa metodologia para o espaço territorial do turismo. O discurso em voga idealizava melhoria de vida para a população local, e no entanto o que se assiste é a uma ocupação indiscriminada e discriminatória na qual a população quase não é levada em conta. (SANTOS, 2009 p. 227)

Uma breve análise permite verificar a priorização deste Polo no Estado de Sergipe pela concentração e distribuição do fluxo aéreo com o Aeroporto Santa Maria em Aracaju, a entrada do fluxo rodoviário no litoral sul, por Indiaroba e Estância, além da concentração dos principais produtos turísticos ou roteiros explorados desde a década de 1990, como o roteiro praias de Aracaju, roteiro litoral norte, destacadamente com atrativo da Foz do Rio São

Francisco e o roteiro litoral sul, com a praia do Saco e o acesso à Ilha da Sogra e à praia de Mangue Seco, na Bahia.

O Polo Costa dos Coqueirais pode ser observado em três áreas: litoral norte, central e litoral sul. O litoral norte com os municípios de Santo Amaro das Brotas, Pacatuba, Pirambu e Brejo Grande. A área central conta com os municípios de Aracaju, Barra dos Coqueiros, São Cristóvão, Nossa Senhora do Socorro Laranjeiras e São Cristóvão. Enquanto no litoral sul estão os municípios de Itaporanga D'Ajuda, Estância, Santa Luzia e Indiaroba.

O **litoral norte** abriga uma região de praias quase inexploradas, a exemplo de Ponta dos Mangues e o Pantanal, em Pacatuba, com extensa área alagada integrante da APA do Litoral Norte com mais de 100 espécies de aves e animais ameaçados de extinção, incluindo o jacaré de papo amarelo. A área abriga uma das quatro primeiras vilas instaladas no Estado, no ano de 1698, Santo Amaro das Brotas, com atrativos histórico-culturais como a Ermida de Nossa Senhora das Brotas e, o outeiro Boa Vista com 100m de altura, na fazenda Limoeiro. Também estão presentes unidades de extração do petróleo, explorado pela PETROBRAS (Figura 4).

FIGURA 4: SERGIPE, PACATUBA – PANTANAL, PRAIA DE PONTA DOS MANGUES, MIRANTE DO RONCADOR E UNIDADE DE EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO, 2011



Fonte: Acervo do autor, 2011

No município de Pirambu, a linha de costa com 45 quilômetros de extensão abriga uma das bases do Projeto TAMAR, na Reserva Ecológica de Santa Isabel, uma área de 2.776 hectares, para proteção das tartarugas marinhas, além de incorporar importantes atrativos,

como a Lagoa Redonda e o Morro da Lucrecia, sendo outra importante referência desse universo de análise, fazendo a integração com a área da Foz do Rio São Francisco (Figura 5).

FIGURA 5: SERGIPE, PIRAMBU – BASE DO PROJETO TAMAR, 2011



Fonte: Acervos do autor e da SETUR, 2011

Essa área do litoral norte é limitada pela Foz do Rio São Francisco em Brejo Grande que chegou a ter mais de 20 engenhos, um dos mais importantes foi o Cajuhype, o primeiro a funcionar a vapor, em 1873. Por conta da cana-de-açúcar também teve uma grande população de escravos e um movimentado porto. O turismo gera grande fluxo pelo acesso à Foz do Rio São Francisco, onde fica o povoado Cabeço, atualmente desabitado. Dezenas de ilhas formam o potencial turístico da Foz que também enfrenta conflitos de interesse pela especulação imobiliária e pela exploração do turismo. O embarque para a Foz do Rio São Francisco expõe o visitante aos diversos conflitos de usos do Rio que envolvem transporte de passageiros e mercadorias, lavagem de utensílios domésticos e roupas, lavagem de animais e banho e lazer de residentes (Figura 6).

FIGURA 6: SERGIPE, BREJO GRANDE – FOZ DO RIO SÃO FRANCISCO, 2011



Fonte: Acervos do autor e da SETUR , 2010

A **área central** é considerada o portão de entrada e concentração do turismo sergipano, uma vez que reúne cerca de 80% dos equipamentos de hospedagem em franca expansão, equipamentos de lazer e recreação e o único aeroporto do Estado, além de fazer a ligação sul/norte pela rodovia litorânea estadual (SE-100) e pela BR 101. A área tem na capital, Aracaju, o destino turístico indutor da região, assim nomeado pelo Ministério do Turismo como método de seleção e priorização de áreas para aplicação do Programa de Regionalização do Turismo (PRT).

Para Souza (2005), o lugar e o conteúdo dos diferentes pedaços que formam Aracaju revelam a sua verdadeira imagem de cidade. São pedaços que se integram em um processo dialético e contraditório. Como, onde e o que representam são questões cujas respostas podem ser pesquisadas no movimento da sua gênese e na sua história. Capital e polo regional de serviços e comércio do estado de Sergipe, a atual configuração urbana de Aracaju é marcada por um território fragmentado pelas discontinuidades da malha e pelos vazios urbanos e, ao mesmo tempo, ocupado social e economicamente de forma hegemônica com as camadas sociais mais privilegiadas localizadas nas áreas mais dotadas de infraestrutura e na periferia a população pobre, espoliada e segregada, mantida pela oferta precária de moradias e por um sistema de transporte público integrado, diferenciando-a de outras capitais brasileiras.

Nessa área central do Polo, o turismo começou a ser explorado em 1982, com a chegada do primeiro hotel na Praia de Atalaia. O Hotel Beira Mar (Figura 7) marcou o início da ocupação pelo turismo numa área que mais tarde se tornaria o principal produto turístico do Estado de Sergipe, a Orla de Atalaia. Ao longo de quase três décadas, o mesmo espaço que

recebeu o primeiro hotel passou por tantas modificações que se torna o maior produto(complexo) e território turístico do Estado pela sua capacidade de concentração de equipamento e serviços influenciados pelas tendências da globalização.

FIGURA 7 – SERGIPE, ARACAJU - HOTEL BEIRA MAR NA DÉCADA DE 1970
E NO ANO 2011



Fonte: disponível em <http://www.imagensaracaju.com.br>, consulta em 12.05.11 e acervo do autor.

A Orla de Atalaia é formada por territórios diversos, ao norte, concentra os meios de hospedagem com predominância de turistas, no seu entorno nota-se a apropriação pela prostituição de homens e mulheres, enfaticamente no período noturno, mas em atividade durante o dia. Os bares e restaurantes servem para uso turístico, mas a maioria dos frequentadores é representada pelos sergipanos. Na região dos lagos muitos turistas contemplam as paisagens e fotografam entre os diversos monumentos, enquanto os residentes passeiam com suas famílias e praticam caminhadas e corridas. As áreas para prática de esportes como futebol, tênis, vôlei, skate, kart in dor e moto cross, são predominantemente utilizadas por residentes e eventualmente recebem campeonatos regionais e nacionais. Ao sul da Orla, nota-se a concentração de bares e restaurantes que formam a Passarela do Caranguejo, reforçando a cultura gastronômica do Aracajuano em comer caranguejo na companhia de familiares e amigos, com fluxo tanto de sergipanos quanto de turistas. Apesar da diversidade dos territórios da Orla de Atalaia e do crescente fluxo de turistas, é possível

observar que os equipamentos fixos são utilizados em harmonia, tanto por estes turistas quanto pelos Aracajuanos (Figura 8).

FIGURA 8: SERGIPE, ARACAJU – ORLA DE ATALAIA, 2012



Fonte: Acervos do autor e da SETUR, 2012

No período analisado, destacam-se na área central importantes transformações espaciais na dimensão da infraestrutura de acessibilidade com a ponte Construtor João Alves sobre o Rio Sergipe, ligando os municípios de Aracaju e Barra dos Coqueiros, servindo de acesso a área do litoral norte, e a ponte Jornalista Joel Silveira sobre o Rio Vaza Barris, ligando os municípios de Aracaju e Itaporanga D'Ajuda, facilitando o acesso para área do litoral sul (Figura 9).

FIGURA 9: SERGIPE, ARACAJU – PONTES PARA O LITORAL NORTE E LITORAL SUL, 2012



Fonte: Acervo SEINFRA, fotos - Mário Sousa, 2012

Outra importante transformação espacial na área central está relacionada a recuperação e construção de Orlas marítimas e fluviais, com destaque para Orla de Atalaia que concentra maioria dos equipamentos de entretenimento e hospedagem do Estado de Sergipe, além das Orlas Pôr do Sol no bairro mosqueiro, e Orla do Bairro Industrial, ambas em Aracaju nos limites norte e sul da cidade, e a mais recente, inaugurada em 2012, a Orla da Atalaia Nova no município da Barra dos Coqueiros, na foz do Rio Sergipe (Figura 10).

FIGURA 10: SERGIPE, ORLAS DE ARACAJU E BARRA DOS COQUEIROS, 2012





Fonte: Acervo SETUR, fotos - Maxwell Corrêa, 2012

Na década de 1980, a área central recebeu a construção do hotel da Ilha, localizado no município de Barra dos Coqueiros, transformado, em 2007, no Resort *Starfish*, o primeiro resort inaugurado em terras sergipanas, adaptado para o Diaro e fechado para reformas, em 2011. Atualmente, o município passa por grande especulação imobiliária pela sua proximidade com Aracaju e discute a atualização do seu plano diretor com previsões de uso do solo para uma nova realidade e de formação e valorização do espaço urbano. Alguns conflitos já são presentes entre grandes construtoras e moradores que atuam na pesca artesanal, artesanato, coleta e beneficiamento da mangaba. Em 2011, foi inaugurado, na Barra dos Coqueiros, o projeto de urbanização da Orla da Atalaia Nova, como novo equipamento turístico da área, com capacidade de alterações no uso e ocupação do solo do seu entorno.

Com o objetivo de fortalecer a economia do Estado, associando a atividade industrial à habitação, na década de 1990, municípios vizinhos de Aracaju, integrantes da área Grande Aracaju, passaram por mudanças espaciais como a instalação dos conjuntos habitacionais e surgimento de problemas como desemprego, violência e marginalidade, especialmente no município de Socorro. Atualmente, esse entorno da capital recebe investimentos que apontam para expansão do centro, a exemplo da recente instalação do Shopping Prêmio no município de Nossa Senhora do Socorro (Figura 11).

FIGURA 11: SERGIPE, NOSSA SENHORA DO SOCORRO – SHOPPING
PRÊMIO, 2011



Fonte: Jornal Contexto UFS, 2011

Essa área central ainda contempla as cidades históricas de São Cristóvão e Laranjeiras, com conjunto urbanístico, paisagístico e arquitetônico datado do século XVII. São Cristóvão, a quarta cidade mais antiga do Brasil, primeira capital de Sergipe, além do potencial histórico, mantém a pesca artesanal, tradição na fabricação de doces típicos, a exemplo das queijadas, biscoitos briceletes, beijus, compotas entre outros.; indústrias de água mineral como: Indaiá, Santa Cecília, Leve, São Cristóvão e Imperial. Atualmente, o município atua na conscientização da preservação do patrimônio histórico e resgate do Festival de Arte de São Cristóvão (FASC), no calendário de eventos nacionais. No período de 2007 a 2010, passou por modificações para recuperação do patrimônio histórico e artístico, por meio do programa MONUMENTA, com destaque para o conjunto arquitetônico da Praça de São Francisco que, em 2011, recebeu da UNESCO, o título de Patrimônio da Humanidade.

FIGURA 12: SERGIPE, CENTRO HISTÓRICO DE SÃO CRISTÓVÃO E LARANJEIRAS, 2010



Fonte: Acervo SETUR, fotos - Maxwell Corrêa 2011

Laranjeiras, também beneficiado pelo programa MONUMENTA, concentra o maior número de manifestações culturais e folclóricas. A presença de jesuítas na região legou um acervo arquitetônico significativo. Suas igrejas são o retrato da religiosidade que imperou no Brasil desde o início da colonização. A forte presença escrava no município foi a principal responsável pelo legado cultural que Laranjeiras hoje mostra para todos que a visitam. O município vem recebendo importantes incentivos de desenvolvimento como o campus da Universidade Federal de Sergipe que congrega cursos de Teatro, Arqueologia, Música e Museologia. No mês de janeiro, o Encontro Cultural de Laranjeiras atrai turistas, pesquisadores e estudiosos nacionais e internacionais (Figura 12). As cidades foram palco do projeto cidade Seresta e cidade Chorinho no período de 2004 a 2006, mas a concentração de investimentos do poder público estadual inviabilizou a continuidade do projeto.

FIGURA 13: SERGIPE, ENCONTRO CULTURAL DE LARANJEIRAS, 2011



Fonte: Acervo SETUR, fotos – César de Oliveira, 2008

No **litoral sul**, belezas como o estuário dos Rios Vaza Barris, Piauí e Real são pontos de destaque. A Praia da Caueira no município de Itaporanga D'Ajuda é considerada uma das mais tranquilas do Estado, pouco utilizada por turistas de outros estados, mas muito visitada por sergipanos. Outro importante atrativo do município é o povoado Ilha de Men de Sá, com paisagens de forte apelo contemplativo. No município de Estância destacam-se a Lagoa dos Tambaquis, um clube privativo onde os peixes costumam se alimentar na beira da lagoa, servindo de atrativo para os frequentadores do lugar que disponibiliza estrutura de bar e restaurante para os visitantes. A Praia do Saco foi considerada pela revista Forbs entre as 100 praias mais belas do mundo, recebe grande fluxo de pessoas, mas a frequência tem caído nos últimos três anos pela incipiente oferta de serviços e infra-estrutura de apoio ao visitante, associado ao avanço do mar que causou destruição da maioria das casas que beiram a praia, especialmente no trecho conhecido como ponta do Saco.

FIGURA 14: SERGIPE, ORLA DO ABAÍ, LAGOA DOS TAMBAQUIS, PRAIA DO SACO E PRAIA DA CAUEIRA , 2011



Fonte: Acervo do autor, 2011

Um projeto piloto de desenvolvimento do turismo de base comunitária foi desenvolvido no litoral sul e está a serviço da organização da gestão local do povoado Crasto, em Santa Luzia do Itanhy, desde 2008, com apoio do Instituto de Pesquisa e Tecnologia e Inovação (IPTI) que entre diversas ações de inovação tecnológica trouxe novas possibilidades para comercialização artesanal e é responsável pela elaboração do plano de gestão municipal do turismo (Figura 14). O Crasto tem como atividade econômica predominante a pesca artesanal e potencial para o turismo rural, especialmente pela existência de antigos engenhos, resquícios da atividade canavieira, alguns já restaurados e adaptados para receber turistas. Mantém reserva de Mata Atlântica com presença do Macaco Guigó, espécie em extinção.

FIGURA 15: SERGIPE, SANTA LUZIA DO ITANHY, POVOADO CRASTO, 2011



Fonte: Acervo do autor, 2011

Limitado pelo município de Indiaroba, o litoral sul concentra os atracadouros de Porto N'Angola no município de Estância, Terra Caída e Pontal no município de Indiaroba, Crasto no município de Santa Luzia do Itanhy, ambos dão acesso aos atrativos da Ilha da Sogra e Praia do Saco em Estância e a Praia de Mangue Seco no Estado da Bahia, que atrai grande volume de pessoas por ter sido cenário da famosa novela "Tieta" baseada na obra literária de escritor Jorge Amado. Desde os primeiros investimentos do turismo na área, com a construção de orlas e atracadouros, o modo de vida dos pescadores se modificou para receber turistas, agregando à pesca artesanal os serviços de travessias e passeios de lancha, além das variadas embarcações que passaram a operar na área. Dependentes da manutenção oferecida pelos governos estadual e municipal, os atracadouros foram se deteriorando com o tempo e encontram-se em precárias condições de uso, mas continuam servindo ao crescente fluxo de pessoas, com exceção do Povoado Crasto, sem condições de atracar e desembarcar em segurança.

FIGURA 16: SERGIPE, ATRACADOUROS DO POVOADO CRATO, SANTA LUZIA DO ITANHY, E POVOADO TERRA CAÍDA EM INDIAROBA, 2011



Fonte: Acervo do autor, 2011

O movimento de turistas no litoral é atraído pelos passeios sobre o Rio Piauí, mas a área conta com a produção associada ao turismo, especialmente a pesca artesanal e comercialização de peixes e mariscos, coco-da-baía, além dos produtos artesanais, especialmente os de palha. No caso de Indiaroba, as produções associadas ao turismo foram assistidas por projeto de fortalecimento da base local, desenvolvido pela associação de pescadores. Em Santa Luzia, a produção artesanal conta com o apoio do Instituto de Pesquisa, Tecnologia e Inovação (IPTI), incentivando e investindo no designer, acabamento e comercialização profissionalizada.

O Polo Costa dos Coqueirais foi eleito como prioritário para o PRODETUR e, de 1992 a 1998, no âmbito da primeira fase do programa, recebeu investimentos da ordem de US\$ 67 milhões, sob o critério de uma área de municípios litorâneos, com praias e rios que atraíram os primeiros fluxos de turistas para o Estado, integrados à capital e cidades históricas.

As obras da primeira fase do PRODETUR se destacaram pela melhoria das condições de acessibilidade, especialmente com a reforma do aeroporto Santa Maria e com a implantação da rodovia litorânea SE - 100 Sul (continuidade da linha verde na Bahia) e melhoria do saneamento - um dos principais problemas. Os retornos foram significativos: com um incremento de turistas de mais de 30% no período de 1995-2000 e mais de 50% no período 2000-2005; 37% de aumento de fluxo aéreo no primeiro período (1995-2000) e 39%

no segundo (2000-2005); e 47% a mais de estabelecimentos ligados à hospedagem entre os anos de 1995 e 2000, adicionados em 30% no período 2000-2005. (PDITS, 2005)

FIGURA 17: SERGIPE, AEROPORTO SANTA MARIA, 2012



Fonte: Acervo SEINFRA, foto – Mário Sousa, 2010

Essa priorização de regiões turísticas do PRODETUR surgiu como alternativa aos desequilíbrios sociais e econômicos das regiões brasileiras, estruturado para fomentar o desenvolvimento regional, utilizando o turismo como propulsor. Então,

fica evidente que o Brasil precisa construir, no fundo, um projeto nacional de desenvolvimento de suas regiões, despertando para a importância estratégica que as mesmas apresentam no plano nacional e no contexto global. Os Estados da Federação também precisam elaborar um projeto estadual de desenvolvimento regional (SILVA, 2003, p.43).

Diante do histórico apresentado, a região turística do Polo Costa dos Coqueirais pode ser considerada propulsora e indutora do turismo no Estado de Sergipe, tanto pela sua condição de concentração e distribuição do fluxo de turistas, quanto pelas inúmeras transformações espaciais para instalação de equipamentos fixos, diversos usos dos recursos naturais e observação das paisagens.

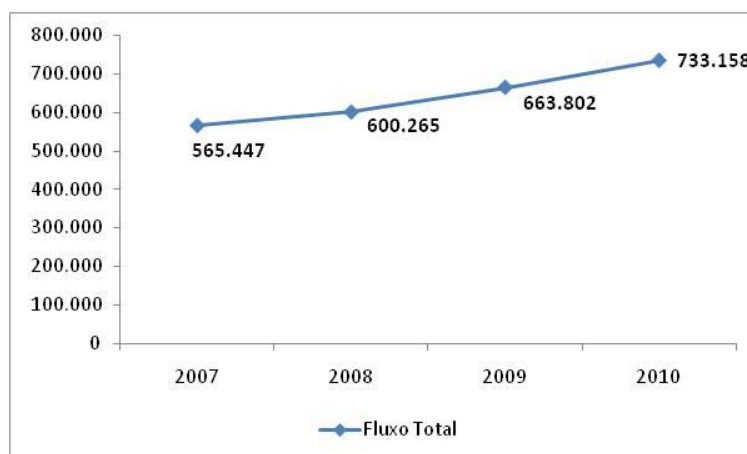
2.2 CONDIÇÕES SÓCIO AMBIENTAIS DO POLO COSTA DOS COQUEIRAIS

Na economia brasileira o turismo ainda é carente do reconhecimento da sua contribuição, para tanto, é necessário quebrar o preconceito em relação ao mercado sul-americano e ao turismo doméstico. Hoje, são 19 milhões de sul-americanos viajando pelo menos duas vezes ao ano, e quanto ao turismo doméstico, 85% chega a ser representado pelo brasileiro que visita o próprio país, número que era menos da metade, em 1996.

Se por um lado a falta da moeda estrangeira não registra entrada de divisas, a contração da moeda nacional implica no agravamento das diferenças sociais do país e o turismo consegue contribuir para que essa realidade seja diferente, embora ainda sem apoio de setores que apesar de não trabalharem diretamente na atividade, são os que mais faturam, como bancos financeiros, cartões de crédito e empresas de petróleo.

Em Sergipe, o fluxo internacional representa apenas 2% do total. Com demanda crescente entre 2007 e 2010, o fluxo chegou a 733.158 turistas ao ano, sendo que deste número, menos de 10.000 são estrangeiros, daí a representatividade do próprio brasileiro na prática do turismo (Figura 18)

FIGURA 18 – SERGIPE, FLUXO DE TURISTAS 2007 - 2010.



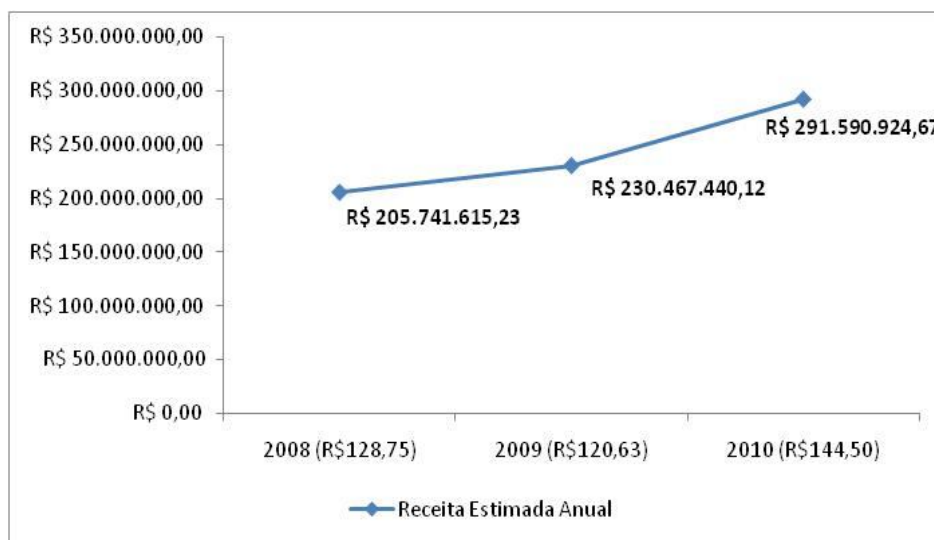
Fonte: Boletim de Ocupação Hoteleira - BOH/Hotéis; Estimativa (EMSETUR), 2011.

Do fluxo total de turistas, apenas 35% utilizam a rede hoteleira, visto que 65% costumam usar como hospedagem, a casa de amigos e parentes. De acordo com a EMSETUR,

o Estado apresenta um crescimento médio no fluxo de turistas de 6,7% ao ano no período de 2007 a 2010.

Para chegar ao gasto médio do turista no Estado de Sergipe, seria necessário, assim como em todo país, a criação de uma conta satélite do turismo, capaz de agregar os diversos setores da economia que são movimentados pelo turismo, por isso, de acordo com o Código Nacional de Atividades Econômicas do IBGE, todas as atividades turísticas são agregadas no setor de alojamento e alimentação, o que para análise de impacto econômico é pouco representativo, uma vez que diversos outros setores como transportes, serviços e comércios variados não entram no computo. Portanto, ocorre uma subnotificação dos gastos, baseada na multiplicação do gasto médio do turista pelo fluxo anual. Mesmo assim, registra-se um volume crescente nos últimos anos, passando de R\$ 128,75 por turista em 2008 para R\$ 144,50 por turista em 2010 (Figura 19).

FIGURA 19 – SERGIPE, RECEITA ANUAL DO TURISMO, 2011



Fonte: Estimativa da Empresa Sergipana de Turismo (EMSETUR), 2011.

Com essa limitada contagem a participação do turismo no PIB sergipano alcança apenas a 1,34% do PIB, de 2008, que, de acordo com o IBGE, foi de R\$ 19.552 bilhões, destes R\$ 262 milhões são referentes ao agrupamento dos serviços de alojamento e alimentação. De acordo com o cadastro central de empresas do IBGE, em 2009, nos serviços de alojamento e alimentação existem 1.314 unidades, com 9.104 empregados, menos de 3%

do total do Estado, sendo que em 2010 passou para 14.394, chegando a quase 4% do total do Estado.

De acordo com as entrevistas realizadas pela EMSETUR, o turista que visita Sergipe é motivado pelos recursos naturais, responsável pelo elevado grau de satisfação dos turistas na sua viagem, associadas a receptividade do povo sergipano, mas com registro de necessidade de melhorias na prestação de serviços, de modo geral.

Essa motivação pelos recursos naturais está sustentada nos 163 km de extensão na faixa litorânea, que fazem destacar Sergipe entre os destinos de sol e praia no turismo do nordeste brasileiro, pela sua condição de produto novo ou área pouco explorada, mantendo, na sua organização espacial, diversas áreas de preservação e contemplação ambiental, como patrimônio de todos, apesar de ocupar grandes áreas deste litoral para usos turísticos e residenciais.

Do ponto de vista da dimensão, o Polo Costa dos Coqueirais ocupa 18% do território do Estado abrangendo uma área de 4.018 km². Itaporanga D'Ajuda (739km²) e Estância (644,1km²) são os municípios mais representativos em área geográfica, somando aproximadamente 35% da área total do pólo. O Município de Aracaju dispõe de 181,9km², o que corresponde a apenas 4% do total, porém, abrigando a Capital do Estado, concentra a maior parte da população do Pol com 571.149 habitantes.

A prática da exploração do segmento de turismo de sol e praia pode ser explicado pela caracterização do clima sub-úmido com chuvas bem distribuídas, concentradas em abril e agosto, somando totais anuais de 1.400 a 1.600 mm/ano, com temperatura média de 25°C. Essa área do litoral abrange faixa variável com largura de vinte a quarenta quilômetros, sendo a parte sul mais larga que a norte. Os meses mais chuvosos têm relação com o tipo de fluxo, normalmente voltado para negócios e eventos, especialmente durante o ciclo junino, que apesar das chuvas, atrai fluxo de alta temporada, refletindo em 80% de ocupação na rede hoteleira. Os meses mais secos, atraem fluxo voltado para lazer, sol e praia, também responsável por alta taxa de ocupação hoteleira que varia entre 60% e 80%.

Os recursos hídricos reforçam o apelo natural para os segmentos de sol e praia e o ecoturismo, notadamente pela drenagem de seis bacias hidrográficas: Rios Sergipe, Real,

Vaza Barris, Piauí, São Francisco e Japarutuba, sendo este último a única bacia totalmente sergipana.

O Rio Japarutuba drena 8,4% da área do Estado. Tem sua nascente próxima ao município de Graccho Cardoso, percorre 92 km até o Oceano Atlântico e tem sua foz entre os municípios de Pirambu e Barra dos Coqueiros. Cerca de dois terços desta bacia pertence ao clima de transição semi-árido, com chuvas inferiores a 1.000mm e períodos secos de até cinco meses. Esses aspectos refletem-se diretamente na vazão do rio.

O Rio Sergipe drena 14,9% do Estado e tem suas nascentes na Serra da Boa Vista, na divisa com a Bahia. A cidade de Aracaju está localizada na sua margem direita, justo onde são lançadas suas águas no Atlântico, formando amplo estuário abraçado por Aracaju e por Barra dos Coqueiros. Os afluentes Poxim e Pitanga, da margem direita do Rio Sergipe, têm suas águas represadas e aproveitadas para o abastecimento da cidade de Aracaju.

O Rio Vaza-Barris nasce próximo a Canudos, na Bahia e deságua entre São Cristóvão, Aracaju e Itaporanga d'Ajuda, sendo que 70% de seu curso permanece seco durante a maior parte do ano, pois corta uma das regiões mais áridas do País, com médias anuais de chuva de 300 mm. O Rio Vaza-Barris só é perene em seu baixo curso por atravessar área de maior umidade.

Com drenagem de 32,5% da área de Sergipe, o Rio Piauí nasce na Serra de Palmares, entre os municípios Simão Dias e Riachão do Dantas e percorre cerca de 132 km até a foz, atravessando área de citricultura. A maioria dos afluentes do Piauí são de água doce podendo ser aproveitadas para irrigação, abastecimento e uso industrial.

O Rio Real nasce na Serra do Tubarão, na Bahia e serve de limite entre Sergipe e Bahia. Este rio tem sua foz junto com o Rio Piauí formando o Estuário do Mangue Seco.

A partir do seu afluente Xingó até a foz, o Rio São Francisco serve de limite entre os estados de Sergipe e Alagoas numa extensão de 236 km. Sua bacia ocupa 29% da superfície do Estado. Além da barragem e reservatório do Xingó e do extenso canyon, a foz do Rio São Francisco chama a atenção pela variedade de paisagens formadas por ilhas fluviais, que se

inicia a jusante da cidade de Neópolis e se alarga em direção à praia, por onde se estende por 35 km em território sergipano (Figura 20).

FIGURA 20 – SERGIPE, RIO SÃO FRANCISCO, 2011



Fonte: SEMARH, 2011.

A imagem aérea permite distinguir cordões litorâneos intercalados com áreas alagadas, matas, restingas, coqueirais, várzeas cortadas por meandros, lagoas, ilhas e extensa faixa de dunas. O relevo apresenta terraços marinhos, planícies marinha-fluvial e flúvio-marinha, dunas móveis e fixas e superfícies pantanosas. Esse conjunto de formas faz limites com os Tabuleiros Costeiros.

Sobre o relevo do Polo Costa dos Coqueirais, a principal característica são as baixas altitudes que se elevam ao entrar para o interior, interpretado sob dois componentes: Planície litorânea e Tabuleiros Costeiros.

Comprometida pela ocupação antrópica e pelas atividades da agricultura e lavoura, a cobertura vegetal do Polo Costa dos Coqueirais é formada principalmente por resquícios de mata atlântica, manguezais e restinga. Ressalta-se, quanto à preservação de vegetação protegida por Lei, a necessidade de intervenção para contenção de ocupação de áreas de mangue na Cidade de Aracaju, às margens do Rio Poxim, todavia, mesmo com a forte pressão imobiliária, o município mantém o manguezal dentro da malha urbana, podendo ser utilizado para atividades de ecoturismo nos roteiros que incluem passeio pelo cidade, comercializados como city tour.

FIGURA 21 – SERGIPE, POLO COSTA DOS COQUEIRAIS, COBERTURA VEGETAL



Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento (SEPLAN), 2010.

Uma importante ação do Estado em relação às condições ambientais do Polo Costa dos Coqueirais diz respeito a definição de Unidades de Conservação do Meio Ambiente. De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC, 2004), as Unidades de

Conservação¹, áreas protegidas, dividem-se em dois grupos: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável. As Unidades de Proteção Integral têm por objetivo básico preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais. Neste grupo encontram-se: Estação Ecológica (ESEC), Reserva Biológica (REBIO), Parque Nacional (PARNA), Monumento Natural e o Refúgio de Vida Silvestre.

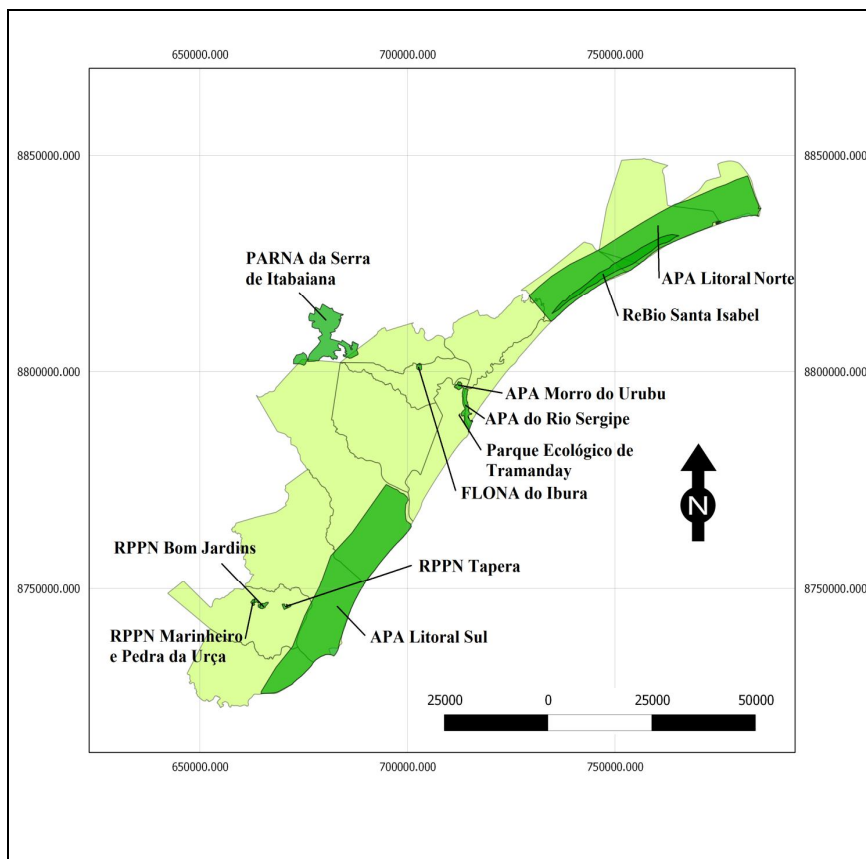
O segundo grupo, de unidades de uso sustentável, tem como objetivo básico compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais. Neste grupo incluem-se as seguintes categorias: Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), Floresta Nacional (FLONA), Reserva Extrativista (RESEX), Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável; e Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). Entre os objetivos das UCs, destacam-se a manutenção da diversidade biológica, a proteção de espécies e recuperação dos recursos hídricos, bem como a promoção da educação ambiental, do ecoturismo, a pesquisa científica e a proteção de recursos naturais para sobrevivência de populações tradicionais.

Apesar de ser o menor estado em extensão territorial do Brasil, Sergipe apresenta peculiaridades ecossistêmicas que merecem destaque. Os ecossistemas predominantes são a mata atlântica e a caatinga. A mata atlântica foi intensamente explorada desde a colonização do país, e reduzida a 0,190 no estado de Sergipe. A caatinga tem sido intensamente explorada, com substituição de espécies vegetais nativas por cultivos e pastagens. (PDITS, 2005)

No estado de Sergipe existem quinze Unidades de Conservação (UC) da natureza, sendo três particulares, três do governo federal, duas municipais e sete estaduais, entre elas, duas das estaduais estão em fase de recategorização. Desse total, dez UC's estão no Polo Costa dos Coqueirais (Figura 22).

¹ Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (SNUC, 2004).

FIGURA 22: SERGIPE, POLO COSTA DOS COQUEIRAIS, UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE, 2012



Fonte: Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) dos Polos/PRODETUR/SETUR, 2012.

Para o cumprimento dos objetivos das unidades do estado, a Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH) se propôs a implantar seu conjunto de Unidades de Conservação, com a recategorização daquelas unidades conflitantes com a legislação vigente. Sergipe conta com três Unidades de Conservação de uso sustentável, inseridas no Polo Costa dos Coqueirais, todas na categoria de Área de Proteção Ambiental (APA), que estão sob a gestão do Governo do Estado de Sergipe, administradas pela SEMARH.

A Área de Proteção Ambiental Morro do Urubu, localizada na área urbana de Aracaju, limita-se ao Norte com o rio do Sal, ao Leste com o rio Sergipe, e ao Sul e Oeste com as áreas urbanas da zona Norte do município (Figura 23). Trata-se de região onde

originalmente predominava a Mata Atlântica e seus ecossistemas associados, além de enclaves de Cerrado. Criada e regulamentada pelos Decretos nº 13.713, de 16.06.93, e nº 15.405, de 14.07.95, a área vem sofrendo pressão urbana e se descaracterizando cada vez mais. O complexo de vegetação encontra-se hoje bastante comprometido, sobretudo pela invasão, construção e urbanização das favelas. A área ainda abriga importante equipamento turístico, o Parque da Cidade com média de visitação de cerca de 6.000 visitantes/mês. (SEMARH, 2011)

FIGURA 23: SERGIPE, POLO COSTA DOS COQUEIRAIS, ARACAJAU, PARQUE DA CIDADE, ÁREA DE PROTEÇÃO DO MORRO DO URUBU, 2011



Fonte: SEMARH, 2012.

A Área de Proteção Ambiental do Litoral Sul do Estado de Sergipe, transformada em Unidade de Conservação através do Decreto nº 13.468 de 22 de janeiro de 1993, define a estrutura de ocupação da área compreendida entre a foz do Rio Vaza Barris e a desembocadura do Rio Real, com cerca de 55,5 km de costa e largura variável de 10 a 12 km, do litoral para o interior. Abrange os municípios de Itaporanga d'Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhhy e Indiaroba. Inserem-se nesta APA as praias mais habitadas do Estado, destacando-se a Caueira, Saco e Abais. Observam-se também as maiores áreas de restingas arbóreas, manguezais e manchas mais preservadas de Mata Atlântica, dunas e lagoas.

FIGURA 24: POLO COSTA DOS COQUEIRAIS, ÁREA DE PROTEÇÃO DO LITORAL SUL, 2012



Fonte: SEMARH, 2012.

Por último, a Área de Proteção Ambiental (APA) Litoral Norte, instituída através do Decreto nº 22.995 de 09 de novembro de 2004. Compreendendo um perímetro de aproximadamente 473,12 km², a unidade situa-se nos municípios de Pirambu, Japoatã, Pacatuba, Ilha das Flores e Brejo Grande e tem como objetivo geral a promoção do desenvolvimento econômico-social da área, voltada às atividades que protejam e conservem os ecossistemas ou processos essenciais à biodiversidade, à manutenção de atributos ecológicos e à melhoria da qualidade de vida da população.

No Polo Costa dos Coqueirais ainda encontram-se Unidades de Conservação em fase de recategorização, para tanto, a Lei nº 2.825 de 30 de julho de 1990, define como "Paisagem Natural Notável" e área de especial proteção ambiental todo o trecho do rio Sergipe, que serve de divisa entre os municípios de Aracaju e Barra dos Coqueiros, compreendendo as margens e todo o leito do rio Sergipe, tanto na parte permanente coberta pelas águas, quanto naquela que somente o é por efeito dos movimentos de maré, no segmento que se estende até o mar e no que sai em demanda do rio Poxim.

A Lei nº 2.795, de 30 de março de 1990, define áreas de proteção ambiental da foz do Rio Vaza-Barris, que compreende as Ilhas do Paraíso e da Paz, localizadas respectivamente na foz do Rio Vaza-Barris e na foz do Rio Santa Maria, em frente ao Povoado Mosqueiro.

Fora do Polo Costa dos Coqueirais, mas ainda na área de planejamento estratégico do turismo no Estado de Sergipe, outras Unidades de Conservação merecem destaque como o Refúgio de Vida Silvestre Mata do Junco, localizado no município de Capela, a 67 km da capital sergipana, é um dos maiores remanescentes de Mata Atlântica do Estado, com uma área total aproximada de 766 ha. Criado através do Decreto 24.944 de 26 de dezembro de 2007; Com forte apelo turístico e histórico-cultural por abrigar a rota do Cangaço e cenário de morte de Lampião e Maria Bonita, o Monumento Natural Grota do Angico, unidade de conservação estadual criada através do Decreto 24.922 de 21 de dezembro de 2007, está situada no Alto Sertão Sergipano, a cerca de 200 km de Aracaju, entre os municípios de Poço Redondo e Canindé de São Francisco, às margens do Rio São Francisco.

FIGURA 25: SERGIPE, POLO COSTA DOS COQUEIRAIS, CAPELA – MATA DO JUNCO E POÇO REDONDO – GROTA DO ANGICO, 2012



Fonte: Acervo SEMARH, 2012.

Diante dessa estrutura institucional de unidades de preservação é necessário destacar que as APAs são um tipo de unidade de preservação de uso sustentável, muito permissível a variadas explorações, sendo necessário considerar suas revisões para, em casos especiais, transformar em área de proteção integral, quando se trata de áreas ambientalmente frágeis com vegetação de restinga, mangues e mata Atlântica, que em determinados casos deverão ter usos apenas contemplativo e de visitação, evitando os múltiplos interesses de usos e tendência de ocupação desordenada, sem permissão de exploração dos recursos naturais.

O que se enfatiza é a necessidade de reestruturação de unidade de proteção integral, para áreas frágeis e altamente vulneráveis como Ponta dos Mangues, Pantanal de Pacatuba e a reserva de Mata Atlântica de Santa Luzia do Itanhy. À medida que se trata da criação de

unidades de proteção integral como estratégia de proteção do uso dos recursos naturais do Polo, propõe-se a criação de organizações capazes de manter e fiscalizar essas unidades.

Ocupando uma área de 4.018 km², o Polo Costa dos Coqueirais concentra 49,7% da população do estado com 1.027.004 habitantes, apresentando densidade demográfica média de 399,76 hab/km², bem superior a média estadual de 91 hab/km² (Tabela 1). Esta região reúne a maior parcela do PIB do estado, reflexo da concentração de mais de 60% das atividades industriais, comerciais e de serviços, especialmente em Aracaju. No Estado, até 2010 as atividades do setor primário e do secundário dividiam a responsabilidade pela produtividade por volta de 50% com o setor terciário.

TABELA 1 – POLO COSTA DOS COQUEIRAIS, ÁREA GEOGRÁFICA (Km²), POPULAÇÃO E DENSIDADE DEMOGRÁFICA, 2011

Município	Área (Km ²)	População	Densidade demográfica (hab/km ²)
Aracaju	181,9	571.149	3.140,67
Barra dos Coqueiros	90,3	24.976	276,52
Brejo Grande	148,9	7.742	52,01
Estância	644,1	64.409	100
Indiaroba	313,5	15.831	50,49
Itaporanga d'Ajuda	739,9	30.419	41,11
Laranjeiras	162,3	26.902	165,78
Nossa Senhora do Socorro	156,8	160.827	1.025,88
Pacatuba	373,8	13.137	35,14
Pirambu	205,9	8.369	40,65
Santa Luzia do Itanhy	329,5	12.969	39,36
Santo Amaro das Brotas	234,2	11.410	48,73
São Cristóvão	436,9	78.864	180,52
Total do Polo Costa dos Coqueirais	4018	1.027.004	399,76
Total SE	21918,4	2.068.017	91

Fonte: Área Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), consultado em setembro de 2011.

População e densidade demográfica, IBGE, 2011.

Durante séculos, a economia de Sergipe foi dependente das atividades do setor primário, com destaque para o cultivo da cana-de-açúcar e do gado. A partir da década de 1960, houve uma diversificação das atividades econômicas. A exploração dos recursos minerais, especialmente petróleo, gás natural, calcário e potássio, além da produção de energia elétrica, gerada pela Usina de Xingo e de outras atividades industriais, comerciais e de

serviços. Em 2009, o Produto Interno Bruto (PIB) sergipano atingiu a marca de aproximadamente 16,9 bilhões de reais, contribuindo com 0,6% para o PIB brasileiro. No âmbito regional, sua participação foi de 4,8%, sendo a segunda menor. Somente o estado do Piauí teve contribuição inferior: 4,1%.

Respondendo por 25,10% na composição do PIB o setor industrial tem como principais segmentos: alimentos, couro, mobiliário, extração de petróleo e produtos minerais. Aracaju, capital estadual, é a cidade com maior concentração industrial. A agropecuária responde por 5,28% na formação do PIB, entre os cultivos mais importantes estão a cana-de-açúcar, figurando como principal, seguido da laranja, coco-da-baía, mandioca, milho, feijão, arroz, batata-doce, abacaxi, maracujá, banana, limão, entre outros.

O setor de serviços e comércio responde por 59,54% do PIB com áreas como comércio, construção, saúde, educação, transporte, entre outros, sendo também impulsionado pelo turismo, com destaque para os segmentos de alojamento e alimentação. Os impostos sobre produtos líquidos respondem por 10,05% (Quadro 2 e Tabela 2).

QUADRO 2 – POLO COSTA DOS COQUEIRAIS, ATIVIDADES PRODUTIVAS,
2011

SETORES ECONÔMICOS			
Primário		Secundário	Terciário
Agricultura		Indústria	Serviços
Pecuária	Lavoura, Extração vegetal e Silvicultura		
Bovinos, suínos e eqüinos, ovinos, Galináceos, codornas, leite de vaca, ovos de galinha, mel de abelha.	Abacaxi, banana, batata-doce, coco-da-baía, fava, feijão, fumo, laranja, limão, mamão, manga, maracujá, amendoim, mandioca, milho, mangaba, madeiras (carvão vegetal, lenha	Indústrias de transformação Indústria extrativo-mineral	- Construção; - Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos; - Alojamento e alimentação; - Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas; - Administração pública, defesa e seguridade social; - Educação; - Saúde e serviços sociais; - Transporte, armazenagem e comunicações; - Educação; - Objetos pessoais e domésticos; - Outros serviços coletivos, sociais e pessoais; - Instituições financeiras.

Fonte: IBGE, 2011.

O crescimento do setor terciário aponta para oportunidade de desenvolvimento de um novo segmento de turismo, associado a atividades produtivas tradicionais do setor primário, chamado de turismo de base comunitária, ou turismo de base local. A visita aos antigos engenhos e as unidades de agricultura, vivências na pecuária e na lavoura, associados À pesca artesanal, passaram a servir de possível atrativo para agregar experiência aos roteiros turísticos comercializados.

TABELA 02 – POLO COSTA DOS COQUEIRAIS, PIB POR MUNICÍPIO E SETOR (R\$ MIL), 2009

Municípios	PIB - Agropecuária	PIB - Indústria	PIB – Comércio e Serviços	Impostos sobre produtos	TOTAL
Aracaju	5.849	1.171.836	4.988.888	902.874	7.069.448
Barra dos Coqueiros	4.340	62.685	88.860	13.018	168.903
Brejo Grande	7.259	5.498	25.882	1.016	39.924
Estância	38.233	284.040	351.220	120.150	793.644
Indiaroba	20.055	5.598	58.066	2.314	86.033
Itaporanga d'Ajuda	21.456	167.032	145.409	45.703	379.600
Laranjeiras	13.198	337.433	350.127	135.842	836.600
Nossa Senhora do Socorro	4.851	241.904	946.687	227.643	1.421.084
Pacatuba	17.804	67.944	59.161	8.987	153.896
Pirambu	4.506	7.963	31.470	1.433	45.362
Santa Luzia do Itanhy	26.487	4.145	47.728	2.559	80.919
Santo Amaro das Brotas	9.023	9.060	46.167	3.085	67.335
São Cristóvão	21.514	97.011	278.933	35.556	433.014
TOTAL Polo Costa dos Coqueirais	194.575	2.462.149	7.418.598	1.500.180	11.575.762
TOTAL Sergipe	1.045.000	4.963.000	11.771.000	1.987.000	19.766.000

Fonte: IBGE, 2009

A capacidade econômica do Polo Costa dos Coqueirais em relação às demais regiões do Estado pode ser medida pela sua representatividade no PIB, concentrando 58,5% da produção. Inserido no PIB de comércio e serviços, com participação de 63%, o turismo deve ser analisado sob a perspectiva de crescimento ordenado e controlado.

Tanto para redução da tendência do turismo de massa, quanto para melhor qualificação segmentada dos prestadores de serviços turísticos, o fortalecimento do turismo de base comunitária representa um avanço na independência da prática de turismo em terras sergipanas.

A oportunidade de não depender do operador nacional e agente estadual, oferecendo um receptivo turístico local, significa independência e autonomia na operação turística, desde que devidamente qualificada e profissionalizada. Esse nicho não exclui os destinos já massificados, mas, cria novas possibilidades para grupos de turistas que costumam criar seus próprios roteiros contando com apoio de agentes locais, fazendo visitas com pequenos grupos.

2.3 ARACAJU COMO CENTRALIDADE DO POLO COSTA DOS COQUEIRAIS

Aracaju surgiu da necessidade de um porto para escoamento do açúcar e de outros produtos oriundos do interior sergipano. “Uma vitória da geografia”, no dizer do engenheiro Fernando Porto, Aracaju se tornou uma cidade mercantil, plana, com saída para o mar, onde floresceu uma arquitetura eclética. Moderna em suas linhas, convivendo, ao mesmo tempo, com a mansidão do rio e com o movimento ondulado do mar, Aracaju tem cumprido sua vocação comercial, crescendo em todas as direções e apresentando um bom gosto indiscutível em seus novos bairros e condomínios, que atestam o vigor de uma classe média forte que caracteriza a sua população. (SETUR, 2007)

No contexto de desenvolvimento sustentável, de evolução tecnológica e de reposicionamento de mercado, Aracaju se volta, no final da década de 1990, para o comércio de produtos ou roteiros turísticos com a chegada das agências de turismo receptivo, serviço que, por um lado, facilitava o deslocamento do turista e a organização da oferta e, por outro, iniciava um segmento mundial, o turismo de massa.

A partir de então, muita coisa mudou na relação de mercado, a exemplo do conhecimento e compartilhamento da informação disponibilizada pela internet, mas permaneceu o turismo de massa, movimento desenhado pela mundialização de um turismo meramente capitalista, no qual o perfil do turista é de comprador.

Aracaju se firma como centro de recepção, permanência e distribuição do fluxo turístico para o interior do Estado. Todavia, os inúmeros instrumentos e facilidades criados pela globalização não superam o velho e tradicional planejamento, inventariação e dinamização da oferta de produtos e serviços turísticos e execução das diversas ações que contemplem a estruturação do setor, na perspectiva de desenvolver um movimento novo, possibilitando a captação de um turista consumidor, mas com interesse especializado, buscando experiências. Assim, a análise da gestão pública permite o conhecimento do nível de organização do setor para o planejamento, desenvolvimento e organização para uma nova tendência de turismo segmentado ou especializado.

Na evolução das políticas públicas de turismo, no Brasil, deve-se considerar que a capital, Aracaju, passa a integrar, em 2008, o Projeto Destinos Indutores do Turismo Regional, gerido pelo Ministério do Turismo em parceria com os governos estadual e municipal, com o objetivo de estruturar destinos turísticos com padrão de qualidade internacional, bem como definir parâmetros, avaliar o estágio de desenvolvimento e elaborar o plano de ação para que os destinos indutores de desenvolvimento alcancem tal padrão de qualidade.

O Projeto Destinos Indutores consolidou-se na amostra do Relatório Brasil, construído numa parceria entre o Ministério do Turismo, Sistema Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e Fundação Getúlio Vargas (FGV), o qual avalia os principais aspectos indicadores da competitividade do destino. No segundo semestre de 2008, realizou-se o Seminário Técnico de Competitividade em cada um dos 65 destinos, ocasião em que constituíram-se os seus Grupos Gestores - GG. O relatório detalhado apresenta individualmente os valores obtidos por cada destino nas 13 dimensões abordadas pelo estudo e detalha o impacto de cada uma das 60 variáveis para a competitividade. Além disso, lista as variáveis priorizadas pelo município e consolida as propostas elaboradas pelo público participante, descrevendo a composição do grupo gestor.

Conhecendo os objetivos do projeto para acompanhar a estruturação da atividade turística no destino indutor e avaliando a amostragem comparativa 2008 a 2010, percebe-se que a média de Aracaju é superior a média Brasil mas, inferior a média das capitais, e com uma queda de quase 3 pontos entre 2009 e 2010 (Tabela 3). Assim, para acelerar a escala

crescente de pontuação na avaliação das dimensões deve-se considerar a relevância de ações como a organização do monitoramento do setor, elaboração de plano de desenvolvimento turístico, funcionamento do conselho municipal de turismo, conclusão da sinalização turística da cidade, além de melhorias nas dimensões de aspectos ambientais, cooperação regional, políticas públicas, economia local, serviços e equipamentos turísticos.

**TABELA 3: ARACAJU, CONSOLIDAÇÃO DOS RESULTADOS DO RELATÓRIO
BRASIL – DESTINOS INDUTORES 2008 - 2010**

Dimensões	Brasil *			Nordeste			Capitais			Aracaju		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Total geral	52,1	54,0	52,0	49,0	50,4	48,9	59,5	61,9	59,3	52,4	56,4	53,8
Infra-estrutura geral	63,8	64,6	63,3	60,2	60,4	60,2	70,5	71,3	70,5	70,7	67,0	70,0
Acesso	55,6	58,1	58,7	49,5	51,8	53,5	66,9	69,9	69,9	63,6	67,9	69,9
Serviços e equipamentos turísticos	44,8	46,8	44,3	40,0	41,8	39,2	56,8	59,4	56,1	39,3	41,8	39,3
Atrativos Turísticos	58,2	59,5	57,6	57,8	57,8	57,7	56,6	58,5	55,8	56,9	58,4	56,9
Marketing	38,2	41,1	37,7	34,6	37,1	34,6	46,3	47,5	46,3	46,8	42,1	46,8
Política Públicas	50,8	53,7	50,3	48,0	51,3	47,9	55,7	58,7	55,0	59,4	61,9	59,4
Cooperação Regional	44,1	48,1	48,9	45,1	48,2	51,4	42,9	47,1	48,6	51,4	52,6	62,7
Monitoramento	35,4	34,5	34,8	29,0	28,8	28,4	42,1	41,8	41,6	22,5	29,5	22,5
Economia Local	56,6	57,1	56,7	51,5	51,3	50,8	64,7	67,6	64,7	39,0	49,8	39,0
Capacidade Empresarial	51,3	55,7	51,0	46,4	50,2	45,1	72,1	78,1	72,1	44,3	81,4	44,3
Aspectos Sociais	57,2	57,4	57,2	56,8	55,0	56,5	62,3	63,1	62,5	63,6	62,6	63,6
Aspectos Ambientais	58,9	61,8	58,2	56,9	59,9	56,5	63,8	67,7	62,6	45,8	50,4	45,8
Aspectos Culturais	54,6	54,6	54,7	53,0	52,9	52,3	61,4	63,0	60,2	62,0	55,2	62,0

Fonte: MTur e FGV – Estudo de Competitividade do Turismo, 2010.

Na condição de destino indutor do turismo Aracaju tem sua melhor pontuação na dimensão de infraestrutura, explicada pelos investimentos públicos em acessibilidade com a construção das pontes sobre o Rio Sergipe, e sobre o Rio Vaza Barris, saneamento e calçamento de ruas do bairro Atalaia e sinalização turística da cidade. A pior nota ficou com a dimensão de monitoramento, pela falta de um sistema de gestão do turismo, incluindo a falta de pesquisas para o setor e a constante dependência dos dados levantados pelo governo do Estado.

A dimensão de serviços e equipamentos turísticos está abaixo da média Brasil e das capitais, podendo ser explicado pela necessidade de qualificação continuada da mão-de-obra para o turismo, incluindo serviços de táxi e postos de combustível, que mantêm contato direto com o turista.

Dimensões como aspectos sociais e culturais colocam Aracaju com média acima do Brasil, Nordeste e Capitais, notadamente pela segurança da cidade, condições de qualidade de vida e valorização da cultura local.

No escopo do Projeto Destinos Indutores do Turismo, foi instituído em Aracaju, sob a coordenação geral da Fundação Municipal de Cultura e Turismo (FUNCAJU), um Grupo Gestor - GG do projeto, do qual participam as seguintes Instituições: Fundação Municipal de Cultura e Turismo (FUNCAJU), Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, da Ciência e Tecnologia e do Turismo (SEDETEC), Empresa Sergipana de Turismo (EMSETUR), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE-SE), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC-SE), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFS), Faculdade de Sergipe (FASE), Universidade Federal de Sergipe (UFS), Sindicato das Empresas de Turismo (SINDETUR), Associação Brasileira dos Agentes de Viagens (ABAV-SE), Secretaria Municipal de Planejamento, Secretaria Estadual de Planejamento, Habitação e Desenvolvimento Urbano (SEPLAN), Superintendência Municipal de Transporte e Trânsito (SMTT).

Além dos problemas observados nos indicadores do relatório Brasil, a fragilidade da gestão estratégica da Prefeitura Municipal e da estruturação da governança local, associada a carência de monitoramento do impacto do turismo, reforçam a necessidade de elaborar um plano de gestão do turismo, capaz de ordenar sua função de centralidade e prever alternativas de melhoria na distribuição do turismo bem como redefinição e diversificação dos seus próprios produtos turísticos.

Em Aracaju, o que se verifica é uma postura de gestão municipal que acredita no modelo de mercado determinado pela oferta gerando demanda, sem o controle do interesse, nem a medição do impacto, tentando aproveitar apenas a valorização do turismo como prática social.

2.4 POTENCIALIDADES E LIMITAÇÕES DO POLO COSTA DOS COQUEIRAIS

De acordo com empresário do turismo receptivo, entrevistado para este estudo, o turista vem a Sergipe motivado pela água do rio ou do mar, uma afirmativa que faz sentido se for observada a formação natural do território sergipano, com suas barras fluviais dos rios Sergipe, São Francisco, Real, Vaza Barris e Japaratuba, representados pelas 5 estrelas da bandeira do Estado.

Nas últimas décadas a preocupação com o meio ambiente vem crescendo exponencialmente, em função da escassez dos recursos naturais, devido ao elevado crescimento populacional e industrial. Neste sentido, uma potencialidade nas áreas funcionais do turismo no Polo Costa dos Coqueirais é o fortalecimento da instituição e organização das unidades de conservação do meio ambiente, que, por um lado, adotam a estruturação de gestão compartilhada e envolvimento das comunidades, por outro, são carentes de análise sobre as limitação impostas pela legislação.

Outra limitação de forte impacto no ambiente é o lançamento de efluentes nos corpos d'água, esse por sua vez traz consigo vários prejuízos a biota do corpo receptor e seus afluentes (PORTELA *et al*, 2009). Diante disso, e paralelo a crescente geração de efluentes estão sendo estudados processos que garantam uma maior eficiência no tratamento. Para o Município de Santa Luzia do Itanh, por exemplo, o sistema de esgotamento e tratamento a

ser implantado no Povoado Crasto no âmbito do PRODETUR, traz como peculiaridade um Processo Oxidativo Avançado, representado pelo processo fotoquímico utilizando ultra-violenta (UV), o que demonstra um avanço nas questões de sustentabilidade ambiental por parte da gestão pública.

Importante aspecto ambiental remete à gestão de resíduos sólidos, o que por lei é competência do município. Vale lembrar que no Brasil, foi aprovada e sancionada em 2010 a Política Nacional dos Resíduos Sólidos – PNRS, lei nº 12.305/2010, regulamentada no decreto nº 7.404 que prevê, entre outros instrumentos, a concessão de subsídios e incentivos fiscais para a atividade de reciclagem.

Nesse sentido, é importante que os gestores dos municípios do Polo comecem a pensar na elaboração de Planos Municipais de Resíduos e de Saneamento Ambiental, uma vez que a lei garante privilégios referentes à captação de recursos federais destinados a esta área para aqueles municípios que tiverem tal plano elaborado.

A preservação do meio ambiente tem importante significado para prática do turismo quando se trata de área com diversos recursos naturais, variado ecossistema e tendo na paisagem uma referência de comercialização de produtos turísticos.

Esse cuidado com o meio ambiente remete às diversas definições de desenvolvimento turístico sustentável, certos documentos e declarações internacionais são utilizados como referência e incorporam as definições da Comissão Brundtland e da Agenda 21. A Organização Mundial do Turismo (OMT) considera o desenvolvimento do turismo sustentável aquele que ... *atende às necessidades dos turistas e das regiões receptoras e ao mesmo tempo protege e fomenta as oportunidades para o turismo futuro. É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida (OMT, 2003, p.24).*

A concretização desta sustentabilidade seria dependente de planejamento e gerenciamento cautelosos do setor turístico. O turismo sem planejamento, ordenação e gerenciamento geraria poluição, deterioração dos espaços visitados, degradação do patrimônio

cultural, perda de benefícios econômicos, redução da sustentabilidade ecológica, cultural e econômica, reduzindo a sustentabilidade social.

Assim, outra potencialidade do Polo Costa dos Coqueirais está associada à gestão regional que conta com o Plano de Desenvolvimento do Turismo Sustentável (PDITS), referendado pelo Plano Estratégico Estadual de Turismo 2009 -2014 e pelo Plano Nacional de Turismo (PNT) 2011, devendo, porém, como limitação desta gestão, reestruturar seu Conselho Regional de Turismo, numa metodologia de participação popular capaz de fortalecer a produção endógena de cooperação e descentralização, visto que seu funcionamento se deu somente enquanto foi coordenado pelo BNB de 2000 até 2006, quando o Banco assumia o papel de coordenador do conselho de turismo.

Os benefícios econômicos adicionais do turismo relacionam-se com a dinamização de recursos e circulação de mercadorias na localidade, eles seriam resultantes da cadeia em que turistas deixam dinheiro para serviços ou consumo em transportes, comida, hospedagem e diversão. Esse valor geraria salários, pagamento de fornecedores, lucros e impostos. As mercadorias locais ou vindas de fora são consumidas na operação e pelo turista ou podem ser compradas em espaços como parques, centro de esportes, lojas de departamentos, galerias de artesanato entre outros. O dinheiro estaria circulando e gerando recursos financeiros para a população local. No entanto, o olhar para um turismo dito sustentável implica planejamento, gerenciamento contínuo para minimizar os impactos que o fluxo crescente de turistas traz (OMT, 2003).

Dessa forma, uma limitação enfrentada não só pelo Polo, mas por todo Brasil é a medição do impacto econômico do turismo que necessitam encontrar uma modelagem capaz de explicar sua interação com tantos outros setores da economia. No Estado de Sergipe, a força econômica do turismo se apresentou por meio do estudo de impacto econômico dos setores produtivos, quando, no primeiro semestre de 2011, o turismo apresentou-se responsável por 3,2% dos empregos gerados, em segundo lugar no ranking, atrás apenas da construção civil.

O desenvolvimento do setor turístico em Sergipe enfrenta quatro aspectos limitadores principais: i) A concorrência de outros destinos do Nordeste brasileiro; ii) a não consolidação de uma identidade do destino turístico Sergipe com público-alvo; iii) incipiente diversificação

do produto turístico e iv) confusa institucionalização do setor.

As duas primeiras características apresentam provavelmente a mesma causa e, são fruto de ineficiente e descontinuada estratégia de divulgação do Estado interna e externamente. Além disto, vale acrescentar que a infraestrutura básica e turística é um ponto importante de estrangulamento do setor. As duas últimas características estão vinculadas à indefinida estratégia de gestão estadual do turismo e ao conflito de criação, extinção e recriação de órgãos oficiais de turismo nos últimos cinco anos.

Por fim, uma destacada potencialidade do Polo Costa dos Coqueirais está relacionada à ligação litorânea entre os Estados de Pernambuco e Bahia, numa distância de 600 Km passando por Sergipe. Essa rodovia litorânea será um convite ao passante a permanecer e conhecer Sergipe, especialmente as áreas do Polo Costa dos Coqueirais que compõem essa ligação litorânea.

Essa realidade traz para o governo do Estado o desafio de garantir investimentos públicos como a rodovia SE-100 norte, ligando os municípios de Pirambu a Brejo Grande, assim como a construção da ponte ligando Sergipe ao Estado de Alagoas, considerando que na área do litoral sul, com a inauguração da ponte sobre o Rio Piauí, em 2012, esta ligação estará concluída. O desafio sugere também a preservação dos recursos naturais e paisagens de variado ecossistema da área do litoral norte. Desse modo, o Polo Costa dos Coqueirais tende a ser concentrador e distribuidor do fluxo de turistas e dos equipamentos de usos turísticos, bem como ter suas áreas de funções turísticas transformadas em territórios turísticos.

CAPÍTULO 3 – TURISMO E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO NO POLO COSTA DOS COQUEIRAIS

A investigação sobre a influência do turismo na organização do espaço agrega identificação das áreas funcionais e territórios do turismo, análise da segmentação turística, composição da oferta turística e equipamentos fixos do turismo, os fluxos turísticos e perfil da sua demanda, além da formação e distribuição dos produtos turísticos.

3.1 TERRITÓRIOS E ÁREAS FUNCIONAIS DO TURISMO NO POLO COSTA DOS COQUEIRAIS

De acordo com SANTOS e ANDRADE (1992), as terras que constituíam o Estado de Sergipe, limitado pelos Rios São Francisco e Real, pertenciam a Bahia de Todos os Santos, sendo concedida a Francisco Pereira Coutinho por Carta de Doação de 5 de abril de 1534, regulamentada pelo Foral de 22 de agosto daquele ano. Extensas áreas foram ocupadas com fazendas de gado, seguido pela instalação de engenhos e pela valorização do açúcar crescente até 1862, quando surge a atividade algodoeira ocupando espaços vazios no interior do Estado.

Em Aracaju, capital do Estado, a ocupação foi iniciada na segunda metade do século XIX estruturada em um traçado em forma de tabuleiro de xadrez com trinta e duas quadras de 110m x 110m, elaborada pelo engenheiro Sebastião Basílio Pirro, a pedido do então governador da província de Sergipe, Ignácio Barbosa.

A apropriação e transformação do espaço sergipano foram motivadas pela incorporação de novas atividades econômicas e tecnologias, como algodão, arroz, extração de petróleo, entre outros, até que, na década de 1980, surge como novidade para o Brasil, a atividade turística, a princípio vista meramente como movimentação de pessoas, mas logo observada como setor produtivo capaz de gerar renda.

A atividade turística se instalou essencialmente nas áreas litorâneas, pela valorização social dada ao recurso natural das praias, notadamente em pontos onde fosse possível a prática

de banhos e atividades de lazer. Assim, a área costeira de Sergipe é onde se iniciam os primeiros fluxos de pessoas e investimentos em infraestrutura básica e turística que explicam o nascimento da atividade, sua apropriação e produção do espaço.

Para facilitar a identificação dos territórios e áreas funcionais do turismo, foi aplicado aos representantes dos municípios do Polo o formulário de caracterização turística, uma adequação do formulário de ficha de roteiro turístico elaborado pelo Ministério do Turismo para criação dos cadernos de roteirização disponibilizados a partir da II edição do Salão do Turismo – Roteiros do Brasil em 2006. Além disso, foi realizado levantamento dos roteiros comercializados pelos agentes de turismo receptivo.

A aplicação do formulário de caracterização do turismo nos municípios teve a pretensão de subsidiar com dados primários e secundários a elaboração do inventário da oferta turística do Polo Costa dos Coqueirais. A aplicação contou com apoio da Secretaria de Estado do Turismo que o incorporou ao Projeto “Municípios: caminhos do desenvolvimento pelo turismo”. Entre as principais informações estão a caracterização dos municípios, separação dos atrativos naturais, culturais e artificiais, descrição da oferta equipamentos turísticos, identificação dos agentes de comercialização.

Os formulários foram enviados e coletados por e-mail, com monitoramento por telefone (Apêndice 3). Os principais problemas apontados pelos gestores locais foram discutidos em oficinas do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), realizada nos dias 30 e 31 de janeiro de 2012, com participação de representantes dos municípios e coordenação da SETUR, em parceria com a TECHNUM consultoria responsável pelo plano, com intervenções para conclusão desta pesquisa.

Entre as principais demandas estão o fortalecimento das secretarias municipais de turismo, esgotamento sanitário, construção de orlas e atracadouros, capacitação e qualificação de mão de obra para o turismo, reestruturação de roteiros turísticos, apoio ao empreendedorismo local, educação ambiental e recuperação de áreas degradadas.

Os territórios turísticos são compreendidos neste estudo como espaço de concentração de objetos fixos, equipamentos para usos turísticos e fluxo de pessoas, ou seja, núcleos receptores, onde o turismo impõe maior transformação com instalação de meios de

hospedagem, bares e restaurantes e equipamentos de lazer, onde muitos equipamentos e serviços são criados e apropriados para uso turístico.

Para Cruz (2003), nos territórios receptores de fluxos de turistas é imposta a lógica de organização dos espaços (a lógica do lazer) a lógicas preexistentes. Daí as transformações que se colocam nos territórios em função do turismo que cria novos objetos nos lugares, mas também se apropria de objetos preexistentes, como objetos naturais (rios, praias, montanhas etc.) e objetos culturais (infraestruturas, edifícios, patrimônio histórico), atribuindo-lhes novos significados e, muitas vezes, novas feições.

Enquanto os territórios turísticos figuram como espaços apropriados pelo mercado turístico, as áreas funcionais do turismo são identificadas neste estudo como espaço com objetos de potencial função turística (elementos naturais), mas, ainda com incipiente fluxo de visitante e turistas e sem relação direta de consumo dos elementos formadores do espaço, ou seja, ainda não inseridos em produtos ou roteiros turísticos (Quadro 3).

QUADRO 3 – POLO COSTA DOS COQUEIRAIS, ÁREAS FUNCIONAIS E TERRITÓRIOS DO TURISMO, 2012

Área do Polo	Município	Áreas funcionais do turismo	Territórios turísticos	Equipamentos/Atrativos	Segmento turístico predominante	Roteiro a que pertence
Litoral Norte	Brejo Grande		Foz do Rio São Francisco	Estuário do Rio São Francisco Passeios fluviais Povoado Cabeço Povoado Saramém Engenho Cajuípe	Ecoturismo	Roteiro Foz do Rio São Francisco/ Delta do São Francisco
	Pacatuba	Pantanal		Remanescentes de mata atlântica; Praia de Ponta dos Mangues Mirante do Roncador Reserva biológica de Santa Isabel Único exemplar no Nordeste com preservação de variada fauna, atraindo banho de macacos como o Guigó, além de lontras, capivaras e até jacaré de papo amarelo; Praia de Ponta dos Mangues	Ecoturismo	Não integra roteiro
	Pirambu		Praia de Pirambu	Praia de Pirmabu; Reserva biológica de Santa Isabel; Projeto TAMAR (preservação e recuperação e reprodução de tartarugas marinhas); Entrepasto de Pesca Rio Japaratuba	Ecoturismo	Roteiro Foz do Rio São Francisco
			Lagoa Redonda	Lagoa Redonda Dunas Praia		
	Santo Amaro das Brotas	Outeiro Boa Vista		Outeiro Boa Vista	Cultural	Não integra roteiro turístico

Área Central	Aracaju		Centro Histórico	Catedral Metropolitana, Centro de Turismo, Rio Sergipe, Museu da Gente Sergipana, Conjunto arquitetônico do século XIX, Palácio Museu Olímpio Campos, Mercados Albano Franco, Thales Ferraz e Augusto Franco, Colina do Bairro Santo Antônio e Parque da Cidade com zoológico na APA morro do Urubu.	Sol e Praia Negócios e eventos	1. Aracaju e Praias; 2. Foz do São Francisco; 3. Litoral Sul; 4. Cidades Históricas. 5. Xingó – cânions.
			Praia 13 de Julho	Mirante, calçadão, Memorial de Sergipe, centro comercial e serviços para classes A e B.		
			Orla de Atalaia	Praia dos Artistas, Praia de Atalaia, equipamentos de uso público e privados – parques, arenas, quadras e pistas de esporte, salões de festas, bares e restaurantes, Lagos artificiais, Oceanário.		
			Praias do litoral Sul	Praias de Aruana, Náufragos, Refúgio, diversos equipamentos privados, sendo maioria os bares e restaurantes.		
			Orla Pôr do Sol	Estuário do Rio Vaza Barris, Mirante,		
	Barra dos Coqueiros		Praia da Costa	Praia da Costa Estuário do Rio Sergipe	Sol e praia	Não integra roteiro
			Praia de Atalaia Nova	Praia de Atalaia Nova Orla da Atalaia Nova		
		Praia de Jatobá		Praia de Jatobá		
			Praça central da Barra dos Coqueiros	Praça central Centro de Artesanato Atracadouro para To-to-tó (embarcação típica)		
	Laranjeiras		Centro histórico de Laranjeiras	Trapiche construção do século XIX onde era armazena produção açucareira dos engenhos e alojamento dos escravos, atualmente funciona o centro de tradições do municípios; Igreja Bom Jesus dos Navegantes, construção do início do século XX; Capela Sant' Aninha; Primeira Igreja presbiteriana do Estado,	Cultural	Roteiro Cidade Históricas

				de 1899; Teatro Santo Antônio, século XIX, atualmente abriga a biblioteca e laboratórios do campus avançado da UFS; Museu de Arte Sacra; Museu Afro-brasileiro de Sergipe; Casa de cultura João Ribeiro; Igre Matriz Sagrado Coração de Jesus; Igreja Nossa Senhora da Conceição da Comandaroba; Igreja Nossa Senhora do Rosário e São Benedito (Ritos das principais manifestações folclóricas de Sergipe ainda são realizados ali); Terreiro Filhos de Obá;		
		Área Rural		Casa do Engenho Retiro; Capela de Santo Antônio; Capela do Engenho Jesus Maria e José; Igreja Nossa Senhor; Gruta da Pedra Furada no Povoado Machado; Gruta da Mariana (pinturas do artista plástico Horácio Hora) na Vila do Faleiro;	Cultural	
	Nossa Senhora do Socorro	Prainha do Porto Grande		Rio do Sal Prainha do Porto Grande	Ecoturismo	Não integra roteiro
	São Cristóvão		Cidade Alta	Praça São Francisco (patrimônio da humanidade); Museu Histórico de Sergipe; Museu de Arte Sacra; Igreja de São Francisco, Igreja Nossa Senhora do Carmo com museu dos Ex-votos, Igreja Nossa Senhora da Vitória – Matiz, Igreja de Nossa Senhora do Amparo, Igreja Nossa Senhora do Rosário, Santa Casa de Misericórdia; Casa da queijada; Casa do folclore.	Cultural	Roteiro Cidades Históricas
			Bica dos Pintos	Balneário de água mineral Vegetação de mata atlântica		

Litoral Sul	Itaporanga D'Ajuda		Praia da Caueira	Orla da Caueira	Sol e praia	Não integra roteiro
		Ilha de Men de Sá				
	Estância	Centro Histórico de Estância		Casarios coloniais Casarões azulejados Igrejas do século XVII Nossa Senhora de Guadalupe Casa de cultura de Estância	Sol e praia	Roteiro Litoral Sul
			Praia do Saco	Praia do Saco Praia das Dunas		
			Praia do Abais	Praia do Abais Lagoa dos Tambaquis		
		Estância antiga ou Bomfim		Antiga fábrica Santa Cruz Vila Operária		
	Santa Luzia do Itanhy	Circuito Engenhos		Engenho São Félix; Engenho Castelo; Fazenda Priapu da Feira (funciona o alambique que produz a cachaça Reserva do Barão); Trilha Ecológica da Rua da Palha.	Ecoturismo Turismo de base comunitária	Não integra roteiro turístico
		Crasto		Orla do Crasto; Reserva biológica do Macaco Guigó; Reserva de mata atlântica.		
	Indiaroba		Pontal	Estuário do Rio Orla do Pontal	Sol e praia	Roteiro Litoral Sul
		Convento				
			Terra Caída	Estuário do Rio Piauí Atracadouro para acesso a Mangue Seco (BA) – travessias de lancha e catamarã		

Fonte: SETUR - formulários de informações turísticas dos municípios, 2011 – Elaborado por Joab Almeida.

Candiotto e Santos (2009) dizem que a territorialização das novas atividades econômicas no litoral de Sergipe são impulsionadas pela fase pós-fordista na qual a acumulação é flexível e a natureza e a cultura são cada vez mais transformadas em mercadoria. (VIEIRA, 2010).

Como o turismo parte da apropriação e comercialização dos elementos do espaço e tudo que este contém, no processo de adequação do espaço ao consumo turístico, muitas características originais se perdem. A adoção de uma percepção majoritariamente mercadológica da atividade por investidores e, mais preocupante, pelo próprio poder público, tem provido diversos impactos negativos às localidades onde o turismo se desenvolve (YÁZIGI, 2002), daí o cuidado no planejamento da preservação da identidade nos territórios de uso turístico.

No caso do Polo Costa dos Coqueirais as identidades locais ainda não sofrem grande pressão do mercado turístico, dado que cerca de 80% dos turistas que visitam a região hospedam-se em Aracaju e visitam as outras áreas. Assim, a maior pressão do mercado turístico está concentrada nesta cidade, especialmente na Orla de Atalaia, a porção do espaço geográfico de uso turístico mais intenso.

A intensificação do uso turístico leva a introdução, multiplicação e, em geral, concentração espacial de objetos cuja função é dada pelo desenvolvimento da atividade. Entre esses objetos, destacam-se os meios de hospedagem, os equipamentos de restauração² e de prestação de serviços e a infraestrutura de lazer. Nesse processo de apropriação dos espaços pela prática social do turismo está a gênese dos territórios turísticos. (CRUZ, p. 12, 2003)

Pela forma de organização do mercado para consumo dos lugares turísticos no Polo, é possível afirmar que os turistas se concentram em cinco territórios turísticos que funcionam como núcleos receptores do Polo: 1. Centro histórico e Orla de Atalaia, em Aracaju, 2. Foz do Rio São Francisco, em Brejo Grande, 3. Centro Histórico de São Cristóvão, 4. Centro Histórico de Laranjeiras, 5. Passeio de barco pelo Rio Piauí, trecho de ligação entre os municípios de Estância, Indiaroba e Jandaíra, este último na Bahia.

² São equipamentos de restauração as infraestruturas relacionadas à alimentação como restaurantes, bares, lanchonetes, entre outras.

FIGURA 25: ARACAJU, PAISAGENS DO CENTRO HISTÓRICO, 2012



Fonte: Acervos da SETUR e do autor, 2012.

FIGURA 26: ARACAJU, PAISAGENS DA ORLA DE ATALAIA, 2012



Fonte: Acervo do autor, 2012.

FIGURA 27: BREJO GRANDE, PAISAGENS DA FOZ DO RIO SÃO FRANCISCO, 2010



Fonte: Acervo do autor, 2010.

FIGURA 28: SÃO CRISTÓVÃO, PAISAGENS DO CENTRO HISTÓRICO, 2011



Fonte: Acervo do autor, 2011.

Nos territórios, a prática social do turismo tem maior participação na dinâmica da economia local pela presença do principal elemento de identificação do turismo, o turista. Poucas áreas do Polo Costa dos Coqueirais são utilizadas para fins comerciais do turismo, de

modo que, a estruturação da gestão local agregada a construção de planos de desenvolvimento turístico, especialmente em âmbito local, poderão definir estratégias capazes de ordenar o futuro do turismo e apontar formas de exploração para o qual se projetam, sob pena de tornarem-se objeto de especulação do mercado e entrarem nos conflitos de interesse do mero capital econômico para consumo massificado dos elementos do espaço.

O que se pode concluir da análise sobre os territórios e áreas funcionais do turismo é que os lugares que compõem a oferta turística são determinados pelo mercado a partir da formação de roteiros turísticos, concentrando a distribuição do fluxo e a geração de renda. Assim, a revisão da roteirização turística agregada a novas formas de comercialização por meios de agentes locais pode superar o problema da concentração e massificação do turismo no Polo, partindo para uma oferta de produtos especializados, planejados e controlados. Este cenário não se sobrepõe a natural massificação imposta pelo mercado globalizado do turismo, mas serve de alternativa para novos perfis de turistas que preferem conhecer o inusitado e viver novas experiências em pequenos grupos, a ter que experimentar do mesmo com muitas pessoas.

3.2 SEGMENTAÇÃO TURÍSTICA NO POLO COSTA DOS COQUEIRAIS

Entendida como forma de organizar o turismo para fins de planejamento, gestão e mercado, a segmentação turística pode ser estabelecida a partir dos elementos de identidade da oferta e também das características e variáveis da demanda. Dessa forma, a partir das regiões turísticas definidas no Plano Estratégico Estadual de Turismo de Sergipe ficaram estabelecidos como prioritários os segmentos turísticos de *Sol e Praia, Negócios e Eventos e Ecoturismo*.

A segmentação foi incorporada à Política Nacional de Turismo por meio do Programa de Regionalização do Turismo como forma de organização e integração da oferta turística nas unidades da federação a fim de possibilitar a geração de produtos segmentados, chamados de roteiros, e viabilizar suas comercializações. Estes roteiros servem para construção de parcerias, adensamento de negócios e operacionalização do turismo, a partir do consumo de elementos do espaço.

O Polo Costa dos Coqueirais é apontado pelo Plano Estadual de Turismo como região predominantemente utilizada para exploração do turismo de sol e praia, pela capacidade atrativa da linha costeira e, em menor proporção apresenta o segmento cultural com as cidades de São Cristóvão e Laranjeiras, conforme figura 29.

FIGURA 29: SERGIPE, SEGMENTOS DE MAIOR EXPRESSIVIDADE NO TURISMO, 2010



Fonte: EMSETUR, 2010.

A partir das pesquisas aplicadas durante construção deste estudo e corroborando com Brasil (2005) é possível reafirmar a predominância do segmento de sol e praia, presente em toda faixa litorânea incorporando o conjunto de municípios que formam o Polo, constituído das atividades turística relacionadas à recreação, entretenimento ou descanso em praias, em função da presença conjunta de água, sol e calor. Além disso 95% dos entrevistados

confirmaram que sol e praia e negócios e eventos, respectivamente, são os segmentos mais importante do turismo no Polo.

O segmento de turismo cultural, presente com notoriedade nas cidades de São Cristóvão e Laranjeiras que integram o roteiro cidades históricas, caracteriza-se como atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura. (Figura 30)

FIGURA 30: SÃO CRISTÓVÃO, PROCISSÃO DE NOSSO SENHOR DOS PASSOS, 2011



Fonte: Senadinho Notícias, 2011

Negócios e eventos figuram como importante segmento do Polo, significando um conjunto de atividades turísticas decorrentes dos encontros de interesse profissional, associativo, institucional, de caráter comercial, promocional, técnico, científico e social (Brasil, 2005). Este segmento se concentra na capital, Aracaju, sendo responsável por 50% da ocupação hoteleira do município, além de útil para dinamização da economia do turismo, com uso de diversos equipamentos como bares e restaurantes.

Por último, pode-se registrar a presença do segmento de ecoturismo por utilizar de forma sustentável o patrimônio natural e cultural, incentivando sua conservação, buscando a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente e promovendo o bem-estar das populações (Brasil, 2005). Notadamente encontrado nas áreas do

litoral sul e litoral norte do Polo Costa dos Coqueirais, propícias para contemplação da natureza em função das paisagens que reúnem áreas estuarinas e ecossistema diversificado.

Os turistas de maior renda costumam praticar turismo de negócios, enquanto a menor renda é registrada pelo segmento de lazer, todavia, a permanência média do turista de lazer chega ao dobro da permanência do turista de negócios (Tabela 4).

TABELA 4: SERGIPE, PERFIL DA DEMANDA POR SEGMENTO TURÍSTICO

Dados Econômicos	Lazer	Negócios / Trabalho	Eventos (Congressos, Festivais, etc.)	Outros
Renda Média do Turista (R\$)	2.963,81	4.902,35	3.308,72	2.767,65
Permanência Média do Turista (dias)	4,43	2,43	3,66	2,46
Média de Dependentes (pessoas)	2,11	1,13	1,33	1,65
Gasto Médio Diário <i>Per Capita</i> (R\$)	245,39	471,20	348,22	325,63

Fonte: EMSETUR, 2011.

O segmento de negócios e eventos, responsável por 50% da ocupação hoteleira no Polo Costa dos Coqueirais, garante o maior gasto médio diário por pessoa, demonstrando sua capacidade de dinamização econômica. Mas um problema para o crescimento da demanda está na oferta de equipamentos de convenções e feiras que, no caso de Sergipe, é limitado pelos centros de convenções de grandes hotéis como o Hotel Parque dos Coqueiros com auditório de capacidade para 800 pessoas, o Resort Dioro, com capacidade para 1.200 pessoas e, o Hotel Mércure Del Mar, com capacidade para 500 pessoas, além do Centro de Convenções de Sergipe, com capacidade de 500 pessoas. Ao considerar que os hotéis Parque dos Coqueiros e Dioro apresentaram problemas administrativos e, em 2012, encontram-se fechados, a capacidade do Polo Costa dos Coqueirais que representa o Estado de Sergipe no segmento de negócio e eventos, para convenções, teve seus maiores equipamentos fechados, reduzindo em 50% sua capacidade de captar eventos de médio porte, isto é, até mil pessoas.

FIGURA 31: SERGIPE, MAIORES CENTROS DE CONVENÇÕES, 2011



Fonte: Acervos do Hotel Dioro, Hotel Parque dos Coqueiros e Centro de Convenções de Sergipe (CCS), 2011

Observando as áreas que formam o Polo Costa dos Coqueirais, pode-se apontar a área do litoral sul com predominância do segmento de sol e praia, atraindo turistas motivados pelo lazer no litoral sergipano, notadamente pelos banhos e passeios de barcos que formam circuito turístico.

A área central tem sua referência no segmento de negócios e eventos, justificado pelo perfil da ocupação hoteleira e concepção dos meios de hospedagem que, de modo geral, reservam nas suas edificações áreas específicas para realização de eventos como salas de reuniões, auditórios, áreas de exposições e até centros de convenções.

A área do litoral norte tem no segmento de ecoturismo sua referência, ainda que de modo incipiente e com fluxos limitados pelas condições de acessibilidade. A Foz do Rio São

Francisco é o principal atrativo agregado às áreas de preservação da natureza, com variado ecossistema em áreas de preservação ambiental.

Estes segmentos turísticos predominantes nas áreas do Polo Costa dos Coqueirais são determinantes para o planejamento da política pública de turismo em escala nacional, estadual, regional e local, pelo direcionamento das estratégias de desenvolvimento.

Apesar da sua função de subsídio ao planejamento, não foi possível identificar ações de estruturação de segmentos ou estratégias de segmentação para definir o desenvolvimento Turístico de Sergipe. Entre os documentos analisados estão o Plano Nacional e Estadual do Turismo, PDITS do Polo Costa dos Coqueirais e Plano de Desenvolvimento do turismo na Bacia do Rio São Francisco.

A segmentação turística serve, atualmente, para posicionamento de mercado e promoção do turismo, sendo apontada como atrativo e motivação nas peças e matérias que integram as campanhas promocionais dos roteiros turísticos.

A forma de identificação dos segmentos com palavras de uso comum e fácil definição facilitam o reconhecimento e apropriação destes segmentos pelas pessoas envolvidas com a cadeia de produção do turismo, desse modo, ao questionar gestores, pesquisadores, empresários e prestadores de serviços do turismo sobre o segmento predominante nos seus espaços de atuação, as respostas, normalmente, são idênticas, assim como obtido durante pesquisa realizada.

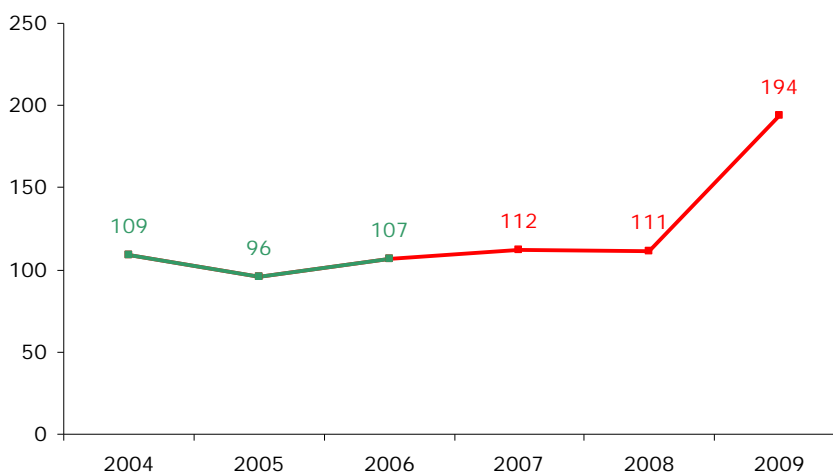
3.3 COMPOSIÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA (FIXOS)

De acordo com MTur (2010), até 2002, o cadastro oficial dos prestadores de serviços turísticos era de responsabilidade da EMBRATUR, por meio do Sistema Automático de Gerenciamento dos Prestadores de Serviços Turísticos (SAGET). O Decreto n. 4.898, de 26 de novembro de 2003, transferiu essa responsabilidade para o Ministério do Turismo que, em 2006, lançou o CADASTUR. A execução do cadastramento e recadastramento dos prestadores de serviços turísticos é feita pelos Órgãos Delegados nos 26 estados e no Distrito

Federal, ou seja, os órgãos oficiais recebem a documentação pra o cadastramento e o validam. O Ministério do Turismo, por sua vez, tem a responsabilidade de gerenciar o sistema e realizar a manutenção e atualização dos dados sobre os prestadores de serviços turísticos.

O CADASTUR é a principal fonte de informações para análise da oferta turística de Sergipe. Dessa forma, por não ter uma área de estudos e pesquisas, as administrações municipais dependem dos dados coletados e organizados pela Empresa Sergipana de Turismo que, em 2009, dá um salto de qualidade no fortalecimento do cadastro e aumenta em 90% seu quadro de registros (Figura 32).

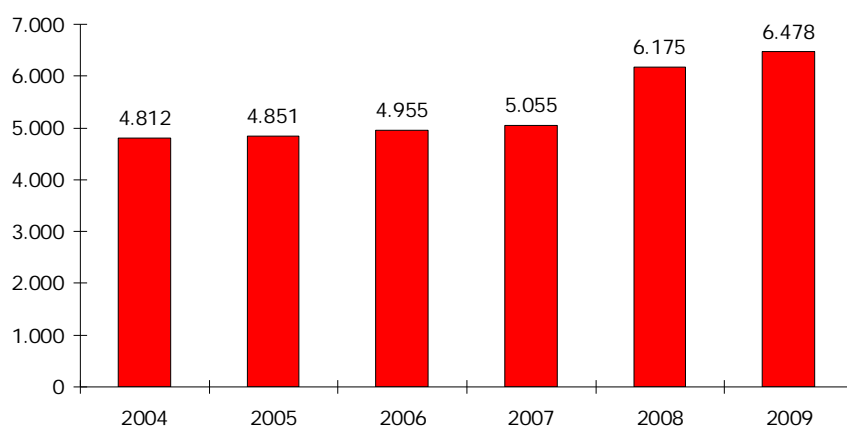
FIGURA 32: SERGIPE, EVOLUÇÃO DO CADASTUR, 2004 -2009



Fonte: EMSETUR, 2010. Baseado no CADASTUR.SE - MTur.

Nos centros receptores estão distribuídos os principais equipamentos e serviços que compõem o espaço para uso turístico, cujo registro, acompanhamento e fiscalização são efetuados pela EMSETUR por meio do seu ambiente de Cadastro de equipamentos e serviços turísticos (CADASTUR). Somente o município de Aracaju conta com 57 meios de hospedagem, sendo 40 hotéis e 17 pousadas, refletindo 80% dos equipamentos existentes no Estado. Considerando as Unidades Habitacionais (apartamentos) nos hotéis, Sergipe passou de 4.812 unidades, em 2004, para 6.478 unidades, em 2009. Desse montante, 5.170 estão instaladas nos meios de hospedagem da cidade de Aracaju (Figura 33).

FIGURA 33: SERGIPE, EVOLUÇÃO DA OFERTA HOTELEIRA – Nº DE UNIDADE HABITACIONAIS (APARTAMENTOS), 2004 - 2009



Fonte: EMSETUR, 2010. Baseado nos Boletins de Ocupação Hoteleira - BOH

A avaliação dos entrevistados sobre a oferta turística no Polo Costa dos Coqueirais contempla onze dimensões que vão dos recursos naturais até a limpeza urbana, com perguntas diretas para avaliação (Tabela 5).

TABELA 5: AVALIAÇÃO DO TURISMO NO POLO COSTA DOS COQUEIRAIS (em %)

	Item avaliado	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não respondido
01	Recursos naturais	70	20	10	-	-	-
02	Atrativos turísticos	40	50	10	-	-	-
03	Roteiros turísticos	-	20	75	5	-	-
04	Promoção turística	-	30	20	50	-	-
05	Bares e restaurantes	10	20	70	-	-	-
06	Meios de hospedagem	11	15	35	40	-	-
07	Atividades de lazer	15	25	40	20	-	-
08	Meios de transporte	10	30	40	20	-	-
09	Rodovias	20	70	10	-	-	-
10	Sinalização	10	20	50	10	-	-
11	Limpeza urbana	20	40	25	15	-	-

Fonte: Trabalho de campo, 2011.

Desta avaliação do turismo no Polo Costa dos Coqueirais, é possível constatar que na opinião da maioria, os recursos naturais são reconhecidos como de maior potencial na atração de turistas e visitantes. A acessibilidade facilitada com a reforma de rodovia também foi reconhecida como importante para o turismo. A insatisfação foi demonstrada com a promoção do turismo sergipano, especialmente por não ter identidade num elemento específico e não atuar em campanhas domésticas para o próprio sergipano, além da oferta hoteleira concentrada em Aracaju, dificultando possibilidades de pernoites no interior do Estado.

Diante dos dados analisados, é possível confirmar a caracterização de Aracaju como centralidade do turismo sergipano, um fato que remete à emergente estruturação administrativa de gestão do turismo municipal focada no ordenamento do crescimento do setor. Os dados positivos de crescimento turístico no destino Aracaju acabarão atraindo investidores que poderão otimizar seus recursos e gerar benefícios para a cidade a partir de um planejamento bem definido sobre os rumos do turismo, com clareza dos segmentos a serem explorados, áreas de concentração de investimentos públicos e áreas de atração de visitantes e turistas.

O turismo qualificado como nova modalidade de consumo de massa desenvolve-se no âmbito da emergente economia das trocas invisíveis em escala nacional e internacional. Esta modalidade se expande com a produção de bens (infra-estrutura, construções, alimentos e produtos diversos) e serviços (transportes, hospedagens, alimentação, etc.) que interagem para o consumo final. Esse conjunto de bens e serviços oferece ao mercado de consumo as condições de acessibilidade a determinado lugar. O espaço, na dimensão do lugar, assume caráter de objeto de consumo e, como tal, é (re) produzido e comercializado. (FALCÃO, 1999)

Agregando diversos setores da economia, o turismo fomentou a criação de linhas de crédito específicas pra o setor. As instituições financeiras passaram a organizar suas ofertas de crédito dirigidas ao setor e, os empreendimentos turísticos que formam a cadeia produtiva, passaram a contar com algumas linhas de crédito específicas, a exemplo do Fundo de Gerenciamento do Turismo (FUNGETUR), Programa de Gerenciamento do Turismo (PROGER), Fundo Nacional de Desenvolvimento do Nordeste (FNE) Turismo, entre outros. (Quadro 4)

QUADRO 4: LINHAS DE CRÉDITO PARA O TURISMO

Linhas de crédito		Bancos operadores	O que financia
Investimento e capital de giro associado	FUNGETUR	Caixa Econômica Federal	Bens e serviços necessários ao empreendimento
	PROGER Turismo Investimento	Banco do Brasil Caixa Econômica Federal	
	BNDES Automático	Banco do Brasil Caixa Econômica Federal Banco do Nordeste	
	BNDES Finem	BNDES Banco do Brasil Caixa Econômica Federal Banco do Nordeste	
	FCO – Turismo Regional	Banco do Brasil	
	FNE – Proatur	Banco do Nordeste	
Capital de Giro	FAT – Giro Setorial	Caixa Econômica Federal	Capital de giro isolado

Fonte: MTur - SNPTur, 2010.

Entre as percepções dos empresários do turismo destaque para o processo burocrático e garantias que os bancos impõem para formalização e liberação do crédito, normalmente para cada R\$ 1,00 investido é necessário garantir R\$ 1,00 em bens e patrimônios para tomada do empréstimo. Para muitos empresários, essa exigência afasta a possibilidade do investimento, dado que a maioria tem dificuldade de comprovar garantia, entretanto, para os bancos a exigência é a forma de reduzir os riscos do investimento financeiro.

Resta para o problema do crédito a construção participativa, de um lado os bancos diferenciando seus produtos, do outro, os empresários apontando as melhores formas de reduzir os riscos das instituições financeiras e facilitar o acesso ao crédito.

3.4 PERFIL DA DEMANDA TURÍSTICA (FLUXOS)

De modo geral, na exploração turística, Sergipe ainda guarda um diferencial em relação a outros estados da Região Nordeste do Brasil, o seu ineditismo, visto que os grandes fluxos, na década de 1990, estavam voltados para a Bahia, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte.

Esses fluxos fizeram com que os maiores destinos turísticos da Região Nordeste fossem transformando seus espaços para acomodar diversas segmentações, criadas ou induzidas pelo perfil do fluxo turístico que ali aportava. Desse modo, a espacialização turística geralmente se transformava para receber maior número pessoas, para diversas finalidades e práticas de segmentos turísticos como de lazer, negócios, eventos, religioso, rural, de aventura. Trata-se de uma variedade de oferta que acaba incentivando o turismo social, mais conhecido como turismo de massa. Assim, estabelece-se a diferença: enquanto destinos mais procurados se moldam à oferta para o segmento social ou de massa, Sergipe pode inovar e apresentar suas diversidades natural e cultural em forma de segmentos turísticos que busquem turistas conscientes, observadores, analíticos e com alto poder aquisitivo, melhorando sua taxa de permanência e gasto médio do turista, sem adotar grandes impactos de estrutura de apoio para receber grande número de pessoas.

Se por um lado o turismo social demanda o ordenamento turístico para exploração de agentes e operadores turísticos com vasta oferta de produtos, por outro, transforma os lugares em *lugares de tudo e lugares de nada*. Tudo em relação aos equipamentos turísticos necessários, e nada em relação às produções, saberes e história da base local. Assim, a tendência do turismo social é basear-se na busca de uma prestação de serviço focada em padrão de qualidade mundial, aproveitando muito pouco da oferta local de mão-de-obra, de insumos e serviços, além de concentrar a renda da atividade em grandes agentes e operadores turísticos.

No Polo Costa dos Coqueirais, a distribuição do fluxo segue a direção das centralidades da região, notadamente Aracaju, no centro, como portão de entrada para o fluxo aéreo, Brejo Grande no litoral norte como portão do fluxo rodoviário e Indiaroba como porta de entrada do fluxo rodoviário no litoral sul (Figura 34).

FIGURA 34: POLO COSTA DOS COQUEIRAIS, DISTRIBUIÇÃO DO FLUXO TURÍSTICO, 2012



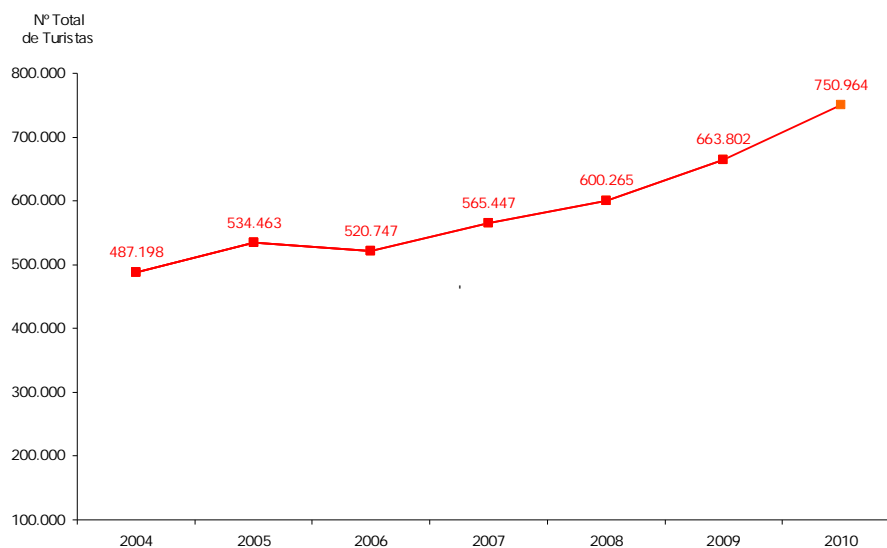
Fonte: PDIS, 2012.

O Polo Costa dos Coqueirais mantém Aracaju como centralidade distribuidora do fluxo turístico. Este fato pode ser explicado pela concentração de equipamentos como aeroporto e meios de hospedagem na capital, mas, também, pelo incipiente investimento no interior do estado, fato que continua impactando no desenvolvimento do setor nas outras áreas.

Entre os principais polos emissores de turistas para Sergipe estão os estados da Bahia com média de 33%, São Paulo, com 15%, Pernambuco, com 9%, Rio de Janeiro, com 8% e Alagoas, com 8% . (EMSETUR, 2009)

A evolução observada na oferta hoteleira, que chegou a atingir uma taxa de crescimento de 12,4% ao ano de 2007 a 2009 é compatível com a evolução da demanda de fluxo turístico na categoria (Figura 35).

FIGURA 35: SERGIPE, FLUXO ESTIMADO NA REDE HOTELEIRA, 2004 - 2010

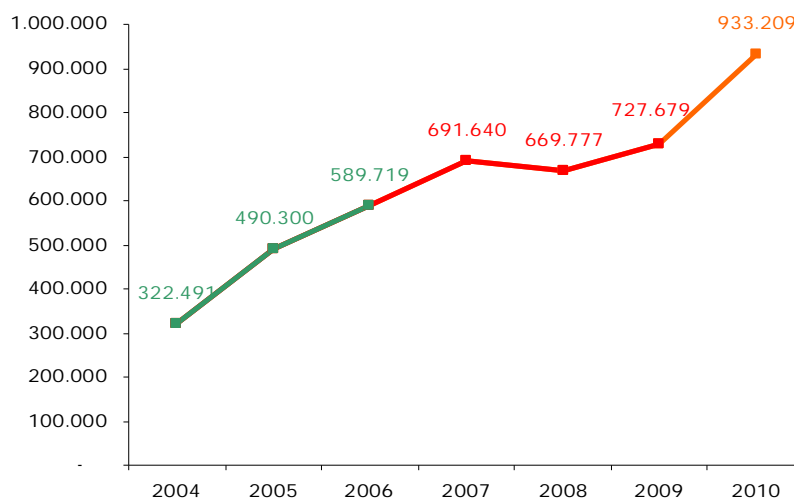


Fonte: EMSETUR, 2010. Baseado nos Boletins de Ocupação Hoteleira - BOH

No fluxo registrado de 2004 a 2006 observa-se uma pequena evolução que corresponde a 3,33% ao ano, enquanto de 2007 a 2009 alcança uma taxa de 8,02% ao ano, aumentando de 2009 a 2010, para 13%. Importante ressaltar que essa evolução de crescimento é percebida apenas em Aracaju, enquanto o interior permanece com a ocupação média em torno de 50% e sem crescimento nos últimos cinco anos, pela falta de investimento em novos equipamentos hoteleiros.

Os diferentes bens e serviços ofertados pelo turismo dependem essencialmente da movimentação de turistas. Assim, pode-se considerar que em relação à movimentação de passageiros no aeroporto de Aracaju, de 2003 a 2010, superou seus próprios recordes chegando a um crescimento de 200%. Embora o movimento de passageiros não distinga os residentes dos turistas, esse crescimento aponta para uma expressiva adesão do transporte aéreo, fato que acaba aumentando a demanda turística.

FIGURA 36: ARACAJU, AEROPORTO SANTA MARIA, MOVIMENTAÇÃO DE PASSAGEIROS, EMBARQUES E DESEMBARQUES, 2004 - 2010



Fonte: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária – INFRAERO, 2010.

3.5 FORMAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DOS PRODUTOS TURÍSTICOS (FIXOS)

Definir o turismo como produto tangível não é tarefa fácil, pois tratar-se de atividade que envolve consumo de bens, serviços e paisagens, assim, a forma adotada para chegar aos produtos turísticos é identificar os roteiros turísticos operados e comercializados.

Entende-se por roteiro turístico um itinerário caracterizado por um ou mais elementos que lhe conferem identidade, definido e estruturado para fins de planejamento, gestão, promoção e comercialização turística das localidades que formam o roteiro (BRASIL, 2007). Essas orientações auxiliam na integração e organização de atrativos, equipamentos, serviços turísticos, e infra-estrutura de apoio do turismo, resultando na consolidação dos produtos de uma determinada região.

A formação de produtos turísticos no Polo Costa dos Coqueirais pode ser explicada pela influência de quatro roteiros turísticos mais explorados pelo mercado: a) Roteiro Aracaju e Praias, compreendendo os limites do município de Aracaju, com as praias do litoral sul e seu centro histórico, chegando até a Barra dos Coqueiros com passeio panorâmico sobre o Rio

Sergipe; b) Roteiro Cidade Históricas, compreendendo o trecho que vai do Mosqueiro em Aracaju até os municípios de São Cristóvão e Laranjeiras, e os estuários dos rios Vaza-Barris e Sergipe; c) Roteiro Litoral Sul, situado no trecho que vai do rio Vaza -Barris até o rio Real, incorporando os municípios de Itporanga d’Ajuda, Estância, Santa Luzia do Itanhy, Indiaroba e os estuários dos rios Real e Piauí; d) Roteiro Foz do São Francisco, trecho que vai de Pirambu até a foz do rio São Francisco em Brejo Grande, incluindo os municípios de Pirambu e Pacatuba.

Ainda que identificados com nomes diferentes, os quatro roteiros citados se utilizam do mesmo itinerário e estão presentes nos balcões dos agentes de turismo receptivo do Estado de Sergipe como as principais ofertas e, de acordo com os empresários, são os mais procurados pelos turistas (Quadro 5). No portfólio das agências de turismo os quatro principais roteiros se apresentam entre alguns outros que surgiram na tentativa de diversificação.

QUADRO 5: SERGIPE, ROTEIROS TURÍSTICOS COMERCIALIZADOS POR AGÊNCIAS, 2012

Agência de Turismo Receptivo	Roteiros Comercializados
Nozes Tur	Delta do São Francisco Mangue Seco Cânyon de Xingó Catamarã Aracaju City Tour Aracaju Cidades Históricas
Nativa Turismo	Foz do Rio São Francisco Mangue Seco Xingó – Cânyons do Rio São Francisco Trilha do Cangaço Pirambu – Laranjeiras São Cristóvão – Cidade Histórica Praia de Atalaia City Tour Aracaju

Peregrinos	C�nyon de Xingó com city tour em Piranhas (AL) Eco-Xingó Croa do Gor� (Aracaju) Mangue Seco Rota do Cangaço (Piranhas – AL) Foz do Rio São Francisco Litoral Norte Litoral Sul com Lagoa dos Tambaquis Parque dos Falc�es Caminhada Ecológica na Serra de Itabaiana
Propagtur	Delta do São Francisco C�nyon de Xingó Catamarã Aracaju City Tour Aracaju Cidades Históricas Fazenda Boa Luz Mangue Seco

Fonte: Elaborado por Joab Silva, 2012.

Um problema do turismo, no Polo Costa dos Coqueirais, é a concentração do fluxo em Aracaju, todos os roteiros partem de Aracaju, um comportamento que acaba impedindo a distribuição dos turistas pelo interior do Estado, restando aos municípios do interior, apenas a função de lugar de visitação. Com a incipiente movimentac  o econômica, os equipamentos fixos como meios de hospedagem, bares e restaurantes, ficam obsoletos, com pouco uso, resultando na falta de estímulo para melhorias das instalações dos equipamentos existentes e na escassa atração de investidores, assim, demonstram fraca capacidade de alterações no espaço.

Para fins de planejamento nas regiões turísticas de Sergipe, foram estudados e identificados atrativos e potenciais diversos em das três rotas turísticas prioritárias: Rota Aracaju-Xingó, Rota Costa das Dunas e Manguezais e Rota Caminhos dos Jesuítas.

A Rota Aracaju Xingó é composta por praias, manguezais, lagoas, rios, serras, cavernas e cânions. Toda essa variedade de recursos naturais se encontra entre Aracaju e

Canindé de São Francisco. Foram registradas prática de esportes radicais e de aventura, com caminhadas por trilhas ecológicas entre a caatinga e as margens do Rio São Francisco, contato com aves de rapina, passeio de escuna na represa da hidrelétrica de Xingó, e o quinto maior cânion navegável do mundo. Outro importante atrativo, a Grota de Angico, local onde morreu Lampião, o maior mito do cangaço nordestino, dá respaldo ao turismo cultural. Tudo isso, junto com a riqueza das manifestações culturais da região, faz da Rota Aracaju-Xingó uma experiência considerada surpreendente e inesquecível pelos turistas. (SERGIPE, 2007)

A Rota Costa das Dunas e Manguezais detém uma visão da natureza onde dunas e manguezais se alternam. Nesta rota litorânea banhada pelo oceano atlântico, convivem pequenas vilas de pescadores, as salinas, os coqueirais, as mangabeiras e as cidades que surgiram como testemunhas do progresso sergipano. Aracaju, no meio do caminho entre os rios São Francisco e Real, é a maior e melhor representação estética das cidades. O segmento de sol e praia é destacado pela existência das praias: Praia do Saco e Abais, em Estância, Caueira, em Itaporanga D'Ajuda, Mosqueiro, Robalo, Aruana, Atalaia e Praia dos Artistas, em Aracaju, Atalaia Nova, Praia da Costa e Jatobá, em Barra dos Coqueiros, Pirambu, em Pirambu, e Santa Isabel, em Pacatuba. (SERGIPE, 2007). Essa rota recebe fluxo diário de turistas que embarcam em Aracaju e, passam o dia contemplando atrativos do litoral sul sergipano (Figura 37).

FIGURA 37: ESTÂNCIA, MOVIMENTAÇÃO DE TURISTAS NA ROTA COSTA DAS DUNAS E MANGUEZAIS, EMBARQUE PORTO N'ANGOLA 2010



Fonte: Acervo EMSETUR, foto – César de Oliveira 2009.

A Rota Caminhos dos Jesuítas é inspirada na história da povoação do território, quando, em 1575, os jesuítas cravaram as suas alpercatas no solo sergipano, atravessando o Rio Real, na altura de Santa Luzia do Itanhy, fazendo contatos e reunindo as tribos indígenas em aldeias. Do norte até o litoral e no centro do território sergipano, as missões jesuíticas marcaram a presença civilizada de Sergipe. A Catequese não teve efeitos duradouros, mas os jesuítas ocuparam glebas da terra e nelas instalaram seu colégios, residências, igrejas e capelas, num roteiro de fé que ia de São Cristóvão a Laranjeiras. Em torno da presença jesuítica em Sergipe, formaram-se lendas e tradições de túneis e tesouros, enterrados em Laranjeiras, em Japoatã e em ilhas e grutas ao longo do Rio São Francisco, motivando uma literatura de artigos jornalísticos e de livros que aguçam a curiosidade popular. (SETUR, 2006)

As campanhas publicitárias do turismo sergipano reforçam como produção associada ao turismo, o artesanato que, em sua variedade de formas e de matérias primas, atesta uma tradição que tem sobrevivido ao tempo, com originalidade. O barro, as rendas, em especial a irlandesa, os bordados em rendendê, as madeiras, os couros, os metais, ganharam forma para uso doméstico, utilitário ou para decoração. A habilidade do artesão se revela nas múltiplas peças, como se pode observar nos mercados de Aracaju e nas feiras do interior. O couro foi transformado em gibão, perneiras, peitoril, chapéu, sela, arreios, tacas, sapatos e alpercatas, que serviram a vaqueiros e cangaceiros, habitantes e transeuntes do mesmo cenário árido do sertão. Até pedras, as contas, os ferros, as conchas marinhas servem à artesanaria do povo sergipano, seja no uso prático das casas, seja na decoração.

A análise dos produtos turísticos aponta para um conflito entre os roteiros de planejamento da política estadual de turismo e os roteiros praticados pelos operadores de turismo. Aqueles com desejada taxa de permanência nos variados destinos, estes, com uma prática de visitação pelos destinos do interior do Polo e pernoites em Aracaju no chamado movimento “bate e volta”.

A culinária típica sergipana passou a ser incorporada no cardápio dos hotéis, mesmo os de rede internacional. A fim de ampliar a experiência do turista em sua permanência, passaram a oferecer pratos da culinária típica local, a exemplo do beiju de tapioca e cuscuz, no café da manhã, aratu e carne do sol, no almoço, macaxeira e inhame, no jantar. Para os entrevistados, os elementos representativos da culinária sergipana são o caranguejo, a mangaba e o caju (Figura 38).

FIGURA 38: ELEMENTOS REPRESENTATIVOS DA CULINÁRIA SERGIPANA:
CARANGUEJO, MANGABA E CAJU.



Fonte: Acervo da SETUR, fotos – César de Oliveira 2011.

As manifestações culturais predominantes no Polo Costa dos Coqueirais são as festas do ciclo junino, as quais celebram os dias de Santo Antônio, São João e São Pedro e, preenchem a programação do mês de junho, além das festas natalinas. O folclore se expressa pelas várias danças e rituais que contam com a participação da população, a exemplo da Taieira, Reisado e Lambe Sujo. Vale a pena destacar a Chegança, o Cacumbi, O Guerreiro, a Dança de São Gonçalo e o Parafuso, manifestações de origem africana, nos quais só participam homens, acompanhados de instrumentos musicais como triângulo, acordeão e bombo. O Parafuso é uma expressão cultural que só existe em Sergipe, sendo oriunda do município de Lagarto.

Considerando o aumento do fluxo turístico a partir do crescimento da ocupação hoteleira e do crescimento da movimentação de passageiros, ainda que não se possa mensurar o percentual de residentes e o de turismo entre esses passageiros, é notório o crescimento médio de 40% no fluxo turístico do Estado de Sergipe, entre 2004 e 2010. No entanto, é instigador que a permanência média do turista continue em torno de 2,5 dias e que os roteiros turísticos ofertados atualmente, sejam os mesmos da década de 1990 em termos de itinerário, com incipientes inclusões de equipamentos e serviços, com exceção de Aracaju, cuja oferta de

equipamentos cresceu na mesma proporção do fluxo, mais uma vez, confirmando seu papel de centralizador da oferta.

Essa disparidade entre o aumento do fluxo e da oferta turística, no interior do Polo Costa dos Coqueirais, indica a necessidade de requalificação dos roteiros turísticos comercializados, tanto sobre o itinerário aplicado, quanto sobre os atrativos, equipamentos e serviços neles organizados. As três áreas do Polo Costa dos Coqueirais passaram por alterações espaciais que garantem melhoria de acessibilidade, de modo que chegar aos diversos atrativos naturais não é mais problema, devendo a eles agregar infraestrutura de apoio ao turismo e possibilitar a diversificação da oferta atual, cabendo para isso, a avaliação da oferta encontrada nas áreas funcionais e territórios turísticos.

A requalificação dos produtos turísticos não significa o aumento do número de roteiros ofertados, mas a agregação de atividades diferenciadas nos roteiros usuais. O posicionamento dos quatro principais roteiros atendem as três áreas do Polo e, em curtas distâncias, é possível aumentar o número de paradas e ofertar novas experiências aos turistas, um desafio para os agentes de comercialização do turismo receptivo e para as comunidades que sejam capazes de organizar sua própria oferta turística e, fazer da atividade uma estratégia econômica com possíveis rebatimentos espaciais.

CAPÍTULO 4 – PRODETUR E AS TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO NO POLO COSTA DOS COQUEIRAIS

Com a proposta de explicar as transformações espaciais do turismo, este capítulo é reservado a análise dos investimentos públicos e privados, destacando-se os que se referem ao Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR), dado seu impacto na infraestrutura básica e turística, na promoção e diversificação da oferta de equipamentos e serviços, na gestão ambiental, no planejamento e gestão do turismo, e na mudança dos modos de vida das comunidades residentes para receber visitantes e turistas.

A abordagem que segue contempla os antecedentes do programa, o papel do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do Ministério do Turismo (MTur) e do Estado de Sergipe, além de trazer informações sobre diversos investimentos complementares que impactaram nas transformações espaciais do Polo Costa dos Coqueirais.

4.1 ANTECEDENTES DO PRODETUR E SEU CENÁRIO ATUAL NO ESTADO DE SERGIPE

O PRODETUR significa marco histórico na organização espacial para prática do turismo no nordeste do Brasil, sendo inserido na política nacional de turismo e multiplicado na escala das unidades federadas por meio da regionalização de planejamento e fomento à institucionalização, instalação de equipamentos e serviços turísticos para atração de fluxos.

Em abril de 1991, os jornais noticiaram uma reunião de governadores dos Estados nordestinos para tratar do desenvolvimento integrado do turismo regional. O processo caminhou rápido e, em 29 de novembro do mesmo ano, foi criado o PRODETUR Nordeste I, pela *Portaria Conjunta nº 001*, uma iniciativa da SUDENE apoiado pela EMBRATUR. Todavia, esse programa só foi concretizado pela *Portaria Conjunta nº 002*, em 16 de abril de 1993, e assinado pelos ministros da Fazenda, da Indústria, Comércio e Turismo, da Aeronáutica, do Planejamento e da Integração Regional. (RODRIGUES, 1996, p. 156)

O governo brasileiro contratou, em dezembro de 1994, por intermédio do Banco do Nordeste do Brasil (Banco do Nordeste), operação financeira com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) no valor de US\$ 400 milhões destinada a financiar o PRODETUR/NE I. Essa operação previu contrapartida mínima de US\$ 270 milhões, oferecida pela União nos projetos de construção, ampliação e modernização de aeroportos, e pelos estados partícipes do programa para as demais obras de infraestrutura.

Originalmente, o contrato de empréstimo foi celebrado com vigência de 5 anos para desembolso e de 25 anos para amortização. O prazo de desembolso foi ampliado para 10 anos por meio de termo aditivo, portanto, até 2004 se observavam realizações de ações com saldo residual da sua primeira fase.

O programa tinha por objetivo reforçar a capacidade da Região Nordeste em manter e expandir sua crescente indústria turística contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico regional, com isso, pretendia prover de infraestrutura básica e serviços públicos as áreas de expansão turística e onde a capacidade do Estado não acompanhara a demanda por tais serviços; os investimentos deveriam beneficiar principalmente a população de baixa renda das áreas selecionadas. Com a melhoria das condições das áreas turísticas, buscava-se também atrair atividades turísticas privadas adicionais para gerar oportunidades de emprego e aumento dos níveis de renda e das receitas públicas.

Mais tarde, no final da década de 1990, o PRODETUR reformula seus objetivos e sai de uma visão meramente econômica sobre o mercado turístico para utilizar o discurso da superação da pobreza, redução das desigualdades e do crescimento econômico sustentável como continuidade do programa.

O impacto econômico da execução do PRODETUR/NE deu notoriedade ao turismo no nordeste brasileiro a partir da década de 1990, pelo apoio à estruturação do setor nos destinos com potencial turístico, investindo em infraestrutura de acessibilidade, restauração do patrimônio histórico, fortalecimento institucional, entre outros. As capitais nordestinas passaram a integrar regiões turísticas chamadas Polos de Desenvolvimento e em seguida, já com a devida maturidade na gestão de processos de um setor tão dinâmico, puderam criar seus próprios arranjos institucionais.

No Estado de Sergipe, vários equipamentos foram construídos com recursos públicos e tiveram suas concessões de usos negociadas. Mas com o passar dos anos o resultado era o bem ou patrimônio deteriorado ou destruído, a exemplo dos Restaurantes Cacique Chá e O Tropeiro, respectivamente no centro e na orla de Atalaia no município de Aracaju, Hotel Velho Chico, no município de Propriá, Balneário do município de Salgado, além de bens como embarcações do tipo catamarã que operam nos Rios Vaza Barris, Sergipe e São Francisco. Diante disso, o PRODETUR serviu de marco na mudança de postura do Estado para fomentador e articulador de políticas públicas, dirigindo seus recursos a obras de uso público e, superando sua antiga postura de acumular bens e patrimônio à sua estrutura administrativa, como foi o caso de muitos equipamentos turísticos instalados em Sergipe, especialmente na década de 1990.

Com nova visão sobre o papel do Estado na estruturação do turismo, a programação de financiamento do PRODETUR não contemplou equipamentos para uso privado como hotéis e pousadas, bares e restaurantes, entre outros. A estratégia era atrair investimentos privados a partir das melhorias na infraestrutura básica e turística dos espaços de usos públicos.

No intermédio entre a agência multilateral de financiamento e o mutuário foi indispensável o papel do Ministério do Turismo que, depois de 2003, passou a assegurar apoio e garantir repasse dos recursos de contrapartida para as unidades federadas que iniciassem negociação com o BID para tomada de empréstimo, o que se constitui um apoio indispensável à evolução da negociação de empréstimo. Desse modo, dos 100% do valor de uma carta consulta, o financiamento seria de 60% e a contrapartida de 40%, tendo neste último a garantia de repasse pelo MTur ao Estado de 36%, cabendo ao Estado a reserva de apenas 4% para cobertura com recursos do próprio tesouro estadual.

Além de assegurar recursos financeiros que garantissem a contrapartida do financiamento, o MTur estruturou uma equipe denominada Coordenação Geral do PRODETUR para dar apoio técnico na interlocução entre as UFs e o BID e na execução dos convênios no âmbito do programa, bem como analisar a compatibilidade da evolução das políticas estaduais com a política nacional de turismo.

Ao Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB) que assumiu o papel de repassador do recurso, competia coordenar, administrar, acompanhar e avaliar o programa, por intermédio

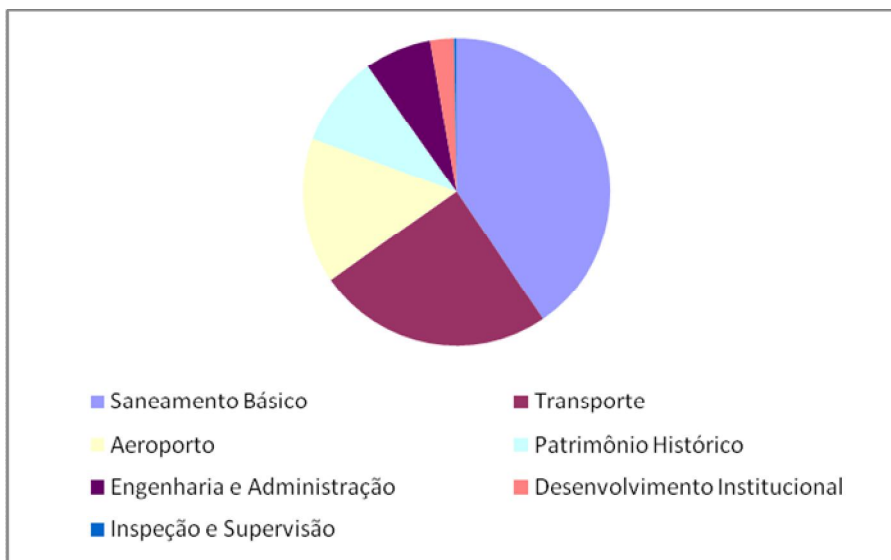
de uma equipe central de gestão (ECG), composta por profissionais com o nível de qualificação acordado com o BID e estruturada da seguinte forma: um coordenador-geral, um especialista financeiro, um especialista em projetos, um especialista em licitações e aquisições além de um especialista sócio-ambiental.

O BNB procurou não se manter no mero papel de repassador do recurso financeiro, assumindo a responsabilidade de coordenar, administrar, acompanhar e avaliar o programa, articulando-se diretamente com a pasta competente no governo estadual e com a Unidade Executora Estadual (UEE), no caso de Sergipe, criada pela lei 4.912 de 22 de agosto de 2003, como exigência do programa e com capacidade técnica e organizacional adequada, de forma a garantir a normal implementação dos contratos de sub-empréstimo. Contudo, em 2006, quando houve a transformação do PRODETUR em programa nacional, o Banco do Nordeste deixou de ser repassador dos recursos e assim, também deixou de ser responsável pelo conselho regional de turismo.

O Polo Costa dos Coqueirais foi definido pelo Governo de Sergipe como área prioritária para o beneficiamento do programa e como uma das exigências do BID, essa região de planejamento turístico deveria elaborar sua ferramenta de planejamento que nortearia os investimentos realizados. Assim, em 2011, foi concluído o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS), monitorado pelo Conselho regional de turismo, caracterizando outra orientação do BID como forma de garantir democracia no processo de tomada de decisão sobre o investimento público.

A primeira fase do PRODETUR Nordeste rendeu para Sergipe o montante de aplicações de U\$ 67 milhões, divididos entre saneamento, com aplicação de 31,86%, transportes, com 19,55%, ampliação do aeroporto, com 19,08%, patrimônio histórico, com 7,51%, engenharia e administração, com 5,54%, e desenvolvimento institucional, com 1,98%, além das despesas com inspeção e supervisão, com 0,21% (Figura 39).

FIGURA 39: INVESTIMENTOS DO PRODETUR NE I



Fonte: Elaborado pela UCP do PRODETUR, 2011.

Com a missão de assegurar a efetiva e regular gestão dos recursos públicos em benefício da sociedade, o Tribunal de Contas da União (TCU) realizou auditoria nos Estados contratantes do financiamento do PRODETUR/NE I, gerando o relatório de avaliação do programa onde identificou oportunidades de melhoria de desempenho na operacionalização do programa, especialmente quanto à estrutura para avaliação do impacto socioeconômico e ambiental do programa. A auditoria do TCU avaliou 4 questões básicas: 1. Se os investimentos do PRODETUR/NE I contribuíram para a melhoria dos indicadores socioeconômicos da região; 2. Se contempla ações com vistas a mitigar os impactos ambientais observados na primeira fase do programa; 3. Se a estrutura organizacional, nos três níveis de governo e a atuação dos conselhos de turismo são adequadas para a implementação do programa; 4. Se os custos financeiros a que estão sujeitos os submutuários são adequados.

A análise do TCU (2004) trouxe quatro conclusões: 1. Os indicadores socioeconômicos da região Nordeste evoluíram, mas não foi possível mensurar a contribuição da participação do programa devido a falta de um sistema de avaliação de desempenho do PRODETUR; 2. De modo geral as intervenções do PRODETUR geraram passivos ambientais, mas as ações mitigadoras não foram suficientemente compensatórias, apesar de valorizar o componente de gestão ambiental nas próximas fases do programa, tornando

condicionantes ao empréstimo ações como avaliação ambiental estratégica e zoneamento econômico ecológico; 3. A estrutura organizacional foi capaz de reproduzir a política de turismo até a escala da unidade federada, mas dificilmente conseguirá atingir a escala local ou municipal, e a gestão compartilhada ainda sofre com a pseudo-participação; 4. Os custos financeiros a que são submetidos os submutuários estão compatíveis com sua capacidade de endividamento.

Na análise das questões de auditoria, o TCU utilizou como estratégias metodológicas análise de banco de dados, pesquisa documental, entrevistas estruturadas, pesquisa postal com conselheiros de turismo e visitas exploratórias. Entre os levantamentos estão indicadores como geração de empregos e investimentos privado na região Nordeste (Tabela 6).

TABELA 6 – RESULTADOS ALCANÇADOS PELO PRODETUR/NE I

Indicador	Meta para 2003 US\$	Resultados alcançados (Set. 2002)	Alcance da meta (%)
Geração de empregos diretos e indiretos	3,87 milhões	3,9 milhões	100%
Investimento privado acumulado em turismo no Nordeste	10,9 bilhões	6,6 bilhões	61%

Fonte: Sigplan. Disponível em TCU, 2004.

A falta de um sistema de monitoramento e avaliação do programa não permitiu o alcance do impacto e do seu desempenho em relação ao desenvolvimento local. Os indicadores criados limitaram-se aos aspectos de construção de metas físicas, sobre as intervenções realizadas, de modo que é possível analisar o aumento do fluxo de turistas, da sua permanência, dos investimentos públicos e privados, mas não é possível chegar ao indicador da relação desses aumentos com os investimentos do PRODETUR, sendo, nesse caso, indicada pelos especialistas, a matriz de insumo-produto, para mensurar os impactos do

programa no emprego, na renda e nos investimentos turísticos, dependente da criação da conta satélite do turismo.

Para construção da matriz insumo-produto (MIP) far-se-ia necessária a realização de pesquisas diretas e levantamentos de informações, então não disponíveis, de modo que o modelo teórico da matriz pudesse ser considerado completo. Somente a partir da identificação de uma matriz insumo-produto para o Nordeste, desagregada por estado, é que seria possível identificar os efeitos diretos e indiretos dos investimentos do Prodetur/NE I e dos gastos turísticos na economia local (inclusive por pólo turístico). Um estudo nesses moldes – com a elaboração de um sistema estatístico de informações turísticas, de caráter regular e perene, comparável no tempo, no espaço e entre setores, fidedigno e consistente com as contas nacionais – teria condições de demonstrar o verdadeiro impacto do Prodetur/NE I na composição do Produto Interno Bruto do Nordeste, na arrecadação de impostos, na geração de empregos, na FBK, entre outros. Qualquer outra iniciativa seria, na verdade, um exercício de aproximação. (TCU, 2004)

Em 1999, a EMBRATUR e OMT realizaram estudo financiado pelo PNUD, gerando conta nacional do turismo com agregados macroeconômicos. Esse estudo identificou as seguintes relações: o turismo contribui com 2,6% da produção nacional e com 4,4% do consumo das famílias brasileiras. Representa 2,5% da renda nacional, 4,3% dos gastos públicos, 2,7% dos tributos e de 2,2% da formação bruta de capital. Embora o estudo tenha sido importante para o país, não cabia ser transposto para o Nordeste e com o tempo não avançou na coleta das informações e cruzamento dos dados. (TCU, 2004)

Desse modo, fica evidente a demanda de construção da matriz insumo-produto, associado a criação do sistema nacional de informações turísticas ou conta satélite do turismo, com suas bases em cada unidade federada para devida coleta e atualização dos dados, bem como do cruzamento desses dados com agregados macroeconômicos.

Não obstante o volume de recursos aplicados, a primeira fase do programa teve significativa influência na institucionalização do turismo Sergipe, com importante papel no controle social e monitoramento do programa por meio do Conselho de Turismo do Polo Costa dos Coqueirais, instituído em 2000, pelo BNB e, gerou importantes resultados na mobilização dos representantes de classes para discutir os investimentos do programa.

A concentração das discussões do Conselho de Turismo pautadas no PRODETUR vinculou e viciou a existência desse arranjo institucional às exigências de uma agência multilateral, determinando sua existência pela presença do BID, sendo impactado diretamente quando o Estado não contraiu empréstimo na segunda fase do programa, causando desmotivação e desativação do Conselho de Turismo do Polo Costa dos Coqueirais que foi incapaz de rever seu papel de governança para desenvolvimento do setor e de redefinir esquema de coordenação e mobilização. Com total abandono, em 2006, parou de funcionar.

Apesar de constituído por meio de eleições diretas entre cada um dos setores integrantes, o Conselho de turismo assumiu o entendimento de uma governança criada para o PRODETUR e não um conselho de desenvolvimento regional do turismo como previa seu regulamento operacional.

Em âmbito estadual foi estruturado o Fórum Estadual de Turismo (FORTUR), criado em 2003 e reestruturado em 2009, com apoio do MTur e Instituto de Assessoria e Desenvolvimento Humano (IADH), quando passou a reservar assento para um representante do Polo Costa dos Coqueirais, integrado ao seu papel de órgão regulador, a governança do turismo passou a ser desempenhada com todos os critérios de descentralização da política estadual de turismo.

A segunda fase do PRODETUR foi estruturada com foco na sustentabilidade dos investimentos realizados na primeira fase do programa, de forma a priorizar ações complementares aos projetos já financiados, com base em três componentes fundamentais: 1. fortalecimento da capacidade municipal para gestão do turismo, 2. Planejamento estratégico, treinamento e infraestrutura para o crescimento turístico, 3. Promoção de investimento do setor privado.

O Estado de Sergipe não chegou a contratar o financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) na segunda fase do programa, tendo firmado convênios com o Ministério do Turismo para execução de algumas ações como elaboração de planos diretores municipais, elaboração da base cartográfica e atualização do PDITS.

Nessa fase, o Escritório de Estudos Técnicos do Nordeste (ETENE), vinculado ao BNB, desenvolveu um plano para acompanhamento e avaliação do Prodetur/NE II, por meio da adaptação da matriz insumo–produto nacional para o Nordeste, mas, em decorrência da inexistência das contas satélites de turismo, o plano não teve sucesso. Assim, sua avaliação foi realizada a partir de matrizes de produtos e impactos, sendo construídos indicadores de desempenho.

Atualmente, o PRODETUR executa sua terceira fase, na qual destaca-se a mudança no alcance territorial do programa, deixando de atender a região nordeste para atender todo país, desde 2008. Esta fase mobilizou para Sergipe investimentos da ordem de US\$ 100 milhões, dos quais US\$ 40 milhões são relativos à contrapartida do mutuário e, os outros US\$ 60 milhões são oriundos do financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), planejado para meados de 2012. Do programa, fazem parte investimentos na construção e recuperação de orlas e equipamentos turísticos, patrimônio histórico, qualificação da mão-de-obra, marketing e apoio à comercialização, infraestrutura de apoio ao turismo, fortalecimento institucional e gestão ambiental.

Estes investimentos estão distribuídos na área de planejamento turístico dos Polos Costa dos Coqueirais e Velho Chico, reunindo 30 municípios sergipanos (Figura 40).

FIGURA 40: SERGIPE: ESPACIALIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS DO PRODETUR NACIONAL



No período de 2008 a 2010, foram firmados dezesseis convênios entre a SETUR, EMSETUR e o MTur, por meio da Secretaria Nacional de Programas de Turismo, constituindo a antecipação de contrapartida³ do Estado em relação ao empréstimo. Estes convênios estão classificados em cinco componentes e totalizam o montante de aproximadamente R\$ 20,2 milhões, sendo que R\$ 18,4 milhões são oriundos do governo federal e R\$ 1,8 milhões são do governo do Estado (Quadro 6).

³ O valor total da linha de crédito do Programa é de US\$ 100 milhões, dos quais 60% correspondem ao financiamento externo e 40% refere-se à contrapartida estadual.

QUADRO 6: SERGIPE - CONVÊNIOS ENTRE SETUR E MTUR NO ÂMBITO DO PRODETUR - 2011

Componente	Objeto
Infraestrutura e serviços básicos	Implantação de rodovia interligando a sede de Santa Luzia do Itanhy ao povoado Crasto
	Implantação de rodovia interligando o povoado Convento ao povoado Pontal em Indiaroba
Estratégia do produto turístico	Sinalização turística da rota Aracaju-Xingó
	Sinalização indicativa e turística dos Polos Costa dos Coqueirais e Velho Chico
	Sinalização turística promocional do polo costa dos Coqueirais e Orla de Atalaia em Aracaju
	Reforma do restaurante Cacique Chá
	Revitalização do centro de Turismo de Aracaju
	Elaboração de pesquisa diagnóstica de preparação para o programa de qualificação profissional e empresarial nos polos costa dos coqueirais e velho Chico
Estratégia de comercialização	Elaboração e execução do plano de marketing do turismo 2008 – 2011
Gestão ambiental	Elaboração da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE)
Fortalecimento Institucional	Elaboração do PDITS do Polo Velho Chico
	Revisão e atualização do PDITS do Polo Costa dos Coqueirais
	Elaboração do projeto de fortalecimento dos órgãos gestores de turismo
	Fortalecimento institucional da EMSETUR
	Fortalecimento institucional da UCP
	Fortalecimento institucional da CPTur

Fonte: Unidade de Coordenação de Projetos (UCP), 2010

A relação dos convênios demonstra a importância do Polo Costa dos Coqueirais para o Estado de Sergipe sendo beneficiado com 85% deles. Durante a execução destes convênios, o Estado pôde avaliar sua capacidade executiva no tocante a administração e comprovação de uso dos recursos públicos e a capacidade técnica dos seus servidores para avaliação dos produtos e serviços entregues pelas empresas vencedoras das concorrências públicas, a fim de garantir a desejada prestação de contas no MTur.

De modo geral, a avaliação é positiva com 100% dos convênios relacionados executados, alguns com contas reconhecidas e aprovadas pelo MTur mas, foi possível identificar que outros quatro convênios firmados (cerca de R\$ 4 milhões) não chegaram a ser

executados e tiveram seus recursos devolvidos, de acordo com a SETUR, por necessidade de revisão de planilha orçamentária ou dos projetos básicos.

O Ministério do Turismo trata o PRODETUR como política nacional de turismo, configurando-se numa frente de trabalho específica para captação de recursos financeiros da União, sem que para isso reserve articulação formal com o BID ou qualquer outro agente financeiro para viabilizar operações de crédito aos Estados, ou seja, a responsabilidade pela tomada de empréstimos é outra frente de trabalho dos Estados que demonstrem interesse, devendo atender exigências específicas do agente financiador.

Essa postura do MTur em relação ao PRODETUR passou a ter notoriedade, em 2012, quando o Ministério do Turismo resolveu, por meio da portaria 112, de 09 de março de 2012 – Art. 34, que ações por ele apoiadas não poderiam ser objeto de financiamento com recursos de crédito externo ou de contrapartida à referida operação de crédito. A portaria trata das transferências voluntárias dos recursos destinados no Orçamento Geral da União, referentes à Ação Orçamentária 10X0 - Participação da União na Implantação do PRODETUR Nacional, realizadas para os Estados, o Distrito Federal, as capitais estaduais e os Municípios com mais de um milhão de habitantes, desde que possuam carta-consulta aprovada para financiamento e Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS).

Entre as ações passíveis de apoio pelo Ministério do Turismo estão atualização dos PDITS e as ações neles previstas e priorizadas, elaboração de planos e projetos exigidos pelas entidades financiadoras para contratação das operações de crédito, tais como plano diretor, fortalecimento institucional, infraestrutura e serviços básicos, gestão ambiental, estratégia de comercialização, estratégia de produto turístico e as demais solicitadas pelo agente financiador.

O desafio do Estado de Sergipe para se adequar a nova condição imposta pelo MTur passou a ser a comprovação de contrapartida com recursos próprios, para tanto, alterou sua matriz de investimentos retirando todas as ações fruto de convênios com o MTur. Sob esse formato, o Ministério do Turismo passa a ser um apoiador do PRODETUR dirigindo seus recursos aos investimentos em estudos, pesquisas e documentos condicionantes para viabilidade do empréstimo e infraestrutura complementar de apoio ao turismo.

Após os ajustes relacionados à nova condição do MTur e às críticas do BID o Estado de Sergipe apresentou sua versão da matriz de investimentos para o PRODETUR Nacional, composta por ações distribuídas em seis componentes (Quadro 7).

QUADRO 7: SERGIPE, MATRIZ DE INVESTIMENTOS DO PRODETUR, 2012

1	Componente 1 - Estratégia do Produto Turístico
1.1	Complementação da sinalização turística da Cidade de Aracaju - 4ª etapa
1.2	Execução do Plano de Capacitação Profissional para o Turismo e programas de capacitação empresarial
1.3	Elaboração de projeto e execução da sinalização viária indicativa e turística Polos Costa dos Coqueirais e Velho Chico
1.4	Revitalização do Centro de Turismo de Aracaju/SE
1.5	Elaboração e execução de projeto da Vila Cenográfica na Orla de Atalaia de Aracaju/SE
1.6	Estudo de identificação de roteiros potenciais
1.7	Criação e implantação do Centro de Referência e Museu do Cangaço (Poço Redondo)
1.8	Construção da Marina pública do Mosqueiro
1.9	Ordenamento urbanístico das praias do litoral sul de Aracaju
2	Componente 2 - Estratégia de Comercialização
2.1	Atualização, execução e monitoramento do Plano de Marketing
3	Componente 3 - Fortalecimento Institucional
3.1	Implantação do sistema de informações turísticas (inventariação turística, pesquisas de demanda, oferta, dados socioeconômicos do turismo)
3.2	Elaboração de diagnósticos da gestão municipal do turismo
3.3	Implementação do fortalecimento de gestão municipal do turismo
3.4	Implementação do fortalecimento institucional dos órgãos estaduais gestores de turismo
3.5	Elaboração do Plano de Gestão dos Destinos Turísticos (Xingó, Litoral Norte, Aracaju, cidades históricas e Litoral Sul)
3.6	Sistema de Monitoramento do Programa
4	Componente 4 - Infraestrutura e Serviços Básicos
4.1	Implantação de sistema de esgotamento sanitário: Crasto (Sta. Luzia do Itanhhy), Pontal (Indiaroba), Prainha (Canindé de São Francisco)
4.2	Desmorte do morro da piçarra para viabilizar ampliação da pista de pouso e decolagem (PPD) cabeceira 29
4.3	Construção de Orlas e atracadouros: Prainha (Canindé de São Francisco), Povoado Crasto (Santa Luzia do Itanhhy)
4.4	Construção de Orlas e atracadouros: Pontal (Indiaroba), Povoado Saúde (Santana do São Francisco)
4.5	Construção de atracadouros em: Curralinho e Bom Sucesso (Poço Redondo); Brejo Grande e São Cristóvão

4.6	Complementação da rodovia Se-100 Norte (trecho 2, estrada parque)
5	Componente 5 - Gestão Ambiental
5.1	Elaboração de estudos de capacidade de carga de destinos turísticos
5.2	Elaboração e execução do Programa Integrado de Educação Ambiental
5.3	Elaboração e execução de planos de manejo e usos públicos de unidades de conservação ambiental
5.4	Elaboração do Plano Regional de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos
5.5	Elaboração e execução de planos de proteção e recuperação de áreas ambientais frágeis ou degradadas e elaboração de estudos ambientais
5.6	Zoneamento Econômico e Ambiental
6	Auditoria, encargos contratuais, gerenciamento, supervisão e reserva de contingência
6.1	Auditoria externa
6.2	Gerenciamento do Programa
6.3	Supervisão de obras
6.4	Operacionalização da UCP, sistema de informações gerenciais, manutenção e avaliação
6.5	Avaliações intermediárias e final do programa
6.6	Publicações de aquisições

Fonte: UCP do PRODETUR em Sergipe, 2012.

A distribuição dos investimentos elencados na matriz do PRODETUR indicam o Polo Costa dos Coqueirais como área prioritária beneficiada com intervenções nas suas três áreas, litoral norte, centro e litoral, com relevante concentração na área central, no município de Aracaju. O Polo Velho Chico foi contemplado apenas na área do sertão, com investimentos nos municípios de Canindé de São Francisco e Poço Redondo.

A área do litoral norte foi contemplada apenas com o atracadouro de Brejo Grande e a complementação da rodovia SE-100 norte, ligando Pirambu a Brejo Grande, um fato preocupante em decorrência da vulnerabilidade e fragilidade ambiental da área. Como a estratégia de desenvolvimento do governo estadual é criar um corredor litorâneo entre os Estados de Pernambuco e Bahia, esse trecho de estrada, no litoral, receberá o fluxo de veículos de passeio e, provavelmente, veículos mais pesados, com controle limitado de carga.

Para os gestores públicos e empresários do turismo, a complementação da rodovia SE-100 Norte é bem vinda, desde que mantido o controle da sua capacidade de carga. Para o turismo, esse investimento representa atração de investimentos privados como hotéis, pousadas, restaurante e equipamentos de lazer, visto que a própria estrada parque seria um

equipamento turístico agregado as paisagens naturais e diversificado ecossistema da área. Em decorrência dessa expectativa, os terrenos da área já foram valorizados, sendo alguns deles, adquiridos por empresários do setor imobiliário.

Para os ambientalistas e representantes do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, essa obra pode representar a destruição dos recursos naturais da área, visto que os acesso a ambientes costeiros desprotegidos, como Pontas dos Mangues e Mirante do Roncador, ficarão expostos a um novo fluxo de veículos e pessoas e investimentos turísticos de finalidade indefinida podendo atrair turismo de massa com alto poder destrutivo.

Diante do impasse da construção da rodovia SE-100 norte é possível apontar três alternativas: 1. construção de trecho da rodovia SE-204 paralelo a estrada parque, para dividir o excedente de veículos de grande porte; 2. Elaboração de plano de gestão do destino turístico apontando a estratégia de desenvolvimento do setor voltada para o ecoturismo; 3. A institucionalização da unidade de conservação da Reserva Biológica de Santa Isabel com devido controle de uso da área.

No caso da área central, é notória a concentração dos investimentos na capital Aracaju com participação na ampliação do aeroporto, ordenamento urbanístico das praias do litoral sul, reforma de equipamentos do centro histórico, equipamentos na Orla de Atalaia e marina pública no Mosqueio. Estes equipamentos são complementares a outros que foram entregues nos últimos dois anos, como a Orla Pôr do Sol, Ponte Jornalista Joel Silveira, Palácio Museu Olímpio Campos, Museu da Gente Sergipana, entre outros que ampliam a capacidade de atração e permanência do turista e são referência e indução do desenvolvimento para todo Polo.

Ainda na área central, notam-se investimentos em Laranjeiras e São Cristóvão, mesmo de modo incipiente e pouco capaz de transformar a realidade do turismo nestas cidades, especialmente São Cristóvão que, apesar das intervenções de recuperação do patrimônio histórico realizadas pelo IPHAN, ainda não foi capaz de captar recursos para tantos atrativos que permanecem abandonados como o Mirante do Cristo, a Bica dos Pintos e a antiga estação ferroviária.

No litoral sul, a concentração do investimento está voltada para o espaço de maior incidência de exploração do mercado turístico, no trecho do Rio Piauí que dá acesso e interliga os municípios de Estância, Indiaroba e Santa Luzia Luzia do Itanhy, com ações como construção e reforma de orlas e atracadouros.

Sob a ótica da finalidade de uso do espaço transformado é visível o beneficiamento de empresas operadoras de turismo que usam estes atracadouros para ofertar acesso a Paia de Mangue Seco, em Jandaíra, na Bahia e, realizar passeios pelo Rio Piauí. Entretanto, para a região do Polo Costa dos Coqueirais, fica o desafio de otimizar a atração do fluxo turístico para viabilizar roteiros turísticos com a possibilidade de paradas nas fazendas com antigos engenhos e cachaçaria presentes no litoral sul, agregando ao desenvolvimento do turismo de base comunitária a experiência com atividades produtivas locais como a pesca, agricultura e artesanato.

Além do PRODETUR, os demais programas do MTur contemplam informações e estudos turísticos, planejamento e gestão, logística de transportes, regionalização do turismo, fomento à iniciativa privada, qualificação dos equipamentos e serviços turísticos, promoção e apoio a comercialização, mas apresentam raro investimento direto ou repasse de recurso à unidade federada.

Observa-se que essas áreas do Ministério do Turismo investem em contratos genéricos de serviços que atendam todo país, assim, nem sempre garantem exequibilidade pela natural diversidade brasileira e, de modo geral, pouco colabora com as políticas de desenvolvimento local. Esta é uma realidade que pode ser ilustrada com os estudos e serviços de competitividade de destinos turísticos, qualificação para INVTUR, Caravana de operadores turísticos nacionais e jornalistas, missões internacionais de segmentação turística, banco de imagens do turismo, realização do feira nacional do Salão do Turismo, apoio à produção associada ao turismo, apoio a gestão descentralizadas, entre outros.

O PRODETUR é o principal programa da política nacional de turismo para as Secretarias Estaduais de Turismo, no caso de Sergipe, no âmbito da SETUR, pois, 90% dos convênios identificados foram firmados pelo programa.

A importância do PRODETUR na unidade federada é refletida tanto pelo aporte de recursos financeiros quanto pelo critério de distribuição dos investimentos em ações de fortalecimento do produto turístico, da infraestrutura, da promoção e apoio à comercialização e da gestão ambiental.

4.2 A LÓGICA DA AGÊNCIA MULTILATERAL E A PREPARAÇÃO DE SERGIPE

Os programas e projetos executados em parceria com os organismos multilaterais como o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) trouxeram, conforme salientou Stephanu (2005), o discurso de promoção da equidade social, da modernização do Estado, da integração regional e do desenvolvimento local, tendo por objetivos a redução da pobreza e o desenvolvimento sustentável. (SANTOS e PINTO, 2010)

No Brasil, foi criada a Comissão de Financiamento Externo (COFIEX) tendo por finalidade identificar projetos e programas passíveis de financiamento externo, quer seja por organismos internacionais multilaterais, quer seja por agências governamentais estrangeiras de crédito, conforme disposto no Decreto Federal nº 688, de 26 de novembro de 1992. A deliberação favorável da COFIEX significa a atribuição de prioridade pelo Governo brasileiro a um projeto que poderá ter sua preparação iniciada com o apoio de um agente financiador externo. A comissão utiliza como instrumento básico a carta-consulta para análise e identificação de projetos e programas passíveis de financiamento externo por organismos internacionais multilaterais. Para o agente financiador, a recomendação da COFIEX autoriza o início do ciclo de preparação do projeto.

A Secretaria de Assuntos Internacionais (SEAIN) vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) coordena, em todas as suas fases, o processo de negociação para a contratação de financiamentos externos pelos órgãos ou entidades do setor público junto aos organismos multilaterais. A Lei nº 4.131, de 3 de setembro de 1962, determina que os ingressos e retornos dos capitais estrangeiros, assim como seus rendimentos, sejam registrados no Banco Central do Brasil,

Na América Latina, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) é visto como a maior fonte de financiamento. No Brasil teve papel fundamental na orientação da política

regional de turismo da região Nordeste sobretudo da década de 1990, visto que sua ação como agente financeiro do PRODETUR foi iniciada quando a institucionalização do turismo brasileiro ainda era vinculada a EMBRATUR.

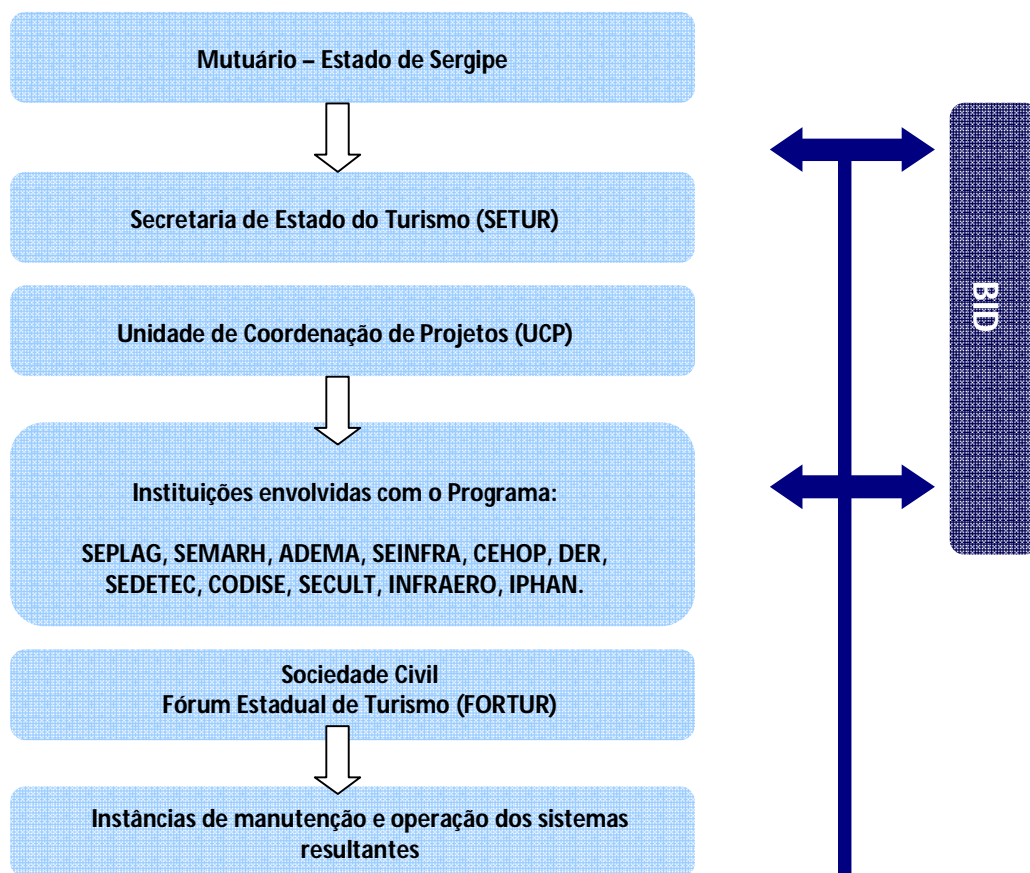
O BID empresta recurso financeiro a governos nacionais, províncias, estaduais e municipais, bem como a instituições públicas autônomas, sob a lógica de uma agência multilateral⁴, desde que atendidas as exigências e critérios pré-definidos. Organizações da sociedade civil e empresas do setor privado também são elegíveis para financiamentos do banco.

As condições de financiamento em divisas (Capital Ordinário) do BID são as seguintes: a) *Carência* – até 6 meses após o último desembolso dos recursos do financiamento; b) *Amortização* – de 15 a 20 anos em parcelas iguais semestrais; c) *Juros* – taxa revista semestralmente com base no custo de captação do Banco; d) *Comissão de Crédito* – 0,75% a.a. sobre o saldo não desembolsado; e) *Comissão de Inspeção e Vigilância* – 1% do valor do financiamento. Ressalve-se, no entanto, que a política do BID permite que os custos relativos aos juros a serem pagos durante a execução do projeto e a comissão de crédito sejam cobertos com contrapartida nacional. (STN, 2011)

No caso do PRODETUR, o mutuário do empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) é o Estado do Sergipe, o garantidor da operação de crédito internacional é a República Federativa do Brasil, o executor do Programa, perante o BID, é a Secretaria do Turismo (SETUR) por meio da Unidade Executora de Projetos (UCP). Em nível operacional, a SETUR tem a responsabilidade de planejamento, gestão administrativa e fiduciária, acompanhamento técnico e avaliação do Programa. Portanto, a SETUR serve como organismo de ligação entre o governo do Estado de Sergipe, o BID e outras organizações públicas e privadas participantes da execução do Programa (Figura 41).

⁴ As agências multilaterais são organismos com representantes de vários países que financiam projetos de desenvolvimento ou fornecem ajuda a nações em dificuldade financeira. Os exemplos mais famosos são o Fundo Monetário Nacional (FMI), o Banco Mundial (Bird) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

FIGURA 41: ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL DO PRODETUR

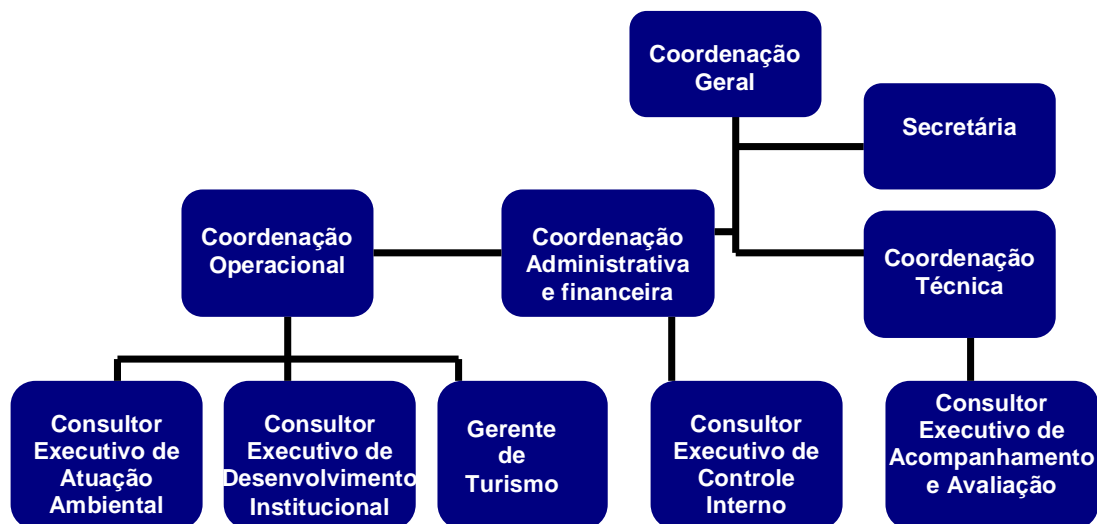


Fonte: UCP do PRODETUR Sergipe, 2011

O diagrama mostra a relação do BID com o Estado, seus órgãos executores e com a governança do turismo, ficando notório que o Ministério do Turismo atua como agente externo de apoio institucional, sem influência na garantia de contrapartida como fora no passado.

O Estado de Sergipe transformou a antiga UEE, criada em 2003, em Unidade de Coordenação de Projetos (UCP) do PRODETUR através da Lei 7.368, de 29 de dezembro de 2011, com a finalidade de implantar ações resultantes da celebração, aplicação e execução de convênios, contratos e outros acordos com instituições ou entidades públicas ou privadas nacionais e internacionais, com constituição multidisciplinar (Figura 42).

FIGURA 42: ORGANOGRAMA DA UCP/SE



Fonte: UCP do PRODETUR Sergipe, 2011

As funções da UCP demonstram lógica de compatibilidade com a estrutura de componentes do PRODETUR, portanto, devem ser ocupadas por profissionais de áreas afins como turismo, direito, engenharia civil, arquitetura, economia, contabilidade e engenharia ambiental, assim como foi encontrado na UCP Sergipe.

O BID exige a construção de um sistema de monitoramento e avaliação baseado em indicadores de impacto sócio-ambientais estratégicos como geração de produtos, empregos, renda, incremento de turista, orientando-se pelo marco de resultados apresentado no início do programa, com metas gerais e metas por componente. Este monitoramento deve ser realizado por meio da SETUR e UCP, também responsáveis pela coleta anual das informações estatísticas e de outros dados para a medição destes indicadores, utilizando as bases de dados estaduais, mediante verificações.

O exercício de adequação às exigências do BID vai de encontro às dificuldades de gestão do Estado como: manutenção de equipe técnica por tempo suficiente para acumular experiência com o programa; nivelamento entre os profissionais dos órgãos gestores de turismo sobre as estratégias do programa; instalações físicas; capacitação e qualificação de profissionais; envolvimento de pessoal efetivo do Estado; rotatividade e variação dos perfis de profissionais comissionados.

A preparação de Sergipe para contrair empréstimo com o BID inclui a produção de uma série de documentos capazes de demonstrar a forma de coordenação, a estratégia de desenvolvimento turístico adotada para o programa, os planos de desenvolvimentos das regiões beneficias, estudos de viabilidade sócio-econômica, capacidade institucional, monitoramento e avaliação (Quadro 8).

QUADRO 8: DOCUMENTOS REQUERIDOS PELO BID

CAPACIDADES AVALIADAS	DOCUMENTOS
Coordenação e conceituação	<ul style="list-style-type: none"> • Estratégia turística do Estado • Pelo menos um PDITS elaborado de acordo com as diretrizes do ROP • Convênios interinstitucionais
Gestão de projetos	<ul style="list-style-type: none"> • Estudos de viabilidade e projetos executivos de uma amostra representativa de obras prioritárias no PDITS, elaborados segundo ROP • Fichas de projetos da Matriz de Investimento • Plano Operacional e Plano de Aquisições – primeiros 18 meses
Aspectos Fiduciários	<ul style="list-style-type: none"> • Análise de risco (SECI) • Análise financeira do Mutuário • Arranjo institucional e mecanismos de execução
Monitoramento e avaliação	<ul style="list-style-type: none"> • Marco de Resultados do Projeto; • Sistemática de Monitoramento e Avaliação e Quadro de Indicadores

Fonte: BID, 2010

Estes documentos serão apresentados aos “boardings” do Banco e servirão para a avaliação do proponente quanto a sua capacidade de concepção, planejamento, desenvolvimento e gestão de projetos, bem como para apoio a uma execução mais eficiente das propostas de financiamento. condicionantes à assinatura do contrato de financiamento externo no valor de U\$ 60 milhões definido pela Carta Consulta⁵, aprovado pela Comissão de Financiamento Externo (COFIEX) da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), em 2008.

A avaliação sobre as exigências técnicas do BID para viabilidade do empréstimo é instigadora, uma vez que para atender condicionantes do financiamento é necessário

⁵ Documento apresentado à COFIEX por cada Mutuário manifestando seu interesse para a obtenção de recursos externos, para financiamento de projetos no âmbito do Programa, descrevendo os custos e as ações financiáveis, elaborado segundo o modelo constante do Manual de Financiamento Externo da SEAIN.

comprometer cerca de 20% do valor total que será destinado a produção de estudos, avaliações, monitoramento, auditoria e gerenciamento.

Para assinatura do contrato de financiamento o proponente deve realizar com o Banco três missões chamadas de 1. identificação, 2. orientação e 3. análise, nas quais serão apresentados e discutidos os documentos que comprovam a sua capacidade de endividamento e execução do programa.

Em Sergipe, a missão de identificação foi realizada em janeiro de 2010, ocasião em que o BID realizou visitas técnicas com foco nas áreas priorizadas, quando consultores do Banco identificaram a falta de pesquisas de demanda e oferta que atingissem o interior do Estado, a necessidade de atualização dos planos regionais, além da construção de planos de gestão de destinos turísticos.

FIGURA 43: SERGIPE, REUNIÃO DA MISSÃO DE IDENTIFICAÇÃO DO BID



Fonte: UCP do PRODETUR Sergipe, 2010.

Em 2010, todos os documentos jurídicos foram enviados para análise da Equipe do Banco, além da parte técnica como o relatório de avaliação fiscal do estado, a matriz de investimentos e os Planos de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) dos Polos. Além disso, foi licitada a elaboração da avaliação ambiental estratégica dos Polos. Os demais documentos⁶, condicionantes ao contrato de empréstimo, ficaram sob a

⁶ Marco de Resultados, Plano Operativo, Plano de Aquisições, Fichas de Projetos e Avaliação Econômica do Programa.

responsabilidade da Unidade de Coordenação de Projetos (UCP) do Estado, na expectativa de contratação de consultoria para apoio técnico na elaboração e ou revisão desses documentos.

A demanda de elaboração do documento de gestão regional foi atendida estrategicamente, em 2011, com a conclusão do Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) do Polo Velho Chico e contratação da atualização do PDITS do Polo Costa dos Coqueirais, com versão original de 2001, atualizada em 2005.

Em 2011, a equipe estadual da UCP concluiu a elaboração dos documentos técnicos de forma preliminar e enviou para análise do BID que passou a manter contato por meio de videoconferência e áudio-conferência como forma de nivelar as produções técnicas demandadas. Também foi estruturado um grupo de trabalho com os principais parceiros da gestão estadual, órgãos executores como a SEINFRA, CEHOP, SEMARH, SECULT, SEPLAN, SUBPAC, UFS, IFS, UNIT, FASE, além de atuar no Fórum Estadual de Turismo (FORTUR), contribuindo com suas comissões de trabalho.

A segunda missão, chamada de orientação, só foi possível realizar em fevereiro de 2012, sendo a missão de análise agendada para julho do mesmo ano. Esse atraso foi motivado, entre outros fatores, pelas mudanças institucionais sofridas pelo turismo no âmbito do governo do Estado com extinção da SETUR, vínculo do turismo na SEDETEC e recriação da SETUR.

FIGURA 44: SERGIPE, REUNIÃO DA MISSÃO DE ORIENTAÇÃO DO BID, 2012



Fonte: Agência Sergipe de Notícias, 2012.

Na missão de orientação, três conclusões analíticas do BID chamam atenção: 1. Incapacidade dos dados levantados em justificar a estratégia de desenvolvimento turístico apontada, com necessidade de revisão do alcance e metodologia das pesquisas de turismo, atualmente, concentradas numa amostragem de Aracaju com levantamento do perfil da demanda dos turistas e ocupação hoteleira. Para o Banco, falta atender o interior, outros municípios de influência na distribuição do fluxo, identificar o percentual de turistas dos polos emissores e projetar crescimento do fluxo nos principais destinos do Polo; 2. A falta de planos de gestão municipal de turismo e limitada estrutura das prefeituras; 3. A pulverização dos investimentos, sendo considerado pelo Banco que a concentração de intervenções pode mudar a realidade de um destino, enquanto o recebimento de intervenção isolada pouco contribui para essa mudança, a menos que se justifique com investimentos complementares com garantia de captação de recurso financeiro.

Como resultado desta missão, o Estado de Sergipe comprometeu-se em fazer revisão na estratégia de desenvolvimento do turismo, concentrando suas intervenções em pontos específicos das três áreas do Polo, e contratou estudo de mercado para justificar sua estratégia de desenvolvimento, incluiu a elaboração de planos e fortalecimento da gestão municipal de turismo, além de assumir compromisso de concluir os PDITS e fazer avaliação ambiental estratégica em três meses, para, então, receber a missão de análise e dar continuidade as tratativas de assinatura do contrato de empréstimo que tem como prazo o reconhecimento da carta da COFIEX, até o dia 14 de dezembro de 2012.

4.3 TRANSFORMAÇÕES ESPACIAIS DO PRODETUR E INVESTIMENTOS COMPLEMENTARES

O PRODETUR é o programa mais lembrado como política pública de influência na transformação espacial pelo turismo, mas não se pode esquecer que a grandiosa cadeia de produção dessa atividade atinge variados segmentos do poder público e setor privado. Portanto, cabe aos pesquisadores o desafio de atingir uma amostra comparativa capaz de apontar as principais fontes de investimentos que provocam a instalação de equipamentos, bens e serviços que dão significado a evolução dos movimentos sociais do turismo, e, consequentemente, produzem alterações no espaço geográfico.

O estudo empreendido constata que o PRODETUR representa 25% do total investido nas transformações espaciais para usos turísticos, contrariando a percepção dos entrevistados, com 80% deles apontando o Programa como principal investimento público do setor. Este percentual pode ser ainda menor se averiguadas outras fontes de investimento. Na tentativa de identificar um quantum de participação do PRODETUR no total investido foram analisados os investimentos do turismo, no período de 1995 a 2010, tomando como base as principais fontes de investimentos do poder público e setor privado (Tabela 7).

TABELA 7: SERGIPE, RELAÇÃO DE OUTROS INVESTIMENTOS COM PRODETUR NO PERÍODO DE 1995 A 2010

Fonte	1995 - 2000 Valor U\$	2000 – 2010 Valor U\$	U\$ gerado para cada dólar investido no PRODETUR
PRODETUR	47.354.342,02	32.000.000,00	—
Outros investimentos do Estado*	52.734.116,44	158.192.090,00	2,65
Financiamentos BNB com FNE **	6.540.976,93	52.315.037,21	0,74
Investimento em Unidades Hoteleiras ***	11.360.000,00	21.537.853,00	0,41

* Relacionado a área de planejamento com infraestrutura turística

** Valor informado pelo BNB

*** Valor estimado a partir do custo médio por unidade habitacional construída (U\$ 25.000,00/UH)

Fonte: Adaptado por Joab Almeida, 2012

Para cada U\$ 1,00 investido pelo PRODETUR outros U\$ 3,80 foram investidos por fontes complementares do poder público e setor privado. Seguindo esta mesma base, é possível que nos cinco anos do próximo investimento da ordem de U\$ 100 milhões chegue-a um complemento de U\$ 380 milhões.

Dos investimentos analisados, a parte que cabe ao poder público tem maior relevância nas dimensões de infraestrutura de acessibilidade com a construção e reforma de rodovias e construção de pontes. No caso do setor privado, os valores refletem o aumento da oferta de equipamentos de meios de hospedagem, bares e restaurantes.

Para viabilizar análise sobre a distribuição dos investimentos do poder público complementares ao PRODETUR foi realizado levantamento de informações sobre projetos executados e em contratação, no período de 2008 a 2010. A análise considera as três áreas do Polo e para atingir também a análise sobre a influência do mercado turístico nestes investimentos, foram distribuídos conforme roteiros turísticos ofertados pelos agentes e operadores do setor (Quadro 9).

QUADRO 9: SERGIPE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS COMPLEMENTARES AO PRODETUR PARA APOIO AOS ROTEIROS TURÍSTICOS 2008 A 2012

Área do Polo	Roteiro turístico	Ação	Fonte de recurso	Valor R\$ mil
Litoral Norte	Roteiro Foz do Rio São Francisco	Implantação da estrada parque interligando ao municípios de Pirambu a Brejo Grande	Emendas de bancada OGU	13.500,00
Centro	City Tour Aracaju	Reforma do Palácio Olímpio Campos para instalação de Museu	OGU Casa Civil.SE	12.000,00
		Reforma de prédio histórico e construção do Museu da Gente Sergipana	BANESE	22.000,00
		Construção da Orla Atalaia Nova no município da Barra dos Coqueiros	OGU/Mtur	4.611,00
		Reforma do Complexo Cultural Gonzagão no município de Aracaju	Fundo Nacional da Cultura	405,36
		Adequação e modernização do complexo do Batistão em Aracaju	OGU/Min. Esporte SEINFRA.SE	10.861,11
		Revitalização do Parque Antônio Carlos Valadares (Parque dos Cajueiros)	OGU	7.500,00
		Construção do centro de convenções de Sergipe	Emendas OGU	13.500,00

		Reforma do Cine Vitória no Centro Histórico de Aracaju	OGU/Minc	272,57
	Cidades Históricas	Implantação do projeto de revitalização do conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico da cidade de Laranjeiras	OGU/Minc	6.911,00
		Execução das obras e serviços previstos no Projeto de Revitalização do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico da Cidade de São Cristóvão/SE	OGU/Minc	8.893,17
		Implantação de via estruturante que liga os municípios de Aracaju e São Cristóvão	OGU/Min. Cidades	3.954,60
Litoral Sul	Roteiro	Construção da ponte sobre o Rio Piauí ligando os municípios de Estância (Porto Cavalo) e Indiarba (Terra Caída)	OGU/MTur SEINFRA.SE	115.000,00
	Litoral Sul e Roteiro Mangue Seco	Construção da Ponte sobre o Rio Vaza Barris ligando os municípios de Aracaju e Itaporanga D'Ajuda	OGU/MTur SEINFRA.SE	90.000,00
		Construção da ponte sobre o Rio Fundo no município de Estância ligando a rodovia SE – 476 a Rodovia SE – 100.	OGU/MTur SEINFRA.SE	22.000,00
Todas	Todos	Capacitação e certificação de profissionais, equipamento, serviços e produtos para o desenvolvimento do turismo	Emendas OGU 2012	300,00
	Todos	Promoção do turismo no mercado nacional	Emendas OGU	700,00
	Todos	Qualificação e certificação profissionais, equipamentos, serviços e produtos	Emendas OGu	200,00
TOTAL				332.908,81

Fonte: SEPLAG, elaborado por Joab Silva, 2012.

Os roteiros turísticos ofertados pelo mercado são diretamente beneficiados pelos investimentos públicos, portanto, devem influenciar na definição da estratégia de desenvolvimento para alocação dos recursos públicos e, para atração de investimentos privados.







Essa influência do setor privado sobre o investimento do poder público pode ser explicada pela sua capacidade de distribuição do fluxo de turistas, tendo nas agências e operadoras turísticas o controle sobre 50% do fluxo total, conforme pesquisas de fluxo e operação turística.

De acordo com a SEPLAG e SETUR, o que determina o investimento público é o planejamento participativo, elaborado por meio de oficinas com agentes do próprio poder público, do setor privado, e da sociedade civil representada por lideranças comunitárias. Essas demandas são levantadas em oficinas e organizadas no planejamento do desenvolvimento territorial, separadas por atividade produtiva. Todavia, ao avaliar as ações previstas para o turismo, as demandas foram muito mais voltadas para gestão institucional e promoção turística do que propriamente para infraestrutura de apoio ao turismo.

Muito mais do que avaliar a influência da sociedade civil ou do setor privado sobre o investimento público, o que se pretende nessa sessão é identificar os lugares mais transformados para exploração e usos turísticos e explicar como eles interagem nas áreas do Polo Costa dos Coqueirais. A identificação foi feita inicialmente pela oferta de roteiros turísticos nas agências de turismo receptivo do Estado de Sergipe, em seguida, pela informação das entrevistas e por último, na observação da visita de campo.

Nos lugares identificados como de maior transformação para uso turístico foram selecionadas paisagens que compõem a oferta turística em roteiros e concentram fluxos, podendo-se observar as mudanças no espaço que contribuíram para geração de novos fluxos e intensificação daqueles existentes (Quadro 10)

QUADRO 10: PAISAGENS DO ESPAÇO TRANSFORMADO PARA USO TURÍSTICO

Áreas		Antes	Depois
Litoral Norte	Brejo Grande	 <p style="text-align: right;">Foto - Autor</p>	 <p style="text-align: right;">Foto (SETUR) Maxwell Corrêa</p>
		Acesso a Foz do Rio São Francisco, 2008	Acesso a Foz do Rio São Francisco, 2012
	Pirambu	 <p style="text-align: right;">Foto - Autor</p>	 <p style="text-align: right;">Foto (SETUR) Maxwell Corrêa</p>
		Terminal Turístico, 1997	Terminal Turístico, 2012
	Barra dos Coqueiros	 <p style="text-align: right;">Foto (SETUR) Maxwell Corrêa</p>	 <p style="text-align: right;">Foto (SETUR) Maxwell Corrêa</p>
		Orla da Atalaia Nova em 2009	Orla da Atalaia Nova em 2012

Centro



Orla de Atalaia em 1978

Orla de Atalaia em 2005

Aracaju



Mercados de Aracaju em 1970

Mercados de Aracaju em 2011



Orla Pôr do Sol, 1999

Orla Pôr do Sol em 2011



Aeroporto Santa Maria, 1970



Aeroporto Santa Maria, 2012

Rio Vaza Barris com travessias de balsa,
2007Rio Vaza Barris com Ponte Jornalista Joel
Silveira, 2012

Parque Antônio Carlos Valadares



Parque Antônio Carlos Valadares

Laranjeiras



Quadra do Trapiche, 1998



Quadra do Trapiche, 2011

São Cristóvão



Praça São Francisco, 1999



Praça São Francisco, 2011

Itaporanga D'Ajuda



Orla da Caueira, 2005



Orla da Caueira, 2012

			
		Orla do Abaís, 2005	Orla do Abaís, 2011
	Estância		
		Rio Piauí – Trecho de construção da Ponte, 2008	Rio Piauí - Ponte Gilberto Amado, 2012
	Indiaroba		
		Início da obra da Rodovia Convento – Pontal 2008	Rodovia Convento – Pontal 2012

Fonte: Acervos da EMSETUR, SETUR, SEINFRA, Prefeitura de Laranjeiras, Biblioteca Epifânio Dória, FUNCAJU e Autor, 2012.

As paisagens recortadas retratam diversas mudanças espaciais causadas pela dinâmica de evolução da atividade turística, seja com a instalação de infraestrutura básica e turística, ou com atração de fluxo de pessoas visitantes e turistas. Por um lado, observa-se o turismo como atividade capaz de contribuir com a organização de equipamentos fixos para explicar a oferta de serviços e produtos, por outro, uma atividade que para se instalar nem sempre considera os modos de vida das populações residentes o que altera a organização espacial e a identidade do lugar, chegando, muitas vezes, a sua desestruturação.

No caso do Litoral Norte, a influência do turismo não demonstra significativos impactos no seu espaço. Apenas os municípios de Pirambu e Brejo Grande foram alvo de mudanças. O primeiro com um terminal turístico que está sem uso há mais de seis anos e sofrendo impacto de vizinhança com ocupação irregular de bares, sem controle de higiene e segurança alimentar. Este terminal foi construído para dar apoio ao fluxo de visitantes e turistas que ali chegavam nos finais de semana, cerca de 800 pessoas. Atualmente esse número reduziu pela metade em razão das precárias condições das instalações físicas e falta de serviço de qualidade. No caso de Brejo Grande, o atracadouro que dá acesso à Foz do Rio São Francisco teve obra iniciada em 2008 mas continua inconcluso. De todo modo, o fluxo de visitantes que embarcam no passeio para a Foz do Rio São Francisco atraiu investimento privado de construção da pousada e do restaurante Foz do São Francisco, instalados em 2011. Assim, observa-se uma área que mantém o seu espaço pouco alterado para uso turístico, preservando suas paisagens e sua diversidade natural.

Se parece positivo ter uma área pouco transformada e influenciada pelo uso turístico, também é preocupante sua organização para o futuro. O litoral norte ainda não definiu um plano de gestão para exploração turística, portanto, é incapaz de utilizar o ecoturismo como foco de desenvolvimento, restando ao plano diretor municipal a orientação do seu ordenamento territorial com projeções para o turismo.

Um grande impacto na área do litoral norte foi identificado neste estudo como investimento prospectado em 2012. Trata-se da reforma da rodovia SE-100 norte ligando os municípios de Pirambu e Brejo Grande, com o inevitável aumento do fluxo de veículos e de

peessoas, o que poderá transformar definitivamente a área, seja pela especulação imobiliária que compra, altera e vende terrenos sem grande preocupação com os recursos naturais e paisagens encontradas, pela exploração do petróleo que pode começar a usar nova rota de distribuição ou pelo próprio turismo que pode chegar no mesmo lugar com focos diferentes e tendencialmente servir ao turismo social, também conhecido como turismo de massa, em detrimento de um turismo segmentado e adequado às condições ambientais da área.

Entre os aspectos considerados para evitar este grande impacto negativo de transformação espacial estão a elaboração dos planos diretores municipais, dos planos de gestão do turismo com orientação para o ecoturismo e da definição do controle e gestão da unidade de conservação do meio ambiente. Seriam alternativas para controlar a tendenciosa ocupação da área a partir dos investimentos que serão realizados.

A área central foi a que mais recebeu recursos para investimento, causando alterações espaciais para uso turístico. A construção da Orla da Praia de Atalaia em 1999 foi responsável pela atração e concentração de 80% da oferta hoteleira estadual, com a instalação de hotéis de bandeira internacional, restaurantes temáticos, equipamentos públicos de lazer com quadras esportivas, parques infantis e áreas de convivência. Na década de 1980, observava-se um espaço com grande fluxo de pessoas mas poucos equipamentos instalados, apenas algumas residências e alguns equipamentos de serviços, como bares e restaurantes. Ao longo de duas décadas, em Aracaju, lugares de atração de fluxo foram se transformando e permitindo a delimitação de territórios turísticos, é o caso do Centro Histórico que teve parte dos seus equipamentos reformados e restaurados, o Parque da Cidade, Mercados Públicos, Colina do Bairro Santo Antônio, Bairro Praia 13 de Julho, Palácio Museu Olímpio Campos e o Museu da Gente Sergipana, todos integrantes dos roteiro *city tour* da cidade. Além disso, o município conseguiu transformar espaços para uso turístico no norte da cidade, a exemplo da Orla do Bairro Industrial, e no extremo sul, com a Orla Pôr do Sol.

No município da Barra dos Coqueiros, foi construída a Orla da Praia da Atalaia Nova. As cidades históricas de São Cristóvão e Laranjeiras se destacam pelo restauro do

seu patrimônio histórico e artístico, entretanto, ainda não foram capazes de atrair investimentos privados de apoio ao turismo, implicando diretamente na baixa permanência do turista e reforçando sua dependência da centralidade de Aracaju.

Para Lima (2011) o turismo no litoral sul enfrenta dois grandes problemas: a ocupação desordenada do solo gerada pelo turismo de segunda residência, chegando a áreas de dunas e próximo à linha de costa, e a falta de sinergia entre os diversos programas de políticas públicas associado à incipiente disponibilidade de técnicos nos órgãos do Estado para execução e monitoramento das políticas.

No litoral sul, as principais alterações espaciais estão associadas à construção de orlas e atracadouros. Em Estância destacam-se a Orla do Abaís, a Lagoa dos Tambaquis e o atracadouro de Porto N'Angola. Em Itaporanga D'Ajuda, a Orla da Caueira e, em Indiaroba os atracadouros dos povoados Terra Caída e Pontal, ambos servindo aos passeios ofertados no estuário do Rio Piauí. O maior impacto das equipamentos turísticos no litoral sul está caracterizado pela falta de manutenção e abandono pelo poder público. As orlas encontram-se deterioradas pela força da natureza, com processo de erosão causado pelo avanço do mar.

Os atracadouros não oferecem condições seguras de embarque e desembarque com estruturas em ruínas. Desse modo, além da necessidade de readequação dos equipamentos públicos existentes, é necessário garantir um modelo de gestão que evite o futuro abandono dessas áreas, sob pena de desmotivar a visita e permanência do turista e o próprio sergipano. A infra-estrutura existente não permite a prática do turismo com maior permanência na área, além dos investimentos públicos necessários, faltam equipamentos e serviços privados com qualidade.

O Gerenciamento Costeiro, o Desenvolvimento do Turismo, a criação de Unidades de Conservação do Meio Ambiente, destacam-se como dimensões das políticas aplicadas na área, ainda que trabalhados de forma isolada pelos órgãos competentes.

As três áreas do Polo apresentam lugares transformados para uso turístico, com destaque para área central e litoral sul, tanto pela priorização do poder público, quanto pelo interesse do setor privado, mas é possível constatar que o investimento público fica concentrado nas áreas de interesse da exploração privada e na melhoria da acessibilidade, enquanto isso, diversos investimentos complementares acabam sendo ignorados. Essa postura inviabiliza o desenvolvimento do setor, por exemplo, a falta de esgotamento sanitário em áreas que recebem urbanização de orla marítima ou construção de atracadouro, escassa qualificação de pessoal para prestação de serviços, incipiente estrutura de apoio com informações, serviços e produtos que atendam o visitante e turista. Associado a tudo isso está a falta de planejamento e gestão do turismo nas localidades, portanto, a influência da atividade turística sobre o ordenamento do espaço ainda depende da sua previsão em planos diretores ou documentos equivalentes, sob pena de continuar sofrendo com os múltiplos usos e ocupação desordenada.

CONCLUSÕES E PROPOSIÇÕES

Desenvolvimento regional e produção e organização do espaço são linhas de compatibilidade da geografia ao turismo, tendo em vista as transformações causadas pela atividade quando interferem na instalação de equipamentos fixos e movimentos de pessoas em lugares detentores de atração.

Apesar da sua comprovada capacidade de geração de renda, o turismo não pode ser adotado como atividade econômica capaz de resolver macroproblemas como a pobreza e a desigualdade e, na prática do mercado turístico, a distribuição da renda gerada ainda é motivo de grandes conflitos nos lugares que se dedicam a receber fluxo de turistas. Portanto, o turismo deve ser uma atividade econômica complementar, capaz de fortalecer e dinamizar a economia local ou regional.

A atividade turística contribui com a produção e a organização do espaço no Polo Costa dos Coqueirais através de cinco funções: i) criação de regiões de planejamento turístico; ii) configuração de territórios e área de função turística; iii) geração de emprego e renda; iv) atração de fluxo de pessoas para fazer turismo nos três segmentos priorizados e; v) instalação de equipamentos públicos e privados.

No caso da criação das regiões turísticas, o Estado de Sergipe ficou prisioneiro dos métodos das políticas de turismo vigentes, visto que no primeiro momento, início da década de 1990 identificou como prioritária a região do Polo Costa dos Coqueirais, em atendimento às exigências do BID a fim de obter acesso aos recursos financeiros e fazer as intervenções no âmbito da primeira fase do PRODETUR. Para a regionalização do turismo, foi adotado como critério definidor, os lugares explorados pelo turismo e não o potencial turístico existente no Estado, tendo como principal reflexo, a concentração da política de turismo em dois Polos priorizados pela exploração dos empresários do setor.

Apesar de estruturar uma regionalização turística para atender orientações de uma agência multilateral, na linha de desenvolvimento mundial do turismo, o Estado de Sergipe, priorizou o Polo Costa dos Coqueirais e fez dele a região concentradora da riqueza gerada pelo turismo, notadamente o município de Aracaju, que apesar de distribuir o fluxo de turistas para lugares do interior do Polo, continua a concentrar a comercialização dos produtos/roteiros turísticos.

Essa divisão regional do turismo de Sergipe foi incorporada a todos os elementos de planejamento que surgiram desde então, como o Plano Nacional de Turismo, o Plano Estadual de Turismo, o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Turismo na Bacia do Rio São Francisco, os PDITS, o Programa Nacional de Municipalização do Turismo, seu sucessor, o Programa de Regionalização do Turismo, entre outros que respondem as questões da construção e da orientação da política de turismo existente em documentos, nos discursos das classes, mas pouco ou nada utilizada como referência nas práticas de cada qual.

A prática indica a necessidade de revisar a regionalização do turismo, a partir da sua identidade geográfica, histórica, cultural, seja para reforçar o recorte existente ou propor um novo com base numa construção segura e não no desejo e práticas dos empresários do setor. Essa revisão da regionalização do turismo poderá servir para garantir coesão e similaridade do espaço regional, facilitando a construção de políticas públicas e definição de estratégias de desenvolvimento do setor.

A apropriação territorial e criação de áreas funcionais do turismo respondem às questões de produção do espaço pelo turismo e distribuição espacial de equipamentos para o turismo. Os territórios apropriados servem a um modelo de turismo ainda voltado para massa, o modelo do mercado mundial do turismo, também conhecido como turismo social, ou turismo de massa, sem priorização de segmento ou estratégia de roteiro, apenas com oferta de passeios que associa o recurso natural a equipamentos de recepção ao turista, num modelo de oferta de paisagem igual a oferta de mercadoria, com incipiente valorização da identidade local, de sua mão de obra, dos saberes e dos produtos típicos.

Nas onze áreas funcionais do turismo existentes no Polo Costa dos Coqueirais, é urgente a intervenção no planejamento e definição de estratégias de desenvolvimento turístico. Os lugares são aptos e propícios para prática de um turismo segmentado, qualificado, com valorização da identidade local e com grande envolvimento da comunidade local na oferta de produtos e de serviços, menos dependente do agente de operações turísticas e com maior capacidade de distribuição de renda, uma prática reconhecida recentemente como turismo de base comunitária, respondendo à questão da inserção da população residente nas áreas de potencial turístico.

Tratando da geração de renda, o estudo aponta um crescimento médio anual de 5% na oferta de emprego nos setores de alojamento e alimentação, além de diversos outros setores envolvidos com o turismo, representando a segunda atividade mais importante na geração de postos de trabalho, atrás apenas da construção civil. Essa capacidade de geração de emprego pode ser explicada pelas inúmeras atividades do setor de serviços que o turismo é capaz de agregar, desde meios de hospedagem e alimentação, até postos de combustível. Contudo, essa força da dimensão de geração de renda é pouco significativa quando se trata de distribuição, no Caso do Polo Costa dos Coqueirais ainda concentrada em Aracaju, deixando aos demais municípios apenas a função de lugar de visitação.

A concentração do turismo pode ser associada, entre outros fatores, a ausência de planos de gestão do turismo nos municípios ou destinos turísticos, capazes de orientar os investimentos públicos e privados, as relações entre os pequenos empreendedores e os grandes investidores, amenizando os conflitos existentes na exploração da atividade, de formar a reduzir os riscos de exploração do turismo e desconcentrar a geração de renda, especialmente para setores como artesanato, pesca e agricultura.

Na atração do fluxo de visitantes e turistas, o Polo Costa dos Coqueirais apresentou crescimento de 40% no período de 2004 a 2010, com impacto na economia do município de Aracaju, mas pouco representativa nos demais locais onde os turistas continuam sendo meros visitantes, sem pernoitar ou permanecer para consumir produtos e serviços que não

constem dos roteiros. Isso ocorre pela ausência de fixos como meios de hospedagem, bares e restaurantes, dificultando a permanências em pontos do espaço e reduzindo a possibilidade dos lugares para uso turístico. Desse modo, fica o desafio de transformar o aumento do fluxo, em aumento de permanência e distribuição dos turistas pelos territórios do Polo.

A instalação de equipamentos privados também ocorreu, com surgimento de novos fixos que geraram novos fluxos, a exemplo do crescimento de mais de 50%, no período de cinco anos na oferta de meios de hospedagem, um avanço concentrado em Aracaju, especialmente pela construção hotéis e pousadas, bares e restaurantes. Esse crescimento também não demonstra vínculo com a estruturação do setor, apenas se utiliza do lugar concentrador de fluxo para ofertar serviço, sem a devida preocupação com a identidade regional, com a relação entre a multisetorialidade envolvida com o turismo, com a requalificação de roteiro turístico e mesmo com a perspectiva de melhoria da vivência do turista com novas experiências, apenas surgem como mero aumento de oferta onde houve aumento de demanda.

O PRODETUR como programa estratégico do turismo nacional representa cerca de 25% do investimento público e é captado por meio de financiamento internacional, com tomada de empréstimo, enquanto outros programas de governo, distribuídos no Orçamento Geral da União, representam 75% do investimento público. Então, os setores do turismo, nos seus discursos, estão se apegando a uma fonte pouco representativa, permitindo-se esquecer de somar as diversas fontes de programas que, apesar de estarem consolidadas numa política pública específica para o turismo, representam o maior impacto no setor.

Este cenário reporta a necessidade de monitoramento público e privado do gasto público, da construção da política e das ferramentas de planejamento como norteadoras das mudanças espaciais. Além disso, a definição de uma estratégia clara de desenvolvimento turístico que aborde objetivamente seu norte de crescimento, sem a concentração das ações da política pública, assim compreendida em todas as esferas de governo.

Enquanto o investimento público se dissociar das demandas de base local e o setor privado não determinar sua função na diversificação dos roteiros turísticos ofertados, será difícil manter as taxas positivas de crescimento, visto que a extensão territorial de Sergipe permite que o turista circule o Estado e seus roteiros em uma única viagem e, mantendo seus produtos estáticos, não haverá motivação de retorno. Assim, caminha-se para o esgotamento do fluxo do turista brasileiro que visita Sergipe, recém descoberto e muito cedo explorado na totalidade da sua oferta turística.

A atividade turística do Polo Costa dos Coqueirais caminha tendencialmente para massificação e concentração do fluxo turístico e oferta de equipamentos, atendendo aos interesses do capital, com exploração desordenada e sem planejamento, numa tendência de crescimento, estagnação e possível declínio. Para que isso não aconteça, torna-se necessário que o setor abra espaço para cooperação e integração do mercado, associando os interesses dos gestores públicos, especialistas e pesquisadores, empresários e investidores e comunidades receptoras, prevendo cenários futuros. Importantes passos foram dados, mas os números que apontam para o crescimento não significam desenvolvimento do setor.

REFERÊNCIAS

- AAE. **Avaliação Ambiental Estratégica dos Polos de Turismo Costa dos Coqueirais e Velho Chico**. Aracaju, SE: SETUR, 2012.
- AGÊNCIA SERGIPE DE NOTÍCIAS. **Déda recebe missão do BID**. Disponível em: <http://agencia.se.gov.br>. Acesso em: 03 mar. 2012.
- ALEXANDRE, José Alberto Alfredo. **Turismo em Portugal: evolução e distribuição**. Disponível em: <http://br.monografias.com/trabalhos2/turismo-portugal/turismo-portugal.shtml>. Acesso em: 05 dez. 2009.
- ANDRADE, J. R. L. e SANTOS, C. A. J. **Eventos e estratégia de desenvolvimento turístico. O caso de Aracaju**. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9796. Vol. IX, n. 543, 30 de octubre de 2004.
- ARBACHE, Jorge Saba. **O mercado de trabalho na atividade econômica do turismo no Brasil**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.
- AZZONI, C. R.; MENEZES, T. A. **Estimating the cost competitiveness of international tourist destinations**. In: Anais 14º Encontro da Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, Tomar, 2008.
- BARBOSA, Luiz Gustavo Medeiros (Org.). **Estudo de Competitividade dos 65 Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional – Relatório Brasil 2010**. Brasília: Ministério do Turismo, 2009.
- BARQUERO, A. V. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. – Porto Alegre: Fundação de economia e estatística, 2001.
- BARRETO, Margarita. **Desenvolvimento do Turismo Sustentável**. Campinas, SP: Papirus, 1995. – (Coleção Turismo).
- BARTHOLO, SAN SOLO e BURSZTYN. Roberto, Davis Gruber e Ivan. **Turismo de Base Comunitária**. Brasília, Nova Letra Gráfica e Editora, 2009.
- BENI, M. C. **Política e planejamento de turismo no Brasil**. São Paulo: Aleph, 2006.
- BRASIL, Ministério do Turismo. **Regulamento Operacional**. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/programas_acoes/regionalizacao

[turismo/downloads_regionalizacao/Regulamento_Operacional.pdf](#). Acesso em: 25 de maio de 2011.

- BRASIL. Ministério do Turismo, Secretaria de Políticas de Turismo. **Programa de qualificação à distância para o desenvolvimento do turismo: formação de gestores das políticas públicas de turismo**. Florianópolis: SEAD. FAPEU. UFSC, 2009.
- CALDERONI, S. Os Bilhões Perdidos no Lixo. São Paulo: **Humanitas Publicações FFLCH/USP**, 1997.
- CASIMIRO FILHO, F.; GUILHOTO, J. J. M. **Matriz de insumo-produto para a economia turística brasileira: construção e análise das relações intersetoriais**. *Análise Econômica*, v. 21, n. 40, 2003.
- CHESNAIS, F. A. **Mundialização do Capital**. São Paulo: Xanã, 1996.
- COOPER, C. et al. **Turismo Princípios e Práticas**. São Paulo: Bookman, 2001.
- CORDEIRO, Maria Celeste Magalhães. **Gestão pública compartilhada: a experiência dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Sustentável no Ceará**. VI Congresso Internacional dI CLAD sobre La Reforma Del Estado y de La Administración Pública, Buenos Aires, Argentina, 5 – 9 Nov. 2001.
- CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira (Org.). **O Turismo de Inclusão e o Desenvolvimento Local**. Fortaleza: FUNECE, 2003.
- CORIOLANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. **Turismo, Territórios e Sujeitos nos discursos e nas práticas políticas (Tese)**. Aracaju: NPGeo, 2004.
- CORIOLANO, Luzia Neide Menezes T. **Espaço, poder e turismo: novas configurações geográficas**. Fortaleza, UEC, 2009.
- CORIOLANO, Luzia Neide Menezes T, ARAÚJO, Ana M. M. de, VASCONCELOS, Fábio P. **Arranjos Produtivos Locais do Turismo Comunitário: Atores e cenários em mudança**. Fortaleza, EDUECE, 2009.
- CORRÊA, Roberto Lobato. **Espaço, um conceito-chave da geografia**. In: CASTRO, GOMES e CORRÊA. Iná Elias de, Paulo César da Costa, Roberto Lobato.orgанизadores. **Geografia: conceitos e temas** – 12^a Ed. – Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2009.
- CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Introdução à geografia do turismo**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003.

- DWYER, L.; FORSYTH, P.; SPURR, R. **Evaluating Tourism's Economic Effects: New and Old Approaches**. Tourism Management, v. 25, p. 307-317, 2004.
- EMBRATUR, Instituto Brasileiro de Turismo. **EMBRATUR 40 anos**. Brasília, DF: EMBRATUR, 2006.
- EMSETUR, Empresa Sergipana de Turismo. **Pesquisa de Demanda Turística 2008/2009**. Aaracaju, SE: EMSETUR, 2009.
- FALCÃO, José Augusto Guedes. **Turismo Internacional no Rio de Janeiro: Mecanismo de Circulação e Transferência de Renda**. Rio de Janeiro: PPGG/UFRJ, 1992.
- FALCÃO, José Augusto Guedes. **Turismo, Espaço, Paisagem e Cultura**. In: YÁZIGI, Eduardo, CARLOS, Ana Fani Alessandri, CRUZ, Rita de Cássia Ariza (organizadores). – 2ª Ed. – São Paulo: Hucitec, 1999.
- FIPE/USP. **Estudo de Caracterização e Dimensionamento do Mercado Doméstico de Turismo no Brasil**. São Paulo, 1998.
- FRANÇA, Vera Lúcia Alves e CRUZ, Maria Tereza Souza, coordenadoras. **Atlas escolar de Sergipe: espaço geo-histórico e cultural**. João Pessoa, PB: Editora Grafset, 2007.
- FREIRE, L. L. R. **Modelo de avaliação do PRODETUR/NE – III: Base conceitual e metodológica**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil. Série Documentos do ETENE n.3, 2005.
- FREITAS, L. F. S.; DAMASIO, J.; **Potencial Econômico da Reciclagem de Resíduos Sólidos Urbanos na Bahia**. Revista Econômica do Nordeste, volume 40, nº 02, abril – junho, 2009.
- GOMES, Paulo César da Costa. **O conceito de região e sua discussão**. In: CASTRO, Iná Elias de. GOMES, Paulo Cesar da Costa. CORRÊA, Roberto Lobato. (org.). Geografia: Conceitos e Temas. 12ª Ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- HAESBAERT, Rogério. **Morte e Vida da Região**. Antigos paradigmas e novas perspectivas da geografia regional. Porto Alegre: ABC – Porto Alegre, 2003, p. 09-33.
- HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. São Paulo: 21ª edição, LOYOLA, 2011.

- HAYLLAS, Bruce. **Turismo em Cidades: Espaços urbanos, lugares turísticos.** Coleção Eduardo sanovicz de Turismo; tradução Ana Paula Spolon e Jorge Camargo. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de Sergipe.** Rio de Janeiro, 2008.
- IPEA, Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas. **Pesquisa sobre pagamento por serviços ambientais urbanos para a gestão de resíduos sólidos.** Relatório de Pesquisa. 2010. Disponível em: <<http://www.portalodm.com.br/relatorio-da-pesquisa-pagamento-por-servicos-ambientais-urbanos-para-gestao-de-residuos-solidos--bp--313.html>>. Acesso em: 20 de abr. 2010.
- LIMA, Letícia Bianca Barros de Moraes. **O Turismo de Sol e Praia no Litoral Sul de Sergipe: Uma análise sob a perspectiva dos modelos SISTUR e TALC.** (Tese). São Cristóvão: NPGEO, 2011.
- LUREIRO, Fernanda Jane Furtado e SOUZA, Alex Oliveira, CORIOLANO, Luzia Neide e LIMA, Luiz Cruz (Organizadores). **Turismo Comunitário e Responsabilidades Socioambientais.** Fortaleza: EDUECE, 2003.
- MENDES JÚNIOR, Biágio de Oliveira. **Perfil econômico de Sergipe.** Fortaleza: Banco do Nordeste, 2002.
- MORAES, Antônio Carlos Robert de; COSTA, Wanderlei Messias da. **Valorização do espaço.** São Paulo: Hucitec, 1988.
- MTur - MINISTÉRIO DO TURISMO. **Plano Nacional de Turismo 2007 – 2010.** Brasília, DF, MTur, 2007.
- _____, Ministério do Turismo - MTur. **Turismo no Brasil 2011 – 2014.** Brasília, MTur, 2010.
- _____, Ministério do Turismo – Mtur. **Revista Brasil, país plural, região Nordeste, Sergipe.** Brasília, 2008.
- _____, Ministério do Turismo – Mtur. **Introdução à Regionalização do Turismo.** Brasília, 2007a.
- _____, Ministério do Turismo - MTur. **Plano Nacional de Turismo 2007 – 2010.** Brasília, MTur, 2007b.

- OLIVEIRA, Antônio Pereira. **Turismo e Desenvolvimento: planejamento e organização**. 3ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- OMT, Organização Mundial do Turismo. **Desenvolvimento do Turismo Sustentável: Manual para Organizadores Locais**. 2ª Ed. – Brasília: EMBRATUR, 2009.
- PEARCE, Douglas. Geografia do Turismo: fluxos e regiões no mercado de viagens; (tradução Saulo Kreieger).- São Paulo: Aleph, 2003. – (série turismo).
- PDITS. **Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS)** do Polo Costa dos Coqueirais. Technum Consult, Brasília, DF, 2005.
- PORTELLA, L. C., SANTANA, G. D. S., LIMA, A. S., CAVALCANTI, E. B. Estudo da Variação do ddp no Processo Separação O/A. In: **VIII Congresso Brasileiro de Engenharia Química em Iniciação Científica**, Uberlândia-MG, 2009.
- RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. 2ª ed. – São Paulo: Hucitec, 1999.
- RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- RODRIGUES, Artelete Moysés, YÁZIGI Eduardo, CARLOS, Ana Fani Alessandri, CRUZ, Rita de Cássia Ariztia (organizadores). **Turismo, Espaço, Paisagem e Cultura**. – 2ª ed. – São Paulo: Hucitec, 1999.
- SANTOS e ANDRADE, Aldeci Figueiredo e José Augusto. **Delimitação e regionalização do Brasil Semi-árido**. Aracaju: UFS, 1992.
- SANTOS, Genicelma Saturnino. **Turismo como alternativa de desenvolvimento regional (Dissertação)**. Aracaju: NPGeo, 2005.
- SANTOS, Mary Nadja Lima. **Políticas Territoriais do Turismo: Investimentos no Polo Costa dos Coqueirais em Sergipe** (Tese). São Cristóvão: NPGeo, 2009.
- SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo, globalização e meio técnico-científico informacional**. 3ª ed. – São Paulo: Hucitec, 1997.
- SAQUET, Marcos. **Os tempos e os territórios da colonização italiana**. Porto Alegre: EST edições, 2003.
- SEMARH, Secretaria de Estado do Meios Ambiente e dos Recursos Hídricos. **Unidades de Conservação Ambiental**. Aracaju: SEMARH, 2011.

- SERGIPE. **Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável do Turismo de Sergipe 2009-2014** – Aracaju: SEDETEC/EMSETUR, 2009.
- SETUR, Secretaria de Estado do Turismo. Campanha Publicitária: Sergipe, uma Estado, vários destinos. Aracaju, SE: SETUR, 2007.
- SILVA, Sylvio Bandeira de Mello e. **O problema regional brasileiro: velhas e novas questões**. In: MENEZES, Ana Virgínia Costa de. e; PINTO, Josefa Eliane Santana de Siqueira. (org.). Organização e dinâmica do espaço agrário e regional. São Cristóvão: NPGeo, UFS, 2003.
- SNUC. **SISTEMA Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC)**. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000; decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002. 5. ed. aum. Brasília: MMA/SBF, 2004.
- SOUZA, Fernando Antônio Santos. **Um olhar sobre Aracaju em busca de um novo paradigma urbano**. In: FANÇA, Vera Lúcia Alves. FALCON, Maria Lucia de Oliveira. (org.). Aracaju: 150 anos de vida urbana. Aracaju: PMA/SEPLAN, 2005.
- SOUZA, Reinaldo. **Turismo e desenvolvimento regional: realidade e perspectivas no litoral nordeste de Sergipe (Dissertação)**. Aracaju: NPGeo, 2004.
- TAPIA, J. **Desenvolvimento local, concertação social e governança, a experiência dos pactos territoriais na Itália**. São Paulo em Perspectiva, v. 19, n. 1, p. 132-139, jan./mar. 2005.
- TCU, Tribunal de Contas da União. **Relatório de avaliação do PRODETUR**. Brasília, DF: TCU, 2004.
- TURISMO EM PORTUGAL. Disponível em: <http://br.monografias.com/trabalhos2/turismo-portugal/turismoportugal2.shtml>
- UCP, Unidade de Coordenação de Projetos. **Manual de Operações do PRODETUR/SE**. Aracaju, SE: UCP/SE, 2012.
- _____, Unidade de Coordenação de Projetos. **Matriz de Investimentos do PRODETUR/SE**. Aracaju, SE, 2012.
- VALVERDE, Rodrigo. **Transformações no conceito de território: competição e mobilidade na cidade**. GEOUSP – Espaço e Tempo, São Paulo, nº 15, pp. 119 – 126, 2004.

- VIEIRA, Lício Valério Lima. **Turismo Sustentável no Litoral Norte de Sergipe**. São Cristóvão: NPGeo, 2010.
- VILAR, Wellington Carvalho e ARAÚJO, Hélio Mário (Organizadores). **Território, meio ambiente e turismo no litoral sergipano**. São Cristóvão: Editora UFS, 2010.
- WTTC, World Travel & Tourism Council. **Notícias**. Disponível em <http://www.wttc.org/>. Consulta em 22 de novembro de 2011.
- YÁZIGI Eduardo, CARLOS, Ana Fani Alessandri, CRUZ, Rita de Cássia Arizia (organizadores). **Turismo, Espaço, Paisagem e Cultura**. – 2ª ed. – São Paulo: Hucitec, 1999.
- YÁZIGI Eduardo. **A alma do lugar: turismo, planejamento e cotidiano**. São Paulo: Contexto, 2001.

APÊNDICE 1

Representatividade dos entrevistados:

1. Senador da República Federativa do Brasil;
2. Deputado Federal;
3. Prefeito do município de Estância;
4. Secretário de Estado do Turismo;
5. Secretário de Estado Adjunto do Turismo;
6. Secretária de Estado Adjunta do Planejamento, Gestão e Administração;
7. Presidente da EMSETUR;
8. Superintendente da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH);
9. Diretora de Turismo da FUNCAJU;
10. Diretora de Turismo de São Cristóvão;
11. Diretor de Turismo de Laranjeiras;
12. Presidente da Associação Brasileira da Indústria Hoteleira (ABIH/SE)
13. Presidente da Associação Brasileira dos Jornalistas Especializados em Turismo (ABRAJET);
14. Presidente da Federação dos Guias de Turismo;
15. Superintendente do Aracaju Convention and Visitors Bureau;
16. Gerente Geral de Hotel;
17. Empresário do Turismo Receptivo de Sergipe;
18. Diretora da agência de comunicação;
19. Coordenadora do curso de turismo da Universidade Federal de Sergipe (UFS);
20. Coordenador do curso de turismo da Faculdade Estácio FASE;
21. Coordenadora dos cursos de turismo da Universidade Tiradentes (UNIT);
22. Representante do CADASTUR em Sergipe;
23. Presidente da Associação de Pescadores do povoado Terra Caída, município de Indiaroba.

APÊNDICE 2



TURISMO E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO NO PÓLO COSTA DOS COQUEIRIAS

Pesquisa aplicada – Questionário I

IDENTIFICAÇÃO

1. Posição no turismo:

2. Instituição| Organização:

3. E-mail e telefone:

04. Setor de atividade:

- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Órgão público do Estado | <input type="checkbox"/> Órgão público municipal |
| <input type="checkbox"/> Bares e restaurantes | <input type="checkbox"/> Cia de Taxi |
| <input type="checkbox"/> Meios de hospedagem | <input type="checkbox"/> Postos de Combustível |
| <input type="checkbox"/> Agências de viagem | <input type="checkbox"/> Produtor rural com interface no turismo |
| <input type="checkbox"/> Cooperativa/Associação de artesanato | <input type="checkbox"/> Guia de Turismo |
| <input type="checkbox"/> Outro _____ | |

TURISMO E ORGANIZAÇÃO ESPACIAL

05. Qual recurso turístico considera mais importante no Polo?

- ☐ Paisagem Natural
☐ Monumentos
☐ Manifestações artísticas
☐ Artesanato
☐ Gastronomia
☐ Outra. Qual; _____

06. Quais são os segmentos turísticos explorados no Polo?

07. Quais os principais roteiros (produtos) turísticos do Polo?

08. Que outros roteiros poderiam ser trabalhados no Polo?

09. O turista que visita o Polo sai satisfeito?

☐ Sim

☐ Não

Porque:

10. Você observa mudanças na organização dos espaços para o turismo?

11. Essas mudanças espaciais do turismo são resultados de ações do:

☐ Setor privado

☐ Poder público

☐ Sociedade civil

12. Existem ações cooperadas para o turismo no Polo?

☐ Sim

☐ Não

13. Cite as principais ações ou investimentos realizados no Polo que tenham contribuído para o desenvolvimento do turismo:

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____

14. As mudanças espaciais do turismo no Polo Costa dos Coqueirais contribuíram positiva ou negativamente para os lugares onde foram implementadas?

- ☐ Positiva
☐ Negativa. Por quê?

15. Indique os principais lugares que passaram por alteração para uso turístico (concentram equipamentos e serviços turísticos) no Polo:

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

16. Nestes lugares, quais são os principais atrativos e produtos (roteiros) turísticos?

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

17. Que lugares do Polo você visitaria em seu tempo livre:

1. _____
2. _____
3. _____
4. _____
5. _____

18. Como avalia o turismo no Polo:

	Item Verificado	Ótimo	Bom	Regular	Ruim	Péssimo	Não respondido
01	Recursos naturais						
02	Atrativos turísticos						
03	Roteiros turísticos						
04	Promoção turística						
05	Bares e restaurantes						
06	Meios de hospedagem						
07	Atividades de lazer						
08	Meios de transporte						
09	Rodovias						
10	Sinalização						
11	Limpeza urbana						

POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO

19. Qual programa tem maior relevância na organização espacial do turismo:

20. Participa de algumas Instância de Governança? (Fórum, Conselho, Comissão)

☐ Sim

☐ Não. Qual?

21. Quais as principais ações da instância governança que você participa?

22. A sociedade civil participa da elaboração e implementação da política de turismo?

23. Tem conhecimentos sobre planos, programas e projetos de turismo? Quais merecem destaque?

24. Como avalia a atuação do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR) no Polo Costa dos Coqueirais?

25. Quais os pontos negativos do turismo no Polo Costa dos Coqueirais?

26. Quais as potencialidades do turismo no Polo Costa dos Coqueirais?

OBSERVAÇÕES:

APÊNDICE 3



TURISMO E ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO NO PÓLO COSTA DOS COQUEIRAS

Pesquisa aplicada – Formulário 1 Caracterização Turística dos Municípios

Público: Gestores e agentes públicos e lideranças municipais

Nome do Município:

As informações coletadas por meio deste instrumento darão base para caracterização da atividade turística desenvolvida no Polo Costa dos Coqueirais além de poder subsidiar a construção de roteiros turísticos, sem a pretensão de servir de inventário da oferta turística.

1.	Nome do município:				
2.	Nome Roteiro que o município faz parte:				
3.	Mercado:	x	3.1 Nacional		3.2 Internacional
4.	Nome da Empresa que comercializa o roteiro				
5.	Dados da Empresa que comercializa o roteiro	5.1 Endereço:			
		5.2 Bairro:			
		5.3 Município:		5.4 UF:	
		5.5 CEP:			

		5.6						
		Telefones:						
		5.7 <i>Web site</i> :						
		5.8 <i>E-mail</i> :						
6.	Nome do município:							
7.	Nome da Empresa que comercializa somente o município							
8.	Dados da Empresa que comercializa somente o município	8.1						
		Endereço:						
		8.2 Bairro:						
		8.3		8.4 UF:				
		Município:						
		8.5 CEP:						
		8.6						
		Telefones:						
		8.7 <i>Web site</i> :						
		8.8 <i>E-mail</i> :						
9.	Informações básicas do município:							
10.	Principais serviços e equipamentos turísticos*:							

11.	Meios de acesso ao município:			
12.	Vias de acesso:			
13.	Distâncias:	13.1	Para município	
		13.2	Para município	
		13.3	Para município	
		13.4	Para município	
		13.5	Para a capital	
14. Atrativos Turísticos				
14.1 Atrativos Naturais				
14.1.1 nome do atrativo:				
14.1.1.1				
14.1.2 nome do atrativo:				
14.1.2.1				
14.1.3 nome do atrativo:				
14.1.2.1				
14.2 Atrativos Culturais				
14.2.1. nome do atrativo:				

14.2.1.1
14.2.2. nome do atrativo:
14.2.1.1
14.2.3. nome do atrativo:
14.2.2.1
14.3 Atividades econômicas
14.3.1. nome do atrativo:
14.3.1.1
14.3.2. nome do atrativo:
14.3.2.1
14.4. Realizações técnicas, científicas e artísticas
14.4.1. nome do atrativo:

14.4.1.1 Breve descrição do atrativo
14.4.2. nome do atrativo:
14.4.2.1 Breve descrição do atrativo
14.5 Eventos Programados
14.5.1. nome do atrativo:
14.5.1.1
14.5.2. nome do atrativo:
14.5.2.1